UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

ALBINO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOR

SISTEMAS DE DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA NA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO:
Análises e proposições

Recife,
fevereiro de 2014

ALBINO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOR

SISTEMAS DE DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA NA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO:

Análises e proposições

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Gestão Pública.

Linha de pesquisa: Gestão do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Emanuela Sousa Ribeiro.

Recife,

fevereiro de 2014

Catalogação na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

O48s Oliveira Junior, Albino Barbosa de
Sistemas de documentação museológica na Fundação Joaquim Nabuco: análises e proposições / Albino Barbosa de Oliveira Júnior. - Recife : O Autor, 2014.
100 folhas : il. 30 cm.

Orientadora: Profª. Dra. Emanuela Sousa Ribeiro.
Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2014.
Inclui referências.

1. Patrimônio cultural. 2. Documentação. 3. Museu do Homem do Nordeste. I. Ribeiro, Emanuela Sousa (Orientadora). II. Título.

351 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2014 – 050)

Dissertação de Mestrado apresentada por **Albino Barbosa de Oliveira Junior** ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título: **"A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA NA FUNDAJ: ANÁLISES E PROPOSIÇÕES"** orientada pela Professora Emanuela Sousa Ribeiro e aprovada pela Banca Examinadora formada pelos professores doutores:

Emanuela Sousa Ribeiro
Presidente

Cátia Wanderley Lubambo

Examinador Interno

Marcus Granato

Examinador Externo

Recife, 17 de janeiro de 2014.

Profª. Drª. Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura

Coordenadora

Aos meus pais Albino e Teresinha
Ao Sérgio

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Albino e Teresinha Oliveira, que, nos momentos mais difíceis, sempre acreditaram em mim, e me apoiaram incondicionalmente na minha opção pela Museologia.

Ao meu companheiro Sérgio Bandeira, que, ao longo destes 16 anos de convivência, foi o maior incentivador do meu progresso profissional.

À Fundação Joaquim Nabuco, que proporcionou a realização deste mestrado.

À amiga e parceira de trabalho na Fundação Joaquim Nabuco museóloga Maria Fernanda Pinheiro, pela disponibilidade e presteza no auxílio a pesquisa.

À bibliotecária da Fundação Joaquim Nabuco, Lúcia Gaspar, pela importante colaboração dada à pesquisa.

Ao corpo docente e discente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, por toda a contribuição dada a minha formação.

A todos os colegas da Pós-Graduação, que sempre estiveram ao meu lado ajudando a vencer os desafios impostos ao longo do curso.

À minha orientadora Professora Emanuela Sousa Ribeiro, que, desde 2010, envolvida com minhas pesquisas, vem me ensinando a desenvolver meus trabalhos acadêmicos e incentivando a divulgar minha experiência profissional no campo da museologia.

Ao professor Marcus Granato, integrante da banca examinadora, agradeço as recomendações dadas na qualificação, que contribuíram de forma determinante para a estruturação do trabalho.

À professora Cátia Wanderley Lubambo, professora do Programa e Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco, pela presença na banca examinadora.

Há uma conexão inegável entre o conceito de museologia como estudo dos objetos de museu e o reconhecimento de que a interpretação dos objetos seja a característica central e mais distintiva do trabalho do museu.

Peter van Mensch

RESUMO

Este trabalho analisa os sistemas de documentação museológica adotados na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), do Ministério da Educação (MEC), entre 1977 e 1997, e que resultaram na atual base de dados do Museu do Homem do Nordeste (Muhne), na intenção de propor ajustes que venham se adequar às suas novas realidades e necessidades. O estudo se dá sob a ótica da Gestão Pública, assim, compreendem-se os sistemas de documentação como parte do processo de institucionalização da gestão pública do patrimônio cultural no Brasil, pois, desde 1937, com a promulgação do Decreto-lei nº 25, é obrigação do Estado a identificação e seleção do conjunto de bens móveis e imóveis representativos da história e cultura do país. Do ponto de vista metodológico trata-se de pesquisa bibliográfica e documental - informações coletadas no Arquivo do Muhne. No primeiro capítulo são analisadas as etapas constitutivas da administração pública brasileira, os marcos legais referentes à gestão do patrimônio cultural e as obrigações e ações do poder público na área da documentação museológica. No segundo capítulo, traçamos um quadro dos componentes que envolvem a catalogação de objetos em museus e das discussões em torno das metodologias sobre seu exercício, que diante das diferentes tipologias de objetos sofre com a falta de uniformização dos dados, dificultando a organização de sistemas informatizados que abarquem as informações necessárias ao que cada objeto requisita. No terceiro capítulo levantamos, descrevemos e analisamos os projetos desenvolvidos na Fundaj para catalogação de acervos museológicos e para criação do banco de dados do Muhne. Conclui-se que, apesar das dificuldades que o poder público sempre enfrentou na adoção de um sistema informatizado de documentação museológica, temos o exemplo de uma ação bem sucedida na esfera da administração pública federal que, recebendo os devidos ajustes, poderá continuar sendo usada como base informacional do acervo do Muhne, assim como servir de modelo para outras instituições museais.

Palavras-chave: Gestão do patrimônio cultural; Documentação museológica; Museu do Homem do Nordeste.

ABSTRACT

This dissertation analyzes museum documentation systems adopted at Joaquim Nabuco Foundation (Fundaj), a Ministry of Education (MEC) institution, between 1977 and 1997, which resulted in the current database of Northeastern Man Museum (Muhne), on the intention to propose adjustments that will suit your new needs and realities. The study takes the perspective of Public Management, so it is understandable documentation systems as part of the process of institutionalization of cultural heritage public management in Brazil because, since 1937, with the promulgation of Decree-Law number 25, it is an obligation of the State to identify and select the set of movable and immovable properties representative of the history and culture of the country. From the methodological point of view it is a search based on literature and on documents - information collected in the Muhne Archive. The first chapter analyzes the constituent steps of the Brazilian public administration, the legal framework relating to the cultural heritage management and the obligations and actions of government in the area of museum documentation. In the second chapter, we draw a picture of the components involving the cataloging of objects in museums and discussions on the methodologies on its exercise, which in the face of different types of objects suffers from a lack of standardization of data, hindering the organization of computer systems that cover the necessary information that every object requests. In the third chapter we raised, describe and analyze the projects developed in Fundaj for cataloging museum collections and to create the Muhne database. We conclude that, despite the difficulties that the government has always faced in the adoption of a computerized system for museum documentation, we have an example of a successful action in the federal government sphere, which that receiving the necessary adjustments, may still be used as informational basis of the Muhne collection as well as serve as a model for other museums.

Keywords: Cultural heritage management, Museum documentation, Northeastern Man Museum.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Modelo de planilha de inventário. Superintendência de Museus da Secretaria de Estado da Cultura do Governo de Minas Gerais..... p. 59
Figura 2 - Exemplar de ficha catalográfica do Departamento de Museologia do IJNPS..... p. 74
Figura 3 - Exemplar de ficha catalográfica do Departamento de Museologia da Fundaj..... p. 79
Figura 4 - Imagem da tela do computador apresentando a ficha catalográfica do Muhne..... p. 86
Figura 5 - Gráfico do acervo catalogado..... p. 88
Figura 6 - Gráfico do inventário sumário..... p. 89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEHIBRA	Centro de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade
CIDOC	Comitê Internacional de Documentação
CFC	Conselho Federal de Cultura
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CNRC	Conselho Nacional de Referência Cultural
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DEMU	Departamento de Museus e Centros Culturais
DIDOC	Diretoria de Documentação
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNARTE	Fundação Nacional de Arte
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
IBAC	Instituto Brasileiro de Arte e Cultura
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IBPC	Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IJNPS	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
INDOC	Instituto de Documentação
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAST	Museu de Astronomia
MEC	Ministério da Educação
MECA	Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte
MHN	Museu Histórico Nacional
MINC	Ministério da Cultura
MINOM	Movimento Internacional da Nova Museologia
MNBA	Museu Nacional de Belas Artes
MUHNE	Museu do Homem do Nordeste
OIM	Office Internacional de Musées
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PNC	Plano Nacional de Cultura
SIM	Sistema de Informações Museológicas
SIMBA	Sistema de Informação do Acervo do Museu Nacional de Belas Artes
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1 GESTÃO PÚBLICA E GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – CONCEITOS E DESAFIOS 17
1.1 A evolução dos sistemas burocráticos no Brasil 18
1.2 Marcos gerais e legais à gestão do patrimônio cultural brasileiro 244
1.3 Gestão museológica e suas práticas 29
1.4 A documentação museológica e as obrigações do Estado brasileiro 37

2 DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA – MÉTODOS E PRÁTICAS 433
2.1 O objeto de museu enquanto documento e fonte de informação 43
2.2 A classificação ou categorização dos objetos de museu 477
2.3 Princípios, conceitos e metodologias da documentação museológica 49
2.4 Fichas catalográficas para objetos de museu 54
2.5 A documentação museológica frente às tecnologias da informação 62

3 A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA NA FUNDAJ - FORMATOS E PADRÕES 64
3.1 Breve relato sobre a formação da Fundaj e seus acervos museológicos 64
3.2 Origens da sistematização da documentação museológica na Fundaj 71
3.3 SIM - Sistema de Informações Museológicas 78
3.4 Aspectos da documentação museológica do Muhne 82

4 CONCLUSÃO 90

REFERÊNCIAS 94

INTRODUÇÃO

Os museus são instituições dedicadas à preservação, à investigação e à exposição de bens culturais voltados para a construção de memórias. Podemos dizer que, no imaginário coletivo, os museus são guardiões de memórias que residem nos objetos preservados em seus acervos. Nesse sentido, os testemunhos da cultura e do meio ambiente são suportes de informações, representações de memória, que justificam sua preservação, pesquisa e exposição (CHAGAS, 1996, p. 90).

Os objetos são poderosos portadores de informações que necessitam de complexos mecanismos de gestão da informação, exigindo não só o trabalho com o potencial direto que eles fornecem, mas também com dados associados, de modo a ampliar seu universo de significados. Para tanto, são necessários procedimentos técnico-científicos que compreendem a organização, o tratamento, o armazenamento e a recuperação das informações que, na museologia, são denominados documentação museológica[1].

A documentação museológica está diretamente ligada à gestão dos museus, e tem como finalidade gerir o acervo desde sua entrada na instituição até a sua exposição, transformando-se em fonte de produção de conhecimento. Base para grande parte das atividades museológicas, a documentação é uma tarefa complexa que exige um sistema padronizado, estruturado com padrões técnicos especializados e uma série de convenções.

Para Camargo-Moro (1986, p. 41) um bom sistema de documentação exige regras escritas, estudos e pesquisas eficientes sobre o objeto e muita disciplina e atenção no trabalho. Regras e rotinas bem definidas são as garantias do fácil acesso e manutenção do sistema, e devem estar prescritas em manuais de serviços.

De forma geral, a documentação museológica é muito desigual entre as instituições e raramente está integrada a um sistema complexo, tornando-se um campo que até hoje envolve grandes discussões em torno das metodologias sobre seu exercício. Uma das razões desse problema reside na diversidade tipológica dos acervos dos museus, dificultando a padronização de instrumentos de catalogação dos objetos, gerando uma multiplicidade de procedimentos que cada museu utiliza.

Apesar de muitos países já terem avançado na padronização e compartilhamento da informação gerada em seus museus, o campo da documentação museológica não está

[1] Podem ser utilizadas também as seguintes denominações: documentação em museus e documentação em museologia.

consolidado, sendo até hoje uma preocupação do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e do seu Comitê de Documentação (Cidoc), a normalização documental - categorias, classificações e terminologias - para a gestão dos acervos. A normalização não só aumenta a eficiência dos sistemas de documentação, como estimula o intercâmbio e a cooperação em nível institucional, nacional e internacional.

Apesar de o Brasil ocupar certa posição confortável no aspecto da uniformização terminológica (GRANATO, 2010, p. 5), uma vez que temos trabalhos de indexação para acervos históricos, científicos, de cultura popular e de cultura material indígena, ainda temos um controle muito precário sobre os acervos de um modo geral, seja pelas oscilações das políticas públicas de cultura, que em alguns momentos relegaram os museus a um segundo plano, seja pela falta de aprofundamento da pesquisa científico-acadêmica voltada para o campo da documentação museológica.

Levando em conta que quase 70% dos museus no Brasil são de natureza administrativa pública, esta pesquisa foi desenvolvida na perspectiva de demonstrar que, apesar das peculiaridades e adversidades pelas quais a gestão pública brasileira vem passando ao longo de sua história, e em particular a gestão do patrimônio cultural, existiram ações, no âmbito do governo federal, voltadas para a documentação museológica que serviram de base a sistemas documentais informatizados utilizados contemporaneamente. O estudo teve como objetivo analisar os sistemas de documentação museológica na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), do Ministério da Educação (MEC), entre os anos de 1977 e 1997, e que resultaram na atual base de dados do Museu do Homem do Nordeste (Muhne).

A temática escolhida para a pesquisa requereu, inicialmente, um levantamento bibliográfico com a intenção de organizar um quadro sobre a formação e evolução da gestão pública e da gestão do patrimônio cultural no Brasil, delimitando, em particular, as responsabilidades do Estado na preservação do patrimônio salvaguardado nas instituições museais. Na sequência, foi realizada uma revisão bibliográfica visando apresentar os princípios, conceitos e metodologias que norteiam a documentação em museus. Para o levantamento dos dados referentes a documentação museológica na Fundaj, foram pesquisados, no arquivo do Muhne, documentos que viessem proporcionar uma visão de todo o processo de formação e transformação pelo qual o atual sistema de documentação do Muhne passou, desde 1977.

O trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo aborda os conceitos e desafios da gestão pública e da gestão do patrimônio cultural no Brasil, e foi subdividido em quatro partes. Compreendendo a gestão pública como o exercício responsável e lícito do

arbítrio dos administradores públicos (LYNN JR., 2010, p. 34), iniciamos o capítulo traçando um breve histórico da evolução dos sistemas burocráticos no Brasil, desde a transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, até o período do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Para a construção desta primeira parte nos apoiamos nos seguintes autores: Pereira (1988), Souza (2006), Costa (2008), Lynn Jr. (2010), Abrúcio (2011).

Continuando o capítulo, levantamos os marcos gerais e legais relativos à gestão do patrimônio cultural brasileiro. Considerando o patrimônio histórico como um bem destinado ao usufruto de uma comunidade (CHOAY, 2007, p. 11), desenvolvemos um quadro evolutivo das leis e políticas públicas de cultura no Brasil, desde a primeira lei destinada à organização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, passando pelos embates em torno da consolidação do campo cultural no país, até a criação do Ministério da Cultura (MinC). Além das leis voltadas à proteção e promoção do patrimônio cultural, utilizamos como aporte teórico Fonseca (2005), Chagas (2006), Rodrigues (2006), Choay (2007), Calabre (2009), Chuva (2012).

Na terceira parte apresentamos o conceito de gestão museológica e as práticas que a envolve. Apoiados em Cândido (2013), Desvallées e Mairesse (2010), Magalhães (2010; 2004), Chagas (2006), Moutinho (1993), em documentos internacionais sobre os princípios do pensamento museológico contemporâneo, nos relatórios de gestão da política nacional de museus (2005; 2006), nas leis que instituíram o Sistema Brasileiro de Museus, o Estatuto dos Museus e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), além de alguns documentos do arquivo do Muhne, procuramos entender como o universo da museologia se associa ao universo do patrimônio cultural. Dessa forma, organizamos um breve histórico da formação dos museus no Brasil, destacando algumas ações no campo da museologia promovidas pela Fundaj que tiveram repercussão nacional, até atual configuração do setor museológico que, desde 2009, conta com o Ibram para o desenvolvimento de uma política pública para o setor.

Finalizando o primeiro capítulo, Ribeiro e Silva (2010) destacam que os inventários, que é uma das formas de documentação de acervos museológicos, são uma ferramenta de identificação e proteção do patrimônio cultural. Nesse sentido, registramos três ações realizadas e/ou apoiadas pelo governo federal na intenção de estabelecer critérios para a gestão e controle de acervos – *Sistema de Informações Museológicas* (INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS, 1979), *Thesaurus para acervos museológicos* (FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA, 1987) e *Sistema de Informação do Acervo do Museu Nacional de Belas Artes* (MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES, 1992). Concluindo, fazemos uma análise da situação atual da documentação museológica nas

instituições brasileiras sob a ótica da gestão baseada em resultados (RIBEIRO FILHO *et al*., 2012).

O segundo capítulo trata dos métodos e práticas que envolvem a documentação museológica. Para sua fundamentação teórica foram consultados: Camargo-Moro (1986), Ferrez; Bianchini (1987), Ferrez (1991), *Manual de Catalogação de pinturas, esculturas, desenhos e gravuras do Museu Nacional de Belas Artes* (1995), *Cidoc Fact Sheet* (1993), Chagas (1996), Torres (2002), *Caderno de diretrizes museológicas* (2006), Cândido (2006), Ceravolo; Tálamo (2007), Barbuy (2008), Lima (2008), Loureiro (2008), Smit (2008), Desvallées; Mairesse (2010), Matos (2013).

Os assuntos tratados neste capítulo estão majoritariamente embasados no trabalho de Fernanda de Camargo-Moro (1986), que no prefácio de Paulette Olcina, Chefe do Centro de Documentação da Unesco – ICOM (1970-1983) e Secretária Geral Adjunta do ICOM (1980-1985), apresenta a autora como uma das "personalidades do mundo dos museus, das melhores categorizadas para tratar de museologia sob todos os aspectos", declarando que a publicação será um excelente diário de trabalho para os profissionais de museus. Graduada em Museologia e doutora em Arqueologia, Camargo-Moro trabalhou no ICOM sob a orientação de Yvonne Oddon, Paulette Olcina, George-Henri Rivière e Hugues de Varine, personalidades atuantes da museologia e do ICOM que estiveram à frente do Cidoc. Com quase três décadas, seu livro continua sendo referência no Brasil para o trabalho de documentação museológica. Ele analisa o processo que vai da aquisição dos bens culturais até sua difusão, documentação, manutenção, conservação e segurança, nos seus mais diferentes aspectos.

Iniciamos o capítulo com o debate sobre as questões teóricas que analisam o objeto enquanto documento, a partir do "Tratado de Documentação", organizado por Paul Otlet, no ano de 1934, que define os documentos como registros escritos, gráficos ou tridimensionais. Nesta visão ampliada do objeto/documento, ressaltamos que, para a execução da documentação museológica, é necessário o estudo do objeto quanto à sua estrutura física – aspectos intrínsecos – e quanto ao seu valor simbólico – aspectos extrínsecos.

Em seguida, tratamos as questões relacionadas à classificação ou categorização dos objetos de museu, ressaltando a necessidade e importância das instituições museais estabelecerem um vocabulário controlado, tornando a recuperação da informação mais eficiente.

Na terceira parte, fizemos uma explanação sobre os princípios e conceitos da documentação museológica abordando alguns aspectos históricos relativos ao seu exercício,

destacando as normas e padrões para o estabelecimento de sistemas de documentação e enumerando os atributos básicos determinados pelo ICOM para o desenvolvimento do trabalho de catalogação do objeto.

Isto posto, na quarta parte, apresentamos e analisamos dois modelos de fichas catalográficas: a *Oddon 1,* criada por Camargo-Moro (1986) e a recomendada pelo Ibram no *Caderno de Diretrizes Museológicas* (2006). A título de comparação citamos ainda a ficha catalográfica do *Sistema de Informação do Acervo do Museu Nacional de Belas Artes* (1992).

Por fim, discutimos o impacto das tecnologias da informação no exercício da documentação museológica, apontando a importância da normalização documental como fator essencial para o sucesso de um sistema de documentação informatizado.

O último capítulo trata exclusivamente da documentação museológica na Fundaj e sua inter-relação entre as políticas nacionais de cultura. Próxima de completar 70 anos de existência, a Fundaj é detentora de uma realidade institucional bastante diversa da realidade dos principais museus do país. Por conta das suas peculiaridades, iniciamos o capítulo contando a história da criação da instituição, incluindo seus museus e o atuante Departamento de Museologia nos idos das décadas de 1970 e 1980, contrapondo com o pensamento do seu idealizador, o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre.

A seguir, descrevemos as origens da documentação museológica na Fundaj, a partir do pioneiro projeto *Atividades no campo da museologia* (1977), realizado pela instituição com recursos oriundos da Fundação Nacional de Arte (Funarte). Um trabalho de longo alcance que tinha o objetivo de fazer um levantamento dos acervos dos museus no Norte e Nordeste. A experiência adquirida com este trabalho levou a Fundaj a desenvolver o *Sistema de Informações Museológicas (SIM)* (1979), que se tornou a base do sistema de documentação do Muhne.

Procurando sistematizar todo o processo de transformação que a documentação do Muhne passou, são apresentados e descritos os modelos das fichas catalográficas, de 1977 e 1979, desenvolvidas pelo Departameno de Muesologia, junto com o Centro de Processamento de Dados da Fundaj. Paralelamente, foram analisados documentos que tratam da avaliação das ações de documentação, buscando compreender a linha de pensamento que norteava os museólogos responsáveis pelo trabalho.

Perto de finalizar a pesquisa, detectamos uma lacuna no arquivo do Muhne que nos impediu de estabelecer a forma pela qual a antiga base de dados do SIM foi transferida para o sistema DOS do MicroIsis, em 1992, e, posteriormente, em 1997, para a versão CDS/ISIS, com interface gráfica para o sistema operacional *Windows.* Recorremos, então, ao auxílio da

Biblioteca Central Blanche Knopf, da Fundaj, que utiliza o mesmo sistema MicroIsis, presumindo que as bases de dados da Biblioteca, em atividade desde 1988, haviam passado pelo mesmo processo de transformação da base de dados do Muhne. Nesse sentido, estabelecemos uma relação entre as bases de dados da Biblioteca e a do Muhne.

Na sequência, comparamos e analisamos as alterações nos campos do programa CDS/ISIS do Muhne com os campos das antigas fichas catalográficas, constatando que a supressão de alguns campos causaram prejuízo à pesquisa e que a inclusão do campo classificação, sem obedecer a um vocabulário controlado, não trouxe nenhuma vantagem para a indexação e a pesquisa do acervo.

Finalizando o capítulo, descrevemos a situação atual da documentação museológica no Muhne e detalhamos o *Projeto de Inventário do acervo museológico do Museu do Homem do Nordeste* (2011), em execução pela Divisão de Museologia, com o objetivo de fazer um cruzamento dos dados obtidos pelo Projeto com os dados da base MicroIsis, na intenção de detectar possíveis falhas na base e promover os ajustes necessários.

A conclusão encerra o trabalho evidenciando, através dos fatos expostos ao longo dos capítulos, que, apesar das escassas ações do Governo Federal no campo da documentação museológica, existe, no âmbito do MEC, um sistema de documentação, pioneiro para sua época, desenvolvido ao longo de 30 anos, por museólogos e profissionais de Tecnologia da Informação, que até hoje serve satisfatoriamente à pesquisa do acervo do Muhne. E nós, como servidores públicos imbuídos na busca pela eficiência e eficácia dos serviços prestados à sociedade, devemos envidar os ajustes necessários à atualização de um sistema de documentação museológica que poderá ser partilhado com outras instituições, diminuindo o atraso tecnológico vivenciado por grande parte dos museus brasileiros.

1 GESTÃO PÚBLICA E GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – CONCEITOS E DESAFIOS

Partindo do pressuposto de que o Estado é o principal agente modernizador quanto ao desenvolvimento socioestrutural de um país, desenvolvemos neste capítulo um breve histórico de como foram construídas as bases do Estado Nacional no Brasil, desde a transferência da Família Real Portuguesa até o Governo de Luís Inácio Lula da Silva.

A partir do conhecimento das características mais marcantes dos elementos que formam a administração pública brasileira, buscaremos compreender as dificuldades que rotineiramente percebemos na gestão da grande parte de nossas instituições públicas de um modo geral, e na gestão das instituições públicas criadas para administrar o patrimônio cultural brasileiro em particular.

Tomando como marco regulatório para a gestão do patrimônio cultural o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, analisaremos a presença do Estado como agente responsável pelo crescimento do setor cultural e os embates mais importantes entre as frentes denominadas patrimonial e executiva que compunham o cenário cultural, principalmente entre os anos de 1970 e 1980.

A compreensão da evolução da gestão publica e do processo de institucionalização da gestão do patrimônio cultural no Brasil são a base do entendimento dos aspectos relacionados à gestão museológica no Brasil, que sempre esteve intrinsecamente associado ao universo do patrimônio cultural, uma vez que, por décadas, os museus federais viveram sob a gestão administrativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Foi somente no ano de 2003 que os museus brasileiros restabeleceram sua posição na agenda pública do país, a partir do desenvolvimento de uma política nacional de museus, dando origem, seis anos depois, ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), consolidando uma nova configuração para o setor museológico.

O novo quadro que se apresenta com o Ibram é propício à abertura de discussões que venham promover o desenvolvimento técnico-científico do setor museológico, por muitos anos deixado de lado pelo poder público.

Com esse propósito estudaremos os fatores que envolvem o trabalho da documentação museológica, que é um dos aspectos básicos relacionados à gestão dos museus. Pois sem se conhecer sua matéria-prima – objetos reunidos em acervos – ficamos extremamente limitados ao desenvolvimento de uma gestão de museu abrangente e participativa, que auxilie a sociedade no progresso da educação e da cidadania.

1.1 A evolução dos sistemas burocráticos no Brasil

A abrangência do conceito de gestão pública varia entre países com diferentes tradições legais e políticas. Fenômeno do Estado Moderno, ela é definida como uma forma constitucionalmente apropriada do arbítrio gerencial destinado a instrumentalizar o governo a desenvolver as ações desejadas pela sociedade (LYNN JR., 2010, p. 34). Por estas ações, denominam-se políticas públicas, que se caracterizam como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos (PETERS *apud* SOUZA, 2006, p. 24).

Seguindo o princípio de que toda sociedade é formada por uma variedade de membros que a fazem complexa, gerando conflitos de opiniões, de interesses e de valores, e cujas diferenças precisam ser administradas de forma que não ponham em risco sua sobrevivência e progresso, é papel dos governos por em prática a vontade do povo a partir do desenvolvimento de políticas públicas capazes de abarcar as diversas demandas da sociedade.

Levando-se em conta que "poucas leis e políticas públicas são autorrealizáveis" (LYNN JR., 2010, p. 33), uma gestão pública competente é essencial para a realização de um bom governo.

Com base nesses aspectos, compreende-se que as políticas públicas são resultantes da atividade política e envolvem um conjunto de decisões e ações relativas à atribuição ordenada de valores estrategicamente selecionadas para implementá-las. São decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público, que apontam para diversos fins almejados pelos variados grupos que participam do processo decisório.

No Brasil, as bases do Estado nacional estão diretamente relacionadas com a transferência da Família Real Portuguesa da cidade de Lisboa para o Rio de Janeiro e com a elevação da antiga colônia à sede do Reino, no início do Século XIX. Nesse processo, diversos organismos foram criados: a Academia de Marinha, a Academia de Artilharia e Fortificações, o Arquivo Militar, a Tipografia Régia, a Fábrica de Pólvora, o Jardim Botânico, a Biblioteca Nacional, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, o Museu Real, o Banco do Brasil, entre outros (COSTA, 2008, p. 835-836).

O hibridismo nas relações entre o Estado e a Sociedade iniciado ainda no período colonial intensificou-se com a mudança da corte portuguesa para o Brasil e, consequentemente, a falta de clareza entre o que era patrimônio público e privado acentuou-se. Denominado de administração patrimonialista, este modelo vigorou em nosso país desde os primórdios da ocupação portuguesa. Este tipo de administração era característico das

monarquias absolutas, onde o estado era entendido como propriedade do rei, tendo como normas o nepotismo, o empreguismo, senão a corrupção (PEREIRA, 1998, p. 241), conforme explica Frederico Lustosa da Costa:

> O fato é que a transferência da corte e mais tarde a elevação do Brasil a parte integrante do Reino Unido de Portugal constituíram as bases do Estado nacional, com todo o aparato necessário à afirmação da soberania e ao funcionamento do autogoverno. A elevação à condição de corte de um império transcontinental fez da nova administração brasileira, agora devidamente aparelhada, a expressão do poder de um Estado nacional que jamais poderia voltar a constituir-se em mera subsidiária de uma metrópole de além-mar (COSTA, 2008, p. 836).

Foi no meio de um período politicamente intenso e conturbado que o Estado nacional brasileiro se formou. A independência do país, em 1822, instituiu o governo do Brasil mantendo o regime monárquico[2]; o período regencial[3], entre 1832 e 1841, foi marcado por uma série de crises até a declaração da maioridade do imperador, então com quinze anos de idade; a partir de 1847, o Poder Moderador[4] foi instalado visando administrar os conflitos entre as classes dominantes e sustentar a ordem monárquica; e por fim, na década anterior à proclamação da República, a crise agravou-se sobremaneira com o movimento abolicionista, a centralização exagerada do governo e a Guerra do Paraguai, que desequilibrou as contas públicas, entre outras consequências (COSTA, 2008, p. 837, 838).

A mudança para a denominada República Velha (1889-1930), primeiro período republicano, não alterou de forma significativa as estruturas socioeconômicas do Brasil e o aparato institucional e administrativo brasileiro seguiu seu modelo patrimonialista até 1936, quando o enfraquecimento das elites agrárias e o desenvolvimento da industrialização no Brasil ensejaram uma clara necessidade de distinção entre o público e o privado, entre o político e o administrador público, dando origem a uma reforma que implantou o modelo de administração pública burocrática clássica, utilizado na Europa desde o final do Século XIX e nos Estados Unidos desde o começo do Século XX (PEREIRA, 1998, p. 241).

Segundo Bresser Pereira (1998, p. 241-242), a administração burocrática é um modelo administrativo que surgiu em consequência das novas necessidades trazidas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial, que exige uma separação entre o Estado e o mercado, aliado a serviços públicos prestados com rapidez, boa qualidade e custo baixo. Essas

---

[2] O Regime Monárquico foi a forma de governo surgida naturalmente com a independência brasileira em 1822, promovida pelo próprio Regente do Brasil à época, D. Pedro I.

[3] Período compreendido entre a abdicação de D. Pedro I e a proclamação da maioridade de D. Pedro II. Enquanto D. Pedro II era menor de idade o governo foi dirigido por uma regência integrada por três representantes.

[4] Poder Moderador é o que se sobrepõe aos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, cabendo ao seu detentor força coativa sobre os demais.

necessidades contribuíram para a formação da administração burocrática clássica, no entanto o pressuposto de eficiência em que se baseava não conseguiu se sustentar a partir do momento em que começaram a crescer as demandas pelos serviços sociais (educação, saúde, cultura, previdência, etc.) e por uma maior atuação econômica dos governos (regulação do sistema econômico interno e das relações internacionais, estabilidade da moeda e do sistema financeiro, provisão de serviços públicos e de infraestrutura).

Entre 1930 e 1945, durante a denominada Era Vargas[5], o Brasil agrário cede espaço ao Brasil industrial, deslocando o eixo estruturador das decisões das políticas sociais e incorporando novos atores à arena política. O primeiro esforço no sentido de adaptação a esta nova realidade, que exigia a superação da administração patrimonialista, se deu com a criação, em 1936, do Conselho Federal do Serviço Público Civil, transformado dois anos depois em Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Bresser Pereira (1998, p. 243) chama atenção para o fato de que a criação do Dasp é a afirmação dos princípios centralizadores e hierárquicos da burocracia clássica.

Somente trinta anos após a criação do Dasp, em 1967, é que o estado brasileiro fez outra tentativa de transformação do sistema burocrático do país. A homologação do Decreto-lei nº 200 instituiu um sistema diferenciado para a administração indireta, pelo qual se dava grande autonomia para a contratação de pessoal pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)[6]. Para Bresser Pereira,

> O Decreto-lei nº 200 teve, porém, duas consequências inesperadas e indesejáveis. De um lado, por permitir a contratação de empregados sem concurso público, facilitou a sobrevivência de práticas patrimonialistas e fisiológicas. De outro, por não se preocupar com mudanças no âmbito da administração direta ou central, que era vista pejorativamente como "burocrática" ou rígida, deixou de realizar concursos e de desenvolver carreiras de altos administradores. O núcleo estratégico do Estado foi, na verdade, enfraquecido indevidamente através da estratégia oportunista do regime militar, que, ao invés de se preocupar com a formação de administradores públicos de alto nível selecionados através de concursos públicos, preferiu contratar os escalões superiores da administração através de empresas estatais (PEREIRA, 1998, p. 244, 245).

Fracassada a reforma administrativa embutida no Decreto-lei nº 200, a situação da administração pública brasileira se agravou com a crise política do regime militar iniciada na década de 1970. Neste mesmo período, o mundo se deparou com o início da crise do petróleo, que somado à crise fiscal e a estruturas de Estado enormes e ineficientes, impulsionaram o movimento de transformação dos sistemas burocráticos das potências capitalistas em direção

[5] Nome que se dá ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil durante quinze anos – Governo Provisório (1930-1934); Governo Constitucionalista (1934-1937); Estado Novo (1937-1945).

[6] Os trabalhadores que são contratados pelo regime de CLT também são chamados de celetistas e seguem o regime de trabalho da iniciativa privada.

a uma administração pública gerencial, que tem como princípios a desburocratização, a descentralização, a transparência, a *accountability*[7], a ética, o profissionalismo, a competitividade e o enfoque no cidadão.

Nos anos 1980, os países centrais buscavam aumentar a eficiência e a efetividade dos órgãos de Estado, assegurando o caráter democrático da administração pública. O Brasil caminhava com seu processo de redemocratização, neste período marcado pela promulgação da Constituição de 1988, que trouxe uma perspectiva de mudança para a administração pública brasileira. "Atendendo aos clamores de participação nas decisões públicas, foram institucionalizados mecanismos de democracia direta, favorecendo um maior controle social da gestão estatal, incentivou-se a descentralização político-administrativa" (COSTA, 2008, p. 859). Nesse sentido, Fernando Luiz Abrúcio destaca que:

> Estas mudanças trouxeram ganhos à administração pública brasileira, reduzindo problemas crônicos como o clientelismo baseado no empreguismo e a pouca visibilidade das decisões governamentais (ABRÚCIO, 2011, p. 121).

Já para Bresser Pereira, a Constituição de 1988, no capítulo da administração pública, promove um grande retrocesso de características corporativistas e patrimonialistas.

> A partir dessa perspectiva, decidiram, através da instauração de um "regime jurídico único" para todos os servidores públicos civis da administração pública direta e das autarquias e fundações, tratar de igual forma faxineiros e professores, agentes de limpeza e médicos, agentes de portaria e administradores de cultura, policiais e assistentes sociais; através de uma estabilidade rígida, ignorar que esse instituto fora criado para defender o Estado, não seus funcionários; através de um sistema de concursos públicos ainda mais rígido, inviabilizar que uma parte das novas vagas fossem abertas a funcionários já existentes; através da extensão a toda administração pública das novas regras, eliminar toda a autonomia das autarquias e fundações públicas (PEREIRA, 1998, p. 247).

Independente das opiniões, o efeito das mudanças promovidas pela Constituição de 1988 não foi suficiente para instaurar o ambiente ideal de controle de gestão, necessário ao bom funcionamento da administração pública. Por outro lado, a tomada de consciência pela população da crise econômica, a partir da hiperinflação de 1990, impulsionou a efetivação de medidas permanentes de ajuste fiscal no governo Collor que, apesar de conturbado e interrompido por *impeachment*[8], promoveu o início da reforma da economia e do Estado, através da abertura comercial, do programa de privatizações e de medidas permanentes para o ajuste fiscal (PEREIRA, 1998, p. 250). Entretanto, Costa alerta que estas medidas não foram isentas de críticas:

---

[7] Termo de origem inglesa. Na década de 1990 passou-se a adotar como tradução do termo "obrigação de prestar contas".

[8] Termo de origem inglesa que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do poder executivo pelo congresso nacional, pelas assembleias estaduais ou pelas câmaras municipais.

> É verdade que a extinção de alguns órgãos que cumpriam missões mais relevantes e as demissões em todas as áreas provocaram vivas discussões. Questionou-se, por exemplo, o propósito desmantelamento do aparelho de promoção cultural e o fundamento ético de demissões em massa numa conjuntura econômica recessiva. [...] Perdeu-se, nessa perspectiva, até o que havia de consensual antes da posse do presidente Collor – a necessidade de redefinir o papel do Estado e redimensionar o tamanho do governo (COSTA, 2008, p. 860).

Com quase duas décadas de atraso em relação à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos, o Brasil inicia um movimento explícito de transformação para a administração pública gerencial liderado pelo então ministro de Reforma do Estado, Bresser Pereira, no primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-1998), conforme exposto no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), de 1995. O PDRAE objetivava, em curto prazo, implementar um ajuste fiscal e, em médio prazo, modernizar a administração pública com foco no serviço à população, e estava inserido no projeto de estado mínimo[9] implementado naquele governo.

A estratégia do PDRAE estava embasada na redefinição do papel do Estado que passaria de responsável a promotor e regulador do desenvolvimento econômico e social, deixando para estados e municípios as funções de prestação de serviços sociais e de infraestrutura, reforçando a governança[10] (COSTA, 2008, p. 863). Dessa forma, buscava o fortalecimento da competência administrativa do núcleo estratégico do Estado ao mesmo tempo em que promovia a autonomia das agências e organizações sociais. Para tanto, o PDRAE visou implementar a metodologia dos contratos de gestão:

> Através do contrato de gestão, o núcleo estratégico definirá os objetivos das entidades executoras do Estado e os respectivos indicadores de desempenho, e garantirá a essas entidades os meios humanos, materiais e financeiros para sua consecução. As entidades executoras serão, respectivamente, as "agências autônomas", no setor das atividades exclusivas de Estado, e as "organizações sociais", no setor de serviços não-exclusivos de Estado (PEREIRA, 1998, p. 259).

Apesar de Bresser Pereira justificar que a proposta do PDRAE defendia a ampliação do caráter democrático e participativo da esfera pública através da publicização dos serviços não exclusivos de Estado, declarando-os como organização social, o maior número de realizações da reforma proposta, embora não fossem atribuições do Ministério da

[9] Estado mínimo é um termo derivado das consequências do pensamento oriundo da Revolução Americana, que prega o liberalismo. O Estado de intervenção mínima cuidava apenas da segurança e justiça, deixando o provimento de serviços aos indivíduos e empresas por eles contratadas. Nas últimas décadas do século XX, surgiu um movimento político e econômico chamado por alguns intelectuais de neoliberalismo. Essa doutrina favoreceu a redução do papel do Estado em parte do mundo principalmente na economia.

[10] Governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento, e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções.

Administração e Reforma do Estado, concentrou-se na privatização de empresas estatais, o que significa que o principal objetivo do PDRAE não foi alcançado.

Iniciado o período do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010), cuja base política continha pontos de resistência às ideias de Bresser Pereira, o que se verificou não foi uma rejeição integral de suas ideias.

> Neste sentido, foi feita uma reforma da Previdência do servidor público – que FHC não conseguira fazer -, embora sua regulamentação tenha sido deixada pela metade; houve a proposição da Fundação Estatal de Direito Privado para a área da Saúde, não tão distante da inspiração das Organizações Sociais, embora o projeto não tenha sido votado no Congresso Nacional, por pressões de deputados petistas, principalmente; as privatizações foram criticadas, porém o governo Lula formulou e promulgou a Lei de Parcerias Público-Privado (PPPs), além de ter ocorrido um processo de concessão de estradas bem-sucedido, do mesmo modo que parcerias com o setor privado expandiram-se na esteira do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) (ABRÚCIO, 2011, p. 123).

A partir deste breve relato sobre a evolução dos sistemas burocráticos no Brasil percebemos que uma característica marcante da nossa administração pública é a convivência concomitante de elementos dos modelos patrimonialista, burocrático e gerencial. Destaca-se também o descompasso existente entre a norma prescrita que se supõe regular a administração pública e a conduta concreta do Estado. E por fim, mas muito importante para este estudo, a Constituição de 1988, que rege o sistema burocrático atual apresenta excesso de centralização e de rigidez, dificultando a gestão da grande diversidade de instituições públicas existentes em nosso país.

A despeito dos dilemas da administração pública no Brasil, da evolução pouco produtiva em relação aos arranjos e consolidações institucionais, havemos de enaltecer as partes constitutivas da Racionalidade (no sentido utilizado por Weber[11]) que são princípios fundadores de um sistema burocrático, instituindo normas e regras para o estabelecimento de procedimentos e execução de tarefas, gerando uma sistemática de operação.

Segundo Prates (2007, p. 118, 119), para Weber a administração pública constitui um fenômeno do Estado moderno no qual a burocracia, com maior ou menor grau de racionalidade legal[12] ou de legitimidade, passou a ser a estrutura predominante da administração. Seguindo este princípio, Weber afirma que o marco definitivo do surgimento da administração de natureza pública é o advento do Estado burocrático moderno, que

[11] Sociólogo alemão nascido em 1864 estudou a relação entre os conceitos de racionalidade com os processos organizacionais, na intenção de explicar porque as organizações tinham a necessidade de racionalizar suas ações.
[12] Prates (2007, p. 118) explica que: "O termo *racional-legal* é utilizado por Weber para designar o tipo de ação orientada pela crença na validade dos princípios legais em que se baseia a legitimidade da organização burocrática, em contraposição às crenças baseadas na Tradição que legitimam os sistemas burocráticos patrimoniais".

permitiu a clara e explícita separação entre as esferas pública e privada nas sociedades capitalistas ocidentais.

> Somente com a burocratização do Estado e do Direito em geral, vemos a possibilidade definida de separar, clara e conceitualmente, uma ordem jurídica "objetiva" dos "direitos subjetivos" do indivíduo, que ela garante; de separar Direito "Público" do Direito "Privado" (WEBER [1943], 1971, p. 276, 277 *apud* PRATES, 2007, p. 120).

Desta feita, o entendimento dos princípios e das etapas formadoras da administração pública brasileira permitirá uma melhor compreensão do processo de institucionalização da gestão do patrimônio cultural no Brasil, e mais especificamente da gestão museológica e suas práticas.

1.2 Marcos gerais e legais à gestão do patrimônio cultural brasileiro

> Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito "nômade", ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante.
> Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, "patrimônio histórico" tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade (CHOAY, 2007, p. 11).

A noção de patrimônio histórico surge no final de Século XVIII, em meio à Revolução Francesa, tornando-se, posteriormente, uma prática dos Estados modernos. Conforme aponta Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p. 21), sua constituição se dá a partir da seleção de um conjunto de bens no espaço público, nomeados como merecedores de proteção pela capacidade de evocar a ideia de nação, passando a serem utilizados com o objetivo de construção de uma identidade coletiva, colaborando com a educação e a cidadania.

No Brasil, o primeiro marco legal voltado à preservação do patrimônio[13], em vigor até hoje, é o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Ele organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, definindo-o como o conjunto dos bens móveis e

[13] O referido decreto é a primeira lei voltada à preservação do patrimônio após a proclamação da república, contudo o IPHAN se refere a ações de preservação ainda no período colonial: "A primeira notícia que se tem de alguma iniciativa visano a proteção de monumentos históricos já data de meados do século XVIII: D. André de Melo e Castro, Conde das Galveias, Vice-Rei do Estado do Brasil de 1735 a 1749, ao tomar conhecimento das intenções do Governador de Pernambuco a respeito de construções ali deixadas pelos holandeses, escreveu-lhe uma carta onde demonstra notável percepção da complexidade que envolve os problemas de proteção a monumentos históricos" (SPHAN/Pró-Memória,1980, p. 9).

imóveis existentes no País que sejam de interesse público e que para serem considerados como tal deverão estar inscritos num dos quatro Livros do Tombo[14]: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. O Decreto-Lei regulamenta ainda o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)[15] que, criado anteriormente, em 13 de janeiro do mesmo ano, ficou incumbido de gerir todas as etapas dos processos de solicitação de tombamentos. O SPHAN ainda existe, tendo se transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

É bem verdade, como vimos na primeira parte deste capítulo, que a Família Real Portuguesa, ao se transferir para o Brasil, precisou criar alguns organismos que possibilitassem a gestão do Império a partir da ex-colônia. Na área cultural, visando principalmente à legitimação da sua presença, foram criados a Tipografia Régia, a Biblioteca Nacional, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, o Museu Real, entre outros. Contudo, foi somente no Século XX, com a homologação do Decreto-lei nº 25 que teve início a efetiva participação do Estado na realização de ações preservacionistas do patrimônio cultural brasileiro. De acordo com Calabre,

> No Brasil, em nível federal, identificamos no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) um grupo inicial de ações articuladas no campo da cultura, que tomam forma de políticas. Na década de 1930, o país passou por significativas mudanças nas mais diversas áreas. Foi um período marcado por um processo de urbanização acelerada, pelo aumento da produção industrial, pela conquista de uma série de direitos trabalhistas e pela implantação de um sistema de ensino público de caráter mais universalizante. Mas também foi o momento no qual uma série de medidas foram tomadas, objetivando fornecer uma maior institucionalidade para o setor cultural (CALABRE, 2009, p. 265- 266).

O debate sobre a formulação de uma política cultural, em geral, e de preservação, em particular, contou com uma elite de intelectuais e políticos como Mario de Andrade, Gustavo Capanema, Carlos Drumond de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Apesar da larga discussão ocorrida no período e do inconteste avanço do setor cultural, o Decreto-Lei, conforme Rodrigues (2006, p.3) chama atenção, resumia a promoção da preservação do patrimônio ao instrumento legal do tombamento, deixando de lado questões mais amplas referentes à identidade nacional, subtraindo o fazer cultural do povo brasileiro da ação do Estado, que apenas se institucionalizaria décadas depois, conforme explica Chuva:

---

[14] Tombamento é o ato legal de reconhecimento do valor cultural de um bem, que o transforma em patrimônio oficial e institui regime jurídico especial de propriedade. O nome tombamento advém da Torre do Tombo, o arquivo público português, onde eram guardados e conservados documentos importantes de sua história.

[15] Antecedente ao Sphan existiu a Inspetoria de Monumentos Nacionais no Museu Histórico Nacional, que será tratada no tópico seguinte, quando serão apresentadas questões relativas à gestão museológica.

> É sabido que, nos anos 30, Mario de Andrade encarnou o papel de agente do poder público para a promoção da cultura brasileira, lançando tanto as bases para a ação do Estado na preservação do patrimônio artístico no Brasil, quanto para o conhecimento do folclore brasileiro – que denominava também de cultura popular, não julgando pertinente essa distinção. Suas viagens em missão ao Nordeste, seguidas de ação no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, foram as suas principais fontes de experiência para a construção de uma metodologia de conhecimento da cultura brasileira de caráter *científico*, que subsidiaria a criação, em 1947, da Comissão Nacional de Folclore, e para a formulação das suas concepções de arte, cultura e patrimônio, que fundamentariam o anteprojeto para a criação do Span (CHUVA, 2012, p. 150).

Contudo o anteprojeto desenvolvido por Mário de Andrade para o SPHAN, que apresentava uma visão ampla do conceito de patrimônio que incluía as festas, danças, lendas, enfim, todo o repertório de bens culturais imateriais formadores da cultura brasileira, foi desconsiderado. "Por mais que se queira reconhecer no decreto-lei n. 25/37 a inspiração do anteprojeto de Mário de Andrade, é preciso não camuflar o fato de que o referido anteprojeto não foi vitorioso" (CHAGAS, 2006, p.87).

Na verdade, o que se apreende é que o foco principal do Decreto-lei nº 25 estava centrado na preservação do patrimônio histórico brasileiro formado por bens móveis e imóveis, que fossem de interesse público e estivessem vinculados a fatos memoráveis da nossa história. Este era o objetivo do Estado, no qual o SPHAN, como órgão representativo desta função, dentro dos seus limites e possibilidades de atuação, exerceu suas atividades.

Lia Calabre (2009, p. 266) destaca que, apesar do crescente desenvolvimento da indústria cultural entre 1946 e 1960, é quase inexistente a presença direta do Estado como agente responsável por este crescimento. Neste sentido, podemos sugerir que o decreto acabou distanciando o poder público, nesse caso representado pelo SPHAN, da sua função de elaborador e fomentador de políticas públicas para o setor cultural. Somente em 1966, com a criação do Conselho Federal de Cultura (CFC), é que o Estado retoma a ideia de institucionalização do campo da produção artístico-cultural. Os planos do CFC tinham entre seus objetivos transformarem em formuladores de políticas, em suas respectivas áreas, instituições como a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), entre outras. Vale ressaltar que nenhum dos planos foi totalmente posto em prática.

A década de 1970 foi marcante para a área da cultura. As discussões iniciadas pelo CFC e expostas nos planos por ele elaborados trouxeram à tona questões relativas à multifacetada cultura da nossa sociedade e mostraram que o campo cultural estava divido em uma frente executiva e outra patrimonial (CHUVA, 2012, p. 157-158).

A frente executiva se caracterizava pelo desenvolvimento de projetos relacionados à arte popular, voltada prioritariamente às questões relativas ao patrimônio imaterial, e à frente

patrimonial pela restauração de bens arquitetônicos, agregando o conjunto do patrimônio material. Levando em conta este aspecto, foi criada, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1975, a Fundação Nacional de Arte (Funarte), que assumiu a dita frente executiva, tomando para si, a realização de projetos de artes visuais, de música e de folclore e culturas populares. A dita frente patrimonial permaneceu sob a responsabilidade do IPHAN, que ficou totalmente à vontade para voltar-se quase que exclusivamente para o desenvolvimento de ações de tombamento de bens arquitetônicos.

Ainda neste período, em 1976, é importante citar a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) sob os auspícios do Ministério da Indústria e Comércio, da Universidade de Brasília e da Fundação Cultural do Distrito Federal. Dirigido por Aloísio Magalhães[16], o CNRC tinha como principais objetivos "o desenvolvimento econômico, a preservação cultural e a criação de uma identidade para os produtos nacionais, principalmente na área da exportação" (CALABRE, 2009, p. 267). O CNRC tinha uma postura crítica quanto ao modo de preservação do patrimônio histórico e artístico promovida pelo IPHAN, e trabalhava com a noção de bem cultural, ao invés de patrimônio cultural, e a ideia de cultura popular, ao invés de folclore (CHUVA, 2012, p. 158).

A figura de Aloísio Magalhães tornou-se ímpar no processo de institucionalização da gestão do patrimônio cultural no Brasil, pois de crítico contumaz da política de preservação do patrimônio histórico e artístico adotada pelo IPHAN, ele passou a presidente do mesmo e,

> transformando o risco em oportunidade de se fortalecer em termos políticos, ele ocupou estrategicamente o comando da frente patrimonial, naquele momento, mais enfraquecida, dando-lhe novo fôlego. Com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, Aloísio Magalhães promoveu ainda a incorporação de vários outros órgãos da esfera da cultura que se encontravam em condições bastante precárias naquele momento, o que proporcionaria o crescimento e a requalificação significativos do setor cultural, cujos resultados se verificariam na década de 1980. Ao que tudo indica a chamada "fase moderna" da trajetória da preservação no Brasil, quando se operou a fusão entre o IPHAN e CNRC, originando a SPHAN/Pró-Memória, nasceu exatamente de uma brecha encontrada por Aloísio Magalhães na estrutura de poder do Estado brasileiro (CHUVA, 2012, p. 159).

Dando sequência a esse movimento de ampliação e consolidação do campo cultural no Brasil, iniciado nos anos de 1970, foi criado, em 1985, no governo do Presidente José Sarney, o Ministério da Cultura (MinC). Em seus primeiros meses de existência o novo ministério apresentou muitos problemas administrativos, além de uma acentuada escassez de recursos financeiros. Visando sanar o problema, em 2 de julho de 1986, foi promulgada a Lei nº 7.505.

[16] Designer gráfico pernambucano, foi um dos pioneiros na introdução do design moderno no Brasil, colaborando na fundação da primeira escola superior de design no país. Intelectual voltado às questões relacionadas à formação da cultura brasileira, foi secretário de cultura do MEC e diretor do Iphan.

Popularmente denominada Lei Sarney, foi a primeira lei de incentivo à cultura voltada para a captação de recursos a partir da renúncia fiscal (CALABRE, 2009, p. 268).

Acompanhando "o processo de ampliação do campo do patrimônio que se deu em todo mundo ocidental" (CHUVA, 2012, p. 161), a Constituição Federal de 1988 veio coroar a nova abordagem, mais alargada, de patrimônio cultural que vinha se configurando no Brasil desde os debates iniciados pelo CFC na década de 1960, inserindo no seu conceito a noção de bem cultural de natureza imaterial. Em seu artigo 216, ao utilizar a expressão patrimônio cultural revela “uma concepção abrangente de todas as expressões simbólicas da memória coletiva, constitutivas da identidade de um lugar, uma região e uma comunidade” (RODRIGUES, 2006, p. 12).

Doze anos depois, reafirmando esta abrangência do conceito de patrimônio cultural, foi instituído o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, para o registro na esfera do IPHAN dos bens culturais de natureza imaterial. Para tanto foram criados o Livro de Registro dos Saberes, o Livro de Registro das Celebrações, o Livro de Registro das Formas de Expressão e o Livro de Registro dos Lugares. O Decreto cria ainda o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, visando à implementação de uma política específica de inventário.

No ano de 1990, sob o governo de Fernando Collor, promoveu-se o desmantelamento do aparelho de promoção cultural. O MinC foi extinto, a Fundação Nacional Pró-Memória e o SPHAN, transformaram-se em Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), a Funarte passou a ser Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC) e a Lei Sarney foi revogada. Sem recursos financeiros para investimentos em atividades culturais, foi promulgada a Lei nº 8.313, que instituiu, por meio do mecanismo de renúncia fiscal, o Programa Nacional de Apoio à Cultura, popularmente conhecida como Lei Rouanet. Com o *impeachment* do Presidente Collor, o Vice-Presidente Itamar Franco assume o poder e seu governo recria o MinC e a Funarte, entre outras instituições.

Passadas as agruras e incertezas, teve início, durante os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998 e 1999 a 2002), a conformação de uma nova política cultural voltada às leis de mercado, onde a iniciativa privada, através da lei de incentivo fiscal, assumia o poder de decisão sobre os investimentos no setor. Esta política estava inserida no projeto de estado mínimo implementado em sua gestão (CALABRE, 2009, p. 268-269).

Os últimos dez anos foram de grandes transformações para a gestão do patrimônio cultural brasileiro. A partir do ano de 2003 uma nova corrente política assume o poder sob o comando do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, abrindo-se um debate sobre as distorções

regionais do setor cultural quanto às formas de aplicação da Lei Rouanet (CALABRE, 2009, p. 273). Na intenção de minimizar tais distorções, foram criados editais públicos para seleção de projetos no âmbito do MinC e de empresas públicas como Petrobrás, Caixa Econômica Federal e BNDES. Fruto também da abertura do debate com a sociedade, foi promulgada a Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, instituindo o Plano Nacional de Cultura (PNC), com a finalidade de planejar e implementar políticas públicas de longo prazo a serem atingidas até 2020.

Complementando o rol de leis criadas à proteção do nosso patrimônio cultural, ainda contamos com a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Em seu capítulo V, seção IV – Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural –, o artigo 62 esclarece que a pessoa que destruir, inutilizar ou deteriorar arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial terá pena de reclusão de um a três anos, e multa.

Dos marcos elencados, ainda que de maneira resumida, pudemos perceber a distinção entre patrimônio material e imaterial, e o respectivo embate entre as duas partes que vêm acompanhando a evolução do campo patrimonial no Brasil. Percebemos também a dificuldade de se desenvolver uma política pública para o setor da cultura. A compreensão destes aspectos nos auxiliará na introdução aos estudos da gestão museológica no Brasil, uma vez que o universo da museologia está intrinsecamente associado ao universo do patrimônio cultural.

1.3 Gestão museológica e suas práticas

A bibliografia disponível sobre gestão museológica trabalha o tema em dois sentidos: 1) como uma ação destinada a assegurar a direção dos assuntos administrativos do museu, compreendendo essencialmente as tarefas relacionadas aos aspectos financeiros, jurídicos, segurança, manutenção, recursos humanos, marketing, processos estratégicos e planejamento geral; e 2) como uma ação mais ampla que inclui suas atividades específicas – preservação, investigação e comunicação – caracterizando-se por uma ação articulada entre todas as áreas do museu. Sendo o objeto de estudo desta pesquisa a documentação museológica, cujos

procedimentos se inserem nas atividades de preservação[17], adotaremos o sentido amplo de gestão museológica.

Considerando que a base de toda atividade patrimonial reside no processo de identificação e seleção de bens culturais, a documentação museológica é primordial para a execução de qualquer trabalho de preservação e difusão do patrimônio que se venha promover. Contudo, a multiplicidade de procedimentos que cada museu utiliza, sempre foi um obstáculo à padronização de sistemas de documentação. Diferente dos museus de outros países, mais especificamente da Europa e dos Estados Unidos, que, de certa maneira driblaram ou venceram as tensões provocadas pela prática da documentação museológica e hoje possuem modelos bem estruturados de base de dados digitais de seus acervos, boa parte dos museus brasileiros ainda tem um controle muito precário do precioso patrimônio que salvaguardam, limitando o seu potencial enquanto elemento de promoção cultural.

Nesse sentido as ações voltadas para o campo museológico no Brasil precisam ser encaradas numa perspectiva mais ampla, diversa e abrangente, como é o próprio país, de dimensões continentais. Para tanto se faz necessário uma política pública na área da cultura que entenda os museus, e que façam os próprios museus se entenderem, como aparelhos voltados para o desenvolvimento social, para a construção da cidadania, através das suas atividades de preservação, pesquisa e extroversão.

> Numa sociedade complexa como a brasileira, rica em manifestações culturais diversificadas, o papel dos museus, no âmbito de políticas públicas de caráter mais amplo, é de fundamental importância para a valorização do patrimônio cultural como dispositivo estratégico de aprimoramento dos processos democráticos. A noção de patrimônio cultural, do ponto de vista museológico, implica a abertura para o trato com o tangível e o intangível, a dimensão cultural pressuposta na relação dos diferentes grupos sociais e étnicos com os diversos elementos da natureza, bem como no respeito às culturas indígenas e afrodescendentes.
> Para cumprir esse papel, os museus devem ser processos e estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Comprometidos com a gestão democrática e participativa, eles devem ser também unidades de investigação e interpretação, de mapeamento, documentação e preservação cultural, de comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com os objetivos de propiciar a ampliação do campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira (IPHAN, 2005, p. 20).

Segundo o museólogo Mário Chagas (2006, p. 38), a primeira experiência museológica no Brasil ocorreu ainda no período colonial, na primeira metade do século XVII, na capitania de Pernambuco, durante a ocupação holandesa. Sob o comando do Conde Maurício de Nassau foi construído o palácio de Vrijsburg que contava com um grande parque

[17] Na museologia, a preservação reúne o conjunto de funções vinculadas com a entrada de um objeto no museu: aquisição, inventário, catalogação, reserva, conservação e às vezes, restauração (DESVALLÉE e MAIRESSE, 2010, p. 70, tradução nossa).

onde foi instalado um museu, um observatório astronômico, jardim botânico e zoológico especializados na coleta, conservação, estudo e exposição de espécimes da flora e fauna tropicais. Com a expulsão dos holandeses o projeto foi abandonado, tornando-se uma experiência sem nenhum desdobramento. Efetivamente, o início da formação do cenário museológico no Brasil deu-se somente com a transferência da Família Real para a colônia, em 1808, conforme aponta Cândido:

> No Brasil, o século XIX, representou a introdução dos modelos institucionais europeus, a partir da vinda da Corte para o Rio de Janeiro, onde, em 1818, foi criado o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, então Museu Real, e, no mesmo período, a coleção que originaria um século mais tarde, o Museu Nacional de Belas Artes. Em outros pontos do Brasil também surgiram os primeiros museus, como o Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém (1866), o Museu Paranaense em Curitiba (1883) e o Museu Paulista – antigo Museu do Ipiranga, em São Paulo (1895). Um ponto de partida para a formação dos acervos, que então combinavam elementos das ciências humanas e naturais, era a busca de compreensão sobre as origens do homem brasileiro (CÂNDIDO, 2013, p. 37).

Nas entrelinhas deste movimento de criação de museus em algumas cidades do Brasil, todos surgidos após a Independência, majoritariamente na segunda metade do Século XIX, estava implícita a "construção ritual e simbólica da nação" (CHAGAS, 2006, p. 41). Esta necessidade de se constituir projetos voltados à exaltação do orgulho nacional se materializaria em seu formato mais concreto durante as comemorações do primeiro centenário da Independência, com a criação do Museu Histórico Nacional (MHN), em 1922:

> Esse gesto emblemático de criação de um museu de história constitui uma novidade, ainda que não fosse, como alguns autores pretendem, um gesto “divisor de águas”, posto que, a rigor, ele vinha preencher uma lacuna identificada no século anterior. Se existem gestos divisores de águas no campo museal, eles encontram-se na criação do Curso de Museus (1932) e na criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934), dois acontecimentos produzidos no âmbito do Museu Histórico Nacional. (IPHAN, 2005, p. 20).

A criação do Curso de Museus foi responsável pela institucionalização da museologia e do estudo de museus, e quando anteriormente afirmamos que o universo da museologia está intrinsecamente associado ao universo do patrimônio cultural, seu sentido se potencializa no caso brasileiro ao reconhecermos que os antecedentes do SPHAN, a Inspetoria de Monumentos Nacionais, foi o primeiro organismo federal institucionalizado de proteção do patrimônio monumental do país, criado, coordenado e posto em prática a partir de um museu. Foi a Inspetoria que realizou o trabalho pioneiro de inventário, identificação, conservação e restauração dos bens da Cidade de Ouro Preto. Portanto, o MHN não é em si um divisor de águas, mas ações dentro do seu espectro acabaram tornando-se divisores de um tempo.

A Inspetoria ficava sob a responsabilidade do diretor do MHN, Gustavo Barroso[18], e, consequentemente, acabou seguindo os mesmos princípios que norteavam o museu. A historiadora Aline Montenegro Magalhães destaca que as atividades da Inspetoria reproduziam um modelo de concepção histórica utilizado pelo diretor do MHN, onde era priorizado o aspecto político da história sob uma perspectiva cristã, numa visão desenvolvimentista, sem rupturas ou conflitos de qualquer espécie:

> Foi essa concepção de história que orientou as atividades preservacionistas de Gustavo Barroso. Do Museu Histórico Nacional, o *culto da saudade* deveria se espalhar pelo Brasil em ações de conservação e restauração de monumentos vistos como testemunhos da ação do Estado e da Igreja ao longo do tempo (MAGALHÃES, 2010, p. 3).

Enquanto a Inspetoria, sob os auspícios de Gustavo Barroso, desenvolvia seu trabalho, calcada na tentativa de reviver o passado, paralelamente, outro grupo, fora do contexto do MHN, intensificava o debate sobre a formulação de uma política de preservação do patrimônio cultural fundamentada em conceitos mais amplos e modernos em relação aos que vinham sendo adotados na Inspetoria. A perda de prestígio político e sua concepção excludente de patrimônio nacional que enaltecia a perpetuação das famílias tradicionais, foram algumas das razões pelas quais Gustavo Barroso não conseguiu se manter à frente da gestão dos projetos e das ações de preservação do patrimônio cultural do estado brasileiro (MAGALHÃES, 2004, p. 142), culminando com a extinção da Inspetoria em 1937 e a criação do SPHAN, que ficou sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Como consequência deste conflito, e na tentativa de fazermos uma análise mais aprofundada do campo do patrimônio e sua relação com os museus, podemos inferir que o fato de a Inspetoria ter sido um departamento do MHN, criada pelo próprio diretor do Museu que, mesmo depois da mudança dos rumos da política de proteção do patrimônio cultural no Brasil, permaneceu à frente da instituição por quase duas décadas, levou a um consequente apartamento na relação entre o grupo dos museus e o grupo do SPHAN, com reflexos até hoje.

Entre 1937 e 1945, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, o Brasil vivenciou a criação de uma série de museus nacionais monográficos com temas como o Ouro, as Missões, a Inconfidência, entre outros. Para além dos museus públicos, também começaram a se desenvolver museus privados e de estrutura mista, como explica Cândido:

> Na segunda metade do século XX há uma grande agitação no mundo das artes no Brasil, especialmente em torno de São Paulo, com a abertura do Museu de Arte de

[18] Nascido no Ceará em 1888, foi advogado, professor, político e escritor. A partir de seu prestígio político criou o Museu Histórico Nacional, o qual dirigiu por quatro décadas. Em 1946 lançou o livro *Introdução à técnica de museus*, que se tornou basilar para o estudo da museologia, influenciando gerações de profissionais.

> São Paulo, Masp, em 1947, na sede dos Diários Associados, jornal de Chatteaubriand, e com o surgimento da Bienal de São Paulo, em 1951. É também o período de início dos MAMs, Museus de Arte Moderna, como o da Bahia, em 1959 (CÂNDIDO, 2013, p. 40).

O modelo de museu implantado por Gustavo Barroso continuou sendo seguido, e nas décadas de 1960 e 1970 multiplicaram-se, em especial, os museus estaduais pelo Brasil. Concomitantemente, outros modelos de museus foram sendo implementados, como os museus histórico-pedagógicos de São Paulo e como o Museu do Homem do Nordeste (Muhne) (CÂNDIDO, 2013, p. 40) que, criado na cidade do Recife por Gilberto Freyre, tornou-se uma referência ao se desvincular do formato de exposição tradicional baseado no vitrinismo e inserir no espaço expositivo uma profusão de objetos tornando a visita dinâmica, sem grandes textos ou um repertório numeroso de legendas, na intenção de fazer o visitante adentrar ao espaço sem cerimônia, fazendo-o se sentir parte integrante do contexto do homem do Nordeste[19].

Na esteira da multiplicação dos museus e, numa demonstração de que o campo da museologia se desenvolvia no Brasil, foi organizado, em 1975, na cidade do Recife, no então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), atual Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), o Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, na intenção de estudar a situação geral dos museus brasileiros e propor soluções viáveis para os problemas existentes, de modo a se estabelecer as bases para a adoção de uma política museológica de capacitação dos museus, com vistas à sua dinamização. Participaram do encontro figuras ilustres do cenário nacional, a saber: Aloísio Magalhães, diretor do CNRC; Lourenço Luiz Lacombe, Diretor do Museu Imperial; Augusto Carlos da Silva Telles, do IPHAN; Geraldo Brito Raposo da Câmara, diretor do MHN, e o patrono do IJNPS, o sociólogo-antropólogo Gilberto Freyre.

Como resultado desse encontro foi publicado *Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira*, apresentando os temas gerais e particulares[20] discutidos e suas respectivas recomendações, muitas delas até hoje atuais. As sugestões e recomendações foram encaminhadas ao MEC para análise e estudo na intenção de contribuir para a Política Cultural do Ministério. Reflexo do Encontro, foram realizados pelo IJNPS, com a colaboração do Departamento de Assuntos Culturais do MEC, o I e II Encontro Cultural Nordeste, em

[19] Dados retirados da entrevista do museólogo do Muhne, Aécio de Oliveira, ao projeto Fundação Joaquim Nabuco: quatro décadas de história, do Centro de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA), da Fundação Joaquim Nabuco, realizada em 1986.

[20] Temas gerais: As atividades do CNRC, Museu e Educação, Museu e Preservação do Patrimônio Cultural, Formação Profissional e Museu e Pesquisa. Temas particulares: Organização Técnica e Administrativa, Capacitação Financeira, Capacitação Profissional, Pesquisa, Educação, Preservação do Patrimônio Cultural e Relação com o Meio.

maio e setembro de 1976, respectivamente, que contou com a participação de agentes culturais dos vários Estados nordestinos, na intenção de se definir medidas visando a efetiva harmonização das políticas estaduais de cultura com as metas e diretrizes estabelecidas pela Política Nacional traçada para o setor (IJNPS. DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA, 1977, p. 3).

Ainda como desdobramentos, o IJNPS, visando contribuir na formação de bases para a implantação de uma política museológica no país, organizou e encaminhou à Funarte, em 1977, um projeto que visava realizar um trabalho de longo alcance, envolvendo três ações: 1) cursos de treinamento de pessoal de museus; 2) levantamento dos acervos dos museus do Norte e Nordeste; e 3) assessoramento aos museus sediados no Norte e Nordeste. Aprovado pelo Ministério, veremos mais à frente detalhes deste projeto, em particular as ações que envolveram a documentação museológica (IJNPS. DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA, 1977, p. 6).

No mundo, novos caminhos se abriram para a renovação dos museus que passaram a se preocupar não apenas com a preservação dos seus acervos, mas com o seu papel social. Nesse sentido, "o museu passa a ser compreendido como espaço de interação social com o patrimônio, um conceito amplo que dá conta de muitas formas de realização" (CÂNDIDO, 2013, p. 40), aumentando seu leque de possibilidades onde o antigo edifício do museu passa a ser o território, as coleções passam a ser o patrimônio cultural e/ou natural e aos visitantes soma-se à própria comunidade. Os elementos que integram esta nova perspectiva de modelo de museu tomaram forma, na América Latina, durante a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, em 1972, que, contando com a participação de especialistas em museologia de países latinoamericanos divididos em quatro zonas (Costa Rica, Colômbia, Brasil e Chile) e coordenados pelo representante do México, definiu "um novo conceito de ação dos museus: o Museu Integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural" (MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE, 1972).

Em 1984, uma reunião de trabalho realizada no Canadá, retomou os princípios norteadores do documento produzido no Chile, gerando a Declaração de Quebec, onde foram assentadas as bases do Movimento Internacional da Nova Museologia (Minom), o qual afirmava "a função social do Museu e o caráter global de suas intervenções" (DECLARAÇÃO DE QUEBEC, 1984).

Estes dois documentos constituem os princípios do pensamento museológico contemporâneo, transformando-se na base do conceito da Museologia Social, para quem as práticas museológicas devem se dar a partir "da sua relação orgânica com o seu próprio

contexto social" (MAYOR *apud* MOUTINHO, 1993, p. 7). Nesse sentido, os museus deixaram de ser entendidos como depósitos, transformando-se em centros aglutinadores de conhecimento que desenvolvem tarefas que tratam da preservação, da pesquisa, da difusão, da educação e da comunicação dos seus acervos, que são patrimônio legado a todos nós (IPHAN, 2005, p. 20).

Ao mesmo tempo em que aconteciam todas estas modificações conceituais no cenário internacional, no Brasil a situação dos museus foi diretamente afetada pelas oscilações das políticas públicas de cultura.

Os museus federais brasileiros ficaram abrigados na Fundação Nacional Pró-Memória durante sua existência, de 1979 até 1990. Nesse período foram implantados o Programa Nacional de Museus, que desenvolveu projetos especiais visando à revitalização dos museus brasileiros, e o Sistema Nacional de Museus que tinha o objetivo de articular e apoiar financeiramente projetos museológicos (IPHAN, 2006, p. 11).

Como vimos anteriormente, ao se fundir o IPHAN com o CNRC, foi criada a SPHAN/Pró-Memória, sob a tutela de Aloísio Magalhães, diretor do extinto CNRC e que mantinha uma postura crítica em relação ao modo de preservação do patrimônio histórico e artístico promovida pelo IPHAN. Na estrutura recém-criada, o SPHAN era o órgão normativo e a Fundação Nacional Pró-Memória, o órgão executivo. Estas mudanças favoreceram não só a área dos museus como também proporcionaram o desenvolvimento do setor cultural de um modo geral.

Com a extinção do SPHAN/Pró-Memória, na década de 1990, na gestão do então presidente Fernando Collor de Melo, e devido a um erro crasso daquele governo, os museus ficaram de fora da nova estrutura, sendo totalmente esquecidos. Observado o erro, os museus foram incorporados ao recém criado IBPC, depois denominado IPHAN, no governo Itamar Franco. A partir de então, a história dos museus no IPHAN passa a ser marcada por maus momentos, numa situação completamente dissonante com o papel de destaque que os museus passaram a ocupar no mundo contemporâneo.

Refletindo sobre este período de "abandono" dos museus brasileiros na estrutura do IPHAN, podemos buscar entendimento nos motivos que levaram a esta situação retomando a análise feita anteriormente em relação à divisão do campo cultural em duas frentes – executiva e patrimonial. Ao ser extinta a Fundação Nacional Pró-Memória, órgão executivo onde os museus estavam abrigados, foram interrompidos todos os projetos que a antiga SPHAN/Pró-Memória vinha desenvolvendo e ao IPHAN coube retomar seu tradicional papel de gestor de processos de solicitação de tombamentos de bens arquitetônicos, conforme

expresso no ato de criação do SPHAN e exposto no Decreto-lei nº 25, de 1937. Nessa direção, o IPHAN, ao voltar-se para as raízes de sua origem, relegou aos museus um papel secundário.

No ano de 2003, visando restabelecer sua posição na agenda pública, foram desenvolvidas as bases para uma nova política nacional de museus. Contando com a participação de diversos representantes da comunidade museológica, foi desenvolvido o documento Política Nacional de Museus, lançado em maio daquele ano, apresentando sete eixos programáticos: 1) gestão e configuração do campo museológico; 2) democratização e acesso aos bens culturais; 3) formação e capacitação de recursos humanos; 4) informatização de museus; 5) modernização de infraestruturas museológicas; 6) financiamento e fomento para museus; e 7) aquisição e gerenciamento de acervos culturais.

Como primeiro ato representativo de configuração deste novo quadro que se propunha através da Política Nacional de Museus, foi criado, no âmbito do IPHAN, no segundo semestre de 2003, o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), que assumiu o trabalho de implantação e consolidação da recém-criada Política.

Na sequência à criação do Demu foi instituído o Sistema Brasileiro de Museus, através do decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, com a finalidade de promover:

> I- a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;
> II- a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;
> III- a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos; e
> IV- o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integram o Sistema (BRASIL, 2004).

Outra ação de grande significado para a profissionalização da gestão museológica foi a publicação da Portaria Normativa nº 1, de 5 de julho de 2006, que dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do IPHAN, instituindo parâmetros gerais de organização da gestão das instituições museológicas do IPHAN, compreendendo o Plano Museológico como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da missão da instituição museal e para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento.

Por fim, as Leis nº 11.904 e nº 11.906, ambas de janeiro de 2009, instituíram, respectivamente, o Estatuto dos Museus, normatizando o setor; e o Instituto Brasileiro de Museus, uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Cultura. Juntas estas leis

consolidaram uma nova configuração para o setor museológico, iniciada quando do lançamento da Política Nacional de Museus, em 2003, desvinculando-o do IPHAN.

Mesmo compreendendo que tais dispositivos legais muitas vezes não são suficientes para uma alteração do *status quo*, e que os museus brasileiros continuam passando por dificuldades, sejam elas referentes às despesas mais básicas até a falta de técnicos qualificados em seus quadros, eles se fazem importantes como princípios orientadores ao avanço técnico-científico do campo museológico, assim como para o desenvolvimento de políticas públicas de cultura e de gestão de museus.

Hoje, com o Estatuto dos Museus, temos definido em lei, que tipo de instituições podem se enquadrar como museus e sob quais princípios elas devem se guiar. Da mesma forma garante que o poder público estabelecerá mecanismos de fomento e incentivo, permitindo aos museus ampliarem seu espaço na agenda pública. Estabelece ainda as formas de criação, fusão e extinção de museus; como eles poderão se constituir nas esferas federal, estadual e municipal; e determina aspectos relacionados ao seu regimento, às suas áreas básicas e sua relação com a sociedade e seus pares.

Finalmente com a publicação do Decreto Presidencial nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta o Estatuto dos Museus, vigoram-se as normas orientadoras para a gestão dos museus, conferindo ao Ibram ações de fiscalização, numa perspectiva pedagógica e de orientação.

1.4 A documentação museológica e as obrigações do Estado brasileiro

Como vimos no tópico anterior, novos caminhos se abriram no mundo para a renovação dos museus depois dos anos de 1970, especialmente no que se refere ao seu papel social. Segundo Nascimento Júnior e Chagas (2006, p. 14, 15), a aceitação desse processo de mudança, onde os museus passaram a ser entendidos como processos e práticas culturais, determinaram alguns desafios ao desenvolvimento de uma política pública de museus no Brasil, em particular a democratização do acesso aos, e da produção dos, bens culturais musealizados.

Um estudo realizado pelo Conselho de Museus, Arquivos e Bibliotecas do Reino Unido revela que, independentemente do modelo de museu, de um modo geral, a sociedade espera que os museus preservem suas coleções, desenvolvam ações no serviço ao público, incentivem as pessoas ao aprendizado, tenham um envolvimento com comunidades, incrementem seus acervos de forma correta e responsável, garantam em longo prazo o

interesse público pelos acervos, reconheçam o interesse dos doadores e usuários dos acervos, apoiem a proteção ao meio ambiente, pesquisem e divulguem seus acervos abrangendo as diversas visões e se autoavaliem na busca pela inovação (MASON, 2004, p. 12, 13). Para tanto é necessário o planejamento e a organização de uma agenda, no âmbito das políticas públicas de cultura, para cada uma das funções precípuas dos museus, dentre as quais destacamos como objeto deste trabalho, a documentação museológica.

No Brasil, a partir da criação do SPHAN, em 1937, a identificação e seleção dos bens culturais representativos da nossa história e cultura ficaram sendo uma obrigação do Estado e os inventários passaram a ser ferramentas de identificação e proteção do patrimônio cultural (RIBEIRO e SILVA, 2010, p. 9). A prática de realização de inventários, identificados aqui como o embrião da documentação museológica como disciplina, passa a ser um instrumento de intervenção do Estado com a finalidade de atribuição de valor aos objetos, garantindo seu reconhecimento como um bem cultural que deve ser protegido para as futuras gerações.

Entre a criação do Curso de Museus, no MHN, em 1932, até os anos de 1960, destacam-se apenas algumas publicações[21], em sua maioria editadas pelo Estado, com recomendações quanto ao registro do acervo e às etiquetas dos objetos em exposição. Boa parte traz compilações das recomendações do Conselho Internacional de Museus e de materiais trazidos por profissionais de museus em visitas a instituições no exterior.

Em 1977, registra-se uma importante ação desenvolvida por uma instituição vinculada ao MEC. O antigo IJNPS, atual Fundaj, promoveu um projeto piloto em parceria com a Funarte para levantamento dos acervos de 27 museus situados nas cidades de Recife, Natal, João Pessoa e Maceió[22], viabilizando a implantação, em 1979, do Sistema de Informações

[21] REAL, Regina Monteiro. Que é Técnica de Museus. *Estudos Brasileiros*, ano III, vol. 6, nº 16 e 17. jan. a abr. de 1941.
BARROSO, Gustavo. *Introdução à Técnica de Museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1946.
VALLADARES, José Antonio do Prado. *Museus para o povo:* um estudo dos museus norte-americanos. Salvador: Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Bahia, 1946.
TRIGUEIROS, F. dos Santos. O Museu, Órgão de Documentação. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano XV, v IV, n. 2, nov. 1952.
COUTINHO, Helenyr. Documentação, Instrumentos e Técnica. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano XVII, v. II, n. 1, abr. 1954.
MINELLI, Maria Carolina Motta. Os Instrumentos e as Técnicas de Documentação. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano XVII, v. II, n. 1, abr. 1954.
REAL, Regina Monteiro. *O Museu Ideal*. Tipografia da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1958.
TRIGUEIROS, F. dos Santos. *Museus e Educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1958.

[22] Recife: Museu do Açucar, Museu de Antropologia (IJNPS), Museu de Arte Popular (IJNPS), Museu de Arte Sacra da Conceição dos Militares, Museu de Arte Sacra da Ordem 3ª de S. Francisco, Museus de Ciências Naturais do Horto Dois Irmãos, Museu de Ciências Naturais da UFRPE, Museu do Estado de Pernambuco, Museu de História Natural do Colégio Estadual de Pernambuco, Museu da Imagem e do Som da EMPETUR, Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico, Museu Joaquim Nabuco (IJNPS), Museu do Trem e Museu da UFPE. Natal: Museu de Arte e História do Rio Grande do Norte, Museu do Forte dos Reis Magos,

Museológicas. Juntos, o Departamento de Museologia e o Centro de Processamento de Dados da Fundaj implantaram o Sistema na instituição com o auxílio da então moderna tecnologia da computação eletrônica, permitindo o arquivamento das informações do acervo museológico em meio magnético e promovendo o acesso à informação de forma rápida e eficaz. A atual base de dados do Muhne, da Fundaj, em funcionamento desde a década de 1990, é fruto deste projeto piloto.

Em 1987, a extinta Fundação Nacional Pró-Memória publicou o *Thesaurus para acervos museológicos*. De grande importância para a área, a publicação continua sendo utilizada e recomendada por profissionais de museus. Este trabalho é uma fonte de controle terminológico que instrumentaliza o processo de classificação e denominação de artefatos e foi organizado com o objetivo de tornar a indexação do conteúdo temático de documentos/objetos mais consistente, garantindo maior precisão na recuperação das informações. Como observa Marcus Granato (2010, p. 5), o Brasil, nesse aspecto da uniformização terminológica, ocupa certa posição confortável. Além do *Thesaurus para acervos museológicos*, temos o *Tesauro de Folclore e Cultura Popular Brasileira*, *Thesaurus de Cultura Material dos Índios no Brasil* e o *Thesaurus para acervos científicos*, desenvolvido pela equipe do Museu de Astronomia (MAST) a partir de fins de 1999, com financiamento da Vitae, Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social, e retomado a partir de 2007, em parceria com o Museu de Ciência da Universidade de Lisboa.

Também no âmbito do Governo Federal, através do patrocínio da Vitae, Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social foi desenvolvido, em 1992, o Sistema de informação do Museu Nacional de Belas Artes (SIMBA). Sua metodologia está ancorada na organização de uma única ficha catalográfica de obra de arte para atender o acervo do museu em sua totalidade, constituindo a base de dados do sistema e permitindo, através do *software Donato*, que foi criado especialmente para esta função, a consulta e o cruzamento de informações para o controle e segurança do acervo (FERREZ e PEIXOTO, 1995, p. 3). Segundo estimativas do Ibram, atualmente este sistema está operando em mais de 50 museus no Brasil.

Entre maio de 2003 e o início de 2004, o setor museológico brasileiro deu um grande salto com a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais, vinculado ao IPHAN. Naquele momento foi desenvolvida a Política Nacional de Museus que contava com sete

---

Museu da Imagem e do Som, Museu do Instituto Antropológico Câmara Cascudo, Museu do Instituto de Biologia Marinha, Museu do Instituto Histórico e Geográfico e Museu Pâmpano Esporte Clube. João Pessoa: Museu Epitácio Pessoa, Museu Escola Sacro da Paraíba e Museu Fotográfico. Maceió: Museu de Arte Sacra D. Ranulfo, Museu do Instituto Histórico de Alagoas e Museu Téo Brandão.

eixos programáticos, dentre os quais um voltado para a informatização de museus, o qual trata dos processos de documentação de acervos museológicos.

Passados nove anos, muito se evoluiu para a melhoria dos museus no Brasil. Hoje, o Ibram vem atuando em favor do patrimônio museológico brasileiro com indicativos muito positivos no progresso do setor. No entanto, pesquisas indicam que aproximadamente 70% dos nossos museus não possuem sistemas de documentação informatizados (IBRAM, 2011, p. 81)[23]. Observa-se aqui que, apesar da documentação museológica ser uma atividade que exerce o controle sobre o acervo de um museu, dando conta das especificidades de cada objeto, contribuindo para sua significação e exercendo papel fundamental na sua preservação e difusão, menos da metade de nossas instituições museais possuem algum tipo de sistema informatizado de registro dos seus acervos.

Dentro da estrutura do Ibram foi criada a Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal que tem como um dos principais projetos o *Acesso Digital Ampliado ao Patrimônio Museológico dos Países de Língua Portuguesa.* Em convênio com o Instituto de Conservação de Portugal, o projeto visa estabelecer padrões técnicos e informacionais aplicados a sistemas de catalogação e gestão do patrimônio museológico nos países lusófonos, prevendo uma integração através de busca unificada em todas as bases de dados relacionadas a acervos museológicos dos países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (MIRANDA, 2011). No entanto, até o momento, nada foi concretamente desenvolvido e posto em prática.

Se pensarmos a atual situação da documentação dos acervos das instituições museais brasileiras sob a ótica da gestão baseada em resultados[24] podemos destacar, entre outros, dois problemas: 1) em geral, informações sobre a Missão da Organização são raramente disponíveis; da mesma forma, os objetivos institucionais não são claros e não estão articulados para o conjunto do setor público, criando dificuldades para o estabelecimento de prioridades inclusive orçamentárias; e 2) seleção de recursos humanos, remuneração e sistemas de gestão de carreira no setor público não recompensa a ponto de distinguir o mérito ou pouco incentiva um foco em resultados e produtividade (SALDANHA *apud* RIBEIRO FILHO *et al.*, 2012, p. 9).

---

[23] Vale ressaltar que este levantamento é fruto do preenchimento, por parte das instituições museais, de um formulário disponibilizado na página eletrônica www.museus.gov.br e que, por este motivo, a informação pode não ser exatamente precisa, pois não possui uma base científica.

[24] A gestão baseada em resultados está relacionada às ideias de eficiência, redução de custos e melhoria da qualidade do gasto público. É um dos grandes desafios atuais na atuação dos gestores públicos brasileiros de todas as esferas, alcance de responsabilidade e níveis de governo seja o desenvolvimento e a implementação de ferramentas e procedimentos de gestão pública, que redundem na melhoria dos padrões de resultado, eficiência, eficácia e efetividade no âmbito de todo o conjunto das políticas públicas que necessitam ser desenvolvidas.

Procurando dar resposta aos problemas expostos acima, é essencial que toda instituição museal tenha sua missão definida de forma clara e sucinta para ser utilizada como guia de todo o planejamento e processo organizacional, assim como identificar as áreas em que a organização concretamente atua para a prestação de serviços com reflexos nos resultados, gerando impacto na sociedade. Nesse sentido, os registros do acervo, a documentação museológica, fazem parte da prestação de contas do museu perante o público, perante a sociedade.

Assim é que o recém regulamentado Estatuto dos Museus torna-se uma importante ferramenta de auxílio na resolução dos diversos problemas pelos quais a maioria dos museus brasileiros tem passado, visto que, para além das tratativas conceituais e jurídicas pertinentes ao enquadramento dos museus, apresenta a estrutura básica na qual as instituições museais devem se pautar. No que tange aos acervos, o Estatuto determina:

> Subseção IV
> Dos acervos do Museus
> Art. 38. Os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente.
> Parágrafo único. Os museus vinculados ao poder público darão publicidade aos termos de descartes a serem efetuados pela instituição, por meio de publicação no respectivo Diário Oficial.
> Art. 39. É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.
> §1º O registro e o inventário dos bens culturais dos museus devem estruturar-se de forma a assegurar a compatibilização com o inventário nacional dos bens culturais.
> §2º Os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência.
> Art.40. Os inventários museológicos e outros registros que identifiquem bens culturais, elaborados por museus públicos e privados, são considerados patrimônio arquivístico de interesse nacional e devem ser conservados nas respectivas instalações dos museus, de modo a evitar destruição, perda ou deterioração.
> Parágrafo único. No caso de extinção dos museus, os seus inventários e registros serão conservados pelo órgão ou entidade sucessora.
> Art. 41. A proteção dos bens culturais dos museus se completa pelo inventário nacional, sem prejuízo de outras formas de proteção concorrentes.
> § 1º entende-se por inventário nacional a inserção de dados sistematizada e atualizada periodicamente sobre os bens culturais existentes em cada museus, objetivando a sua identificação e proteção.
> § 2º O inventário nacional dos bens dos museus não terá implicações na propriedade, posse ou outro direito real.
> § 3º O inventário nacional dos bens culturais dos museus será coordenado pela União.

> § 4º Para efeito da integridade do inventário nacional, os museus responsabilizar-se-ão pela inserção dos dados sobre seus bens culturais (BRASIL, 2009).

Como exposto acima, as bases para a solução dos problemas relacionados à documentação dos acervos dos museus brasileiros estão lançadas, cabendo ao poder público, mais especificamente ao Ibram, numa postura de orientador, fomentador e fiscalizador, promover mecanismos que venham situar a documentação museológica brasileira junto ao Século XXI. Nesta perspectiva, levando em consideração o papel estratégico do Estado na elaboração e desenvolvimento de tecnologias da informação, é urgente o aprofundamento da pesquisa científico acadêmica, com foco na área da gestão pública, voltada para a aplicação de sistemas de documentação museológica que venham atender às demandas de socialização de informações como suporte para a construção contínua de memórias e identidades.

Sob este ponto de vista, analisaremos nos próximos capítulos as discussões em torno das metodologias que envolvem o exercício da documentação museológica de um modo geral e estudaremos uma ação pioneira desenvolvida no então IJNPS, atual Fundaj, a partir dos anos de 1970 e que deu origem ao atual banco de dados do Muhne, na intenção de demonstrar que, apesar das dificuldades pertinentes a área da documentação museológica, implementaram-se propostas de trabalho no setor público brasileiro que podem ser ferramentas para o seu fortalecimento nos dias atuais.

2 DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA – MÉTODOS E PRÁTICAS

Uma base documental completa, confiável e de acesso fácil é a condição inicial para o bom desenvolvimento das tarefas museológicas. É através dela que podem surgir as exposições, publicações, programas educativos e culturais de qualidade que, em última análise, são os instrumentos de que dispõem as instituições voltadas para a questão do bem cultural em busca de seus objetivos.

No entanto, a documentação museológica na maioria dos museus não é prioritária, em grande parte por ser uma atividade invisível. Ela é produto do trabalho de várias pessoas – conservadores, catalogadores, curadores, etc. – variando de acordo com os interesses profissionais de cada um, tornando a documentação dos acervos, de forma geral, muito desigual, raramente integrada a um sistema complexo.

As indagações e variações se iniciam ainda quanto ao significado de documento e o que podemos considerar como tal. Começamos este capítulo tratando das questões teóricas sobre as possibilidades de um objeto de museu vir a ser um documento. Passando, em seguida, a discussão sobre a importância da classificação dos objetos através de uma terminologia controlada, como instrumento essencial para o resgate da informação.

Na terceira parte apresentamos os princípios, conceitos e metodologias que norteiam a documentação museológica, a partir das recomendações do Conselho Internacional de Museus e mais especificamente do seu Comitê de Documentação, frisando sua importância como ponte entre os objetos de museus e seus usuários.

Como suporte para compreensão de todo o processo que envolve a documentação museológica adotamos os fundamentos partilhados pela museóloga Fernanda de Camargo-Moro (1986), mais especificamente através da ficha classificatória *Oddon 1*, e do *Caderno de diretrizes museológicas* (IPHAN. DEMU, 2006).

Por fim, fazemos algumas considerações sobre a relação da documentação museológica com as tecnologias da informação, desde a importância do desenvolvimento de normas que permitam a adequada gestão da informação, permitindo seu intercâmbio através de sistemas de informação integrados, disponíveis para consulta na *Internet.*

2.1 O objeto de museu enquanto documento e fonte de informação

O senso comum sobre o que é um documento nos remete a um texto escrito sobre um pedaço de papel. Arquivos e bibliotecas, apesar de possuírem técnicas de registros

informacionais específicos, trabalham sobre suportes tradicionalmente reconhecidos como documentos, facilitando, de certa forma, a estruturação de mecanismos gestores da informação. No caso dos museus, que de uma maneira geral são instituições envolvidas com o estudo dos objetos, tais mecanismos de gestão da informação apresentam-se mais complexos. A diversidade tipológica das peças que compõem o acervo de um museu torna complicada e demorada a tarefa da documentação, exigindo não só o trabalho com o potencial direto que os objetos fornecem, mas também com informações associadas, ampliando significativamente seu universo, possibilitando uma visão interdisciplinar, conforme afirma Fernanda de Camargo-Moro:

> O Museu é a única instituição que aprecia e estuda os objetos, com profundidade. Arquivos e Bibliotecas são envolvidos somente com material gráfico. Universidades são orientadas para as palavras, assim sendo os professores e alunos entendem e usam bem recursos literários. Todos, porém, têm menos convívio com os objetos.
> Os museus não se atêm aos objetos somente pelo seu potencial direto, mas devem preocupar-se profundamente com a informação associada que recebem, aumentam e difundem, dando ao objeto uma visão interdisciplinar, proporcionando-lhe um universo maior (CAMARGO-MORO, 1986, p. 42).

Heloísa Barbuy (2008, p. 34) destaca que, tratados sob uma vertente histórica, os objetos são poderosos portadores de informações, visto que ao pensarmos o passado, os modos de vida e mentalidades, naturalmente o relacionamos com a dimensão material da cultura. Sob esta ótica, o Ibram, em seu *Caderno de Diretrizes Museológicas,* considera:

> Objetos comuns e anônimos, frutos do trabalho humano e vestígios materiais do passado, correspondem às condições e circunstâncias de produção e reprodução de determinadas sociedades ou grupos sociais. Na natureza latente desses objetos, há marcas específicas da memória, reveladoras da vida de seus produtores e usuários originais. Mas nenhum atributo de sentido é imanente, sendo vão buscar no próprio objeto o seu sentido. Para que responda às necessidades do presente e seja tomado como *semióforo*, é necessário trazê-lo para o campo do conhecimento histórico e investi-lo de significados. Isto pressupõe interrogá-lo e qualificá-lo, decodificando seus atributos físicos, emocionais e simbólicos como fonte de pesquisa. Assim, dentro do contexto museológico, em especial o expositivo, o objeto se ressemantiza em seu enunciado, alcançando o *status* de documento (CÂNDIDO, 2006, p. 34).

A documentação de acervos dos museus, ou melhor, a conservação da informação sobre os acervos de museus, é prática tão antiga quanto o próprio museu. A ideia de documentação enquanto técnica voltada à pesquisa da informação conservada tem início, de fato, através dos trabalhos empreendidos por Paul Otlet[25], no final do Século XIX. Joahanna W. Smit (2008, p. 12), ao analisar o "Tratado de Documentação" (1934), de Paul Otlet, nos esclarece que este define os documentos como registros escritos, gráficos ou tridimensionais

[25] Nascido na Bélgica, Paul Otlet (1868-1944) foi pioneiro no âmbito das organizações internacionais de documentação, criando junto com o também belga Henri La Fontaine, a Federação Internacional de Documentação. Lutou toda sua vida contra a indiferença das autoridades em questões como a cooperação da divulgação e controle bibliográfico da informação.

que representam ideias ou objetos que informam, numa visão bastante ampla, onde praticamente tudo pode ser considerado como documento, inclusive objetos encontrados na natureza. Sob esta perspectiva, todos os artefatos representantes de alguma atividade humana ou de algum detalhe da natureza poderiam ser considerados aptos a ações de salvaguarda.

À frente do seu tempo, o Tratado chama atenção para as possibilidades de informação que as coleções dos museus poderiam oferecer para o avanço do conhecimento científico. Nele, Otlet afirma que o museu se diferencia de outras instituições de documentação ao trabalhar com peças tridimensionais que devem ser vistas e não lidas e que, analisadas em conjunto ou em partes, constituem documentos pelo fato da intenção em que foram reunidas, sendo úteis para o estudo, ensino e pesquisa (OTLET *apud* TORRES, 2002, p. 290, tradução nossa). Em suas palavras, Paul Otlet passa a incluir o museu como espaço voltado também a aprendizagem e comunicação.

Entretanto, ainda segundo Smit (2008, p. 12), esta nova percepção ampliada do conceito de documento defendida por Otlet necessitava de uma maior clareza e precisão. Nesse sentido, Suzanne Briet, que foi uma das três primeiras mulheres nomeadas como bibliotecária na Biblioteca Nacional da França, na década de 1930, se debruçou sobre o tema:

> Muito envolvida nas atividades de intercâmbio de informações entre bibliotecas, ela passa a atuar intensamente em prol da recém-criada documentação e em 1951 lança uma espécie de manifesto, com o sugestivo título "O que é a documentação?" Neste texto ela resgata o sentido da palavra documento, qual seja, ensinamento ou prova, e afirma que "o documento é uma evidência que apoia um fato". [...] Detalhando sua definição, Briet caracteriza o documento como "qualquer índice concreto ou simbólico, preservado e registrado para representar, reconstituir ou demonstrar um fenômeno físico ou intelectual" (SMIT, 2008, p. 12, 13).

Dessa forma, podemos entender que o objeto transforma-se em documento a partir das evidências que ele nos traz, transformando-se através da palavra e da imagem em rica fonte de informação. Levando em conta a premissa apontada por Briet, e na intenção de trazer a discussão para a realidade atual, Smit (2008, p. 14) afirma que o documento não se caracteriza mais pelo seu suporte, mas por sua condição de registro, e que, enquanto registro, qual a sua intencionalidade – o que ele representa como herança cultural. Sobre esta questão Mário Chagas desenvolve o seguinte exemplo:

> É interessante observar que as coisas não são documentos em seu nascedouro. As coisas são coisas. Em outros termos, os objetos nascem objetos, com determinada e específicas funções. Por exemplo, o revólver que pertenceu ao Duque de Caxias, hoje incorporado ao Museu Histórico Nacional, nasceu como uma arma de fogo, capaz de matar seres humanos. Ele não surgiu com a função documental ou mesmo representacional. Ele não surgiu como um objeto capaz de representar as ações do Estado Imperial brasileiro direcionadas no sentido de manter a ordem interna, por exemplo. Mas hoje, ele é um documento e tem função representacional (CHAGAS, 1996, p. 42).

Para se constituir um documento é preciso analisar os dados intrínsecos e extrínsecos do objeto, ou seja, dados relacionados às suas propriedades físicas, suas funções e história. Visando ampliar a reflexão sobre o tema, Heloísa Barbuy (2008, p. 34-35) alerta que as informações intrínsecas ao objeto remetem apenas a dados relativos ao autor, local de fabricação, dimensões, peso e materiais que o compõem e que as informações extraídas de outras fontes, que o ratificarão como documento, tornam-se questionáveis se comparadas aos documentos textuais e arquivísticos cuja natureza já lhes dá valor probatório. Certa das variáveis que rodeiam a contextualização do objeto, a autora conclui:

> De nossa parte, entendemos que a organização de sistemas de informação e sua acessibilidade podem não ser o objetivo final do Museu, mas são, por outro lado, condição intrínseca a todo o trabalho que se queira desenvolver em torno de acervos museológicos. Assim, a Museologia, que vem sendo vista, entre nós, mais em seus aspectos de Comunicação, tem necessariamente, como um de seus campos, aquilo que estamos a denominar "Documentação Museológica", isto é, a organização da informação sobre os acervos dos museus, como base para todos os demais trabalhos institucionais, bem como para tornar a informação acessível a pesquisadores e públicos externos (BARBUY, 2008, p. 35).

Numa clara perspectiva da necessidade de se evitar os possíveis erros vinculados à pesquisa e em minimizar as falhas de interpretação das informações extrínsecas sobre os objetos, e na intenção de dirimir o sentimento de desconfiança formado em torno destes documentos não-oficiais, conforme denominação de alguns autores, Camargo-Moro propõe uma trabalho técnico-científico em toda a análise que se venha a fazer sobre eles:

> É preciso antes de tudo manipular este acervo dentro de uma visão museológica, isto é, utilizando o conceito musealizar no sentido de preservar. - Preservar o quê? A herança cultural que aquela peça representa. E nesta herança cultural não pode haver dicotomia entre o que foi feito pelo homem e o que não foi obra dele – temos que pensar no universo como um todo – o homem, sua obra, seu meio ambiente (CAMARGO-MORO, 1986, p. 14).

Para que este trabalho técnico-científico seja realizado, é necessária, segundo Loureiro (2008, p. 26), uma apurada análise dos conteúdos simbólicos pertinentes a cada objeto, visando integrarem seus conjuntos narrativos, na intenção de torná-lo "um documento apto a ingressar em um universo de conectividades significativo no intuito de representar seus domínios históricos e sociais originários e/ou temáticas outras, com as quais possui qualquer tipo de relação". Desta feita, critérios bem estruturados e procedimentos corretamente expostos são essenciais para a consecução da pesquisa sobre o acervo do museu.

O debate sobre as questões relativas ao objeto enquanto documento ainda é uma realidade na museologia. O processo de atribuição voluntária de valores – estético, histórico, financeiro, simbólico, científico, etc. – que transforma um objeto em um bem cultural, em um documento, somado à necessidade de informações suplementares que cada objeto necessita,

acabou por atrasar o estabelecimento de métodos e práticas para o desenvolvimento da documentação museológica.

Independente do paradigma do objeto museológico ser um documento, ao longo de toda a história dos museus, o registro do patrimônio encerrado nas instituições museológicas é uma prática, uma matéria essencial ao exercício da museologia, necessitando de uma definição de regras de registro, catalogação e gestão da informação.

2.2 A classificação ou categorização dos objetos de museu

O controle da terminologia para designar os objetos é essencial para tornar a recuperação da informação mais eficiente. No Brasil, o primeiro trabalho voltado ao controle terminológico para objetos de museus foi realizado pelo governo federal através da Fundação Nacional Pró-Memória, em 1987. Com o título *Thesaurus para acervos museológicos*, sua utilização é até hoje recomendada por profissionais de museus, sendo indicado pelo Ibram. Segundo as autoras, Helena Dodd Ferrez e Maria Helena Bianchini:

> Um thesaurus é um conjunto de conceitos ordenados, de modo claro e livre de ambiguidade, a partir do estabelecimento de relações entre os mesmos e que pode ser definido segundo sua função ou estrutura. Do ponto de vista de sua função, é um instrumento de controle terminológico adotado por sistema e/ ou centros de informação e bibliotecas com o objetivo de tornar a indexação do conteúdo temático de documentos textuais/bibliográficos mais consistentes e, consequentemente, garantir maior precisão na recuperação de informações. Quanto à sua estrutura é um vocabulário controlado e dinâmico de termos que têm entre si relações semânticas e genéricas, e que se aplica a uma área particular do conhecimento (FERREZ e BIANCHINI, 1987, p. 17).

Seguem esclarecendo que, para a elaboração dos termos a serem controlados devem ser consideradas relações de equivalência; relações genéricas (gênero-espécie); relações associativas; e relações partitivas, pois são estas relações entre os termos que fornecerão um tipo de definição, reduzindo as possibilidades de ambiguidade. Relatam ainda que, naquele período, a museologia brasileira investia muito pouco em ações voltadas para o tratamento de acervos museológicos como fontes de informação – afirmação que confirma o paradigma relacionado ao objeto de museu enquanto documento, no qual a museologia se vê, até certo ponto, amarrada até hoje. E na medida em que os objetos começaram a ser percebidos como fonte de informação, como documentos, os museus brasileiros passaram a ter dificuldades em organizar seus sistemas de documentação, levando-as a desenvolver o referido thesaurus, um recurso utilizado na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, conforme explicam as autoras:

> O *Thesaurus para acervos museológicos* é um instrumento de controle da terminologia utilizada para designar os documentos/objetos criados pelo homem e existentes nos museus, em particular os de caráter histórico. Elaborado para atender, sobretudo, à recuperação de acervos museológicos, seja ela manual ou automatizada, procura apresentar um sistema internamente consistente para a classificação e denominação de artefatos. O thesaurus não elimina, entretanto, o trabalho do museólogo, de identificação dos objetos, etapa que antecede o seu manuseio e, diferentemente dos demais thesauri, não foi criado para auxiliar na indexação do conteúdo temático de documentos textuais/bibliográficos (FERREZ e BIANCHINI, 1987, p. 19).

Utilizando como base as diretrizes da Associação Francesa de Normalização para o estabelecimento de thesauri monolíngues, o trabalho consistiu na organização de um esquema classificatório dividido em três níveis básicos de terminologia, hierarquicamente relacionados: classes, subclasses e uma lista aberta de nomes de objetos com possibilidades de expansão, pelos usuários do manual. A classificação de cada objeto foi fundamentada no critério da sua função original, compreendendo aproximadamente 2.500 termos, divididos em 63 subclasses, ligadas a 16 classes[26], onde os termos são as palavras usadas para identificar os objetos, as subclasses são subdivisões das classes e as classes são a referência para se considerar o universo dos objetos.

O Ibram recomenda metodologia idêntica à utilizada no *Thesaurus para acervos museológicos* para desenvolver o quadro de classificação dos objetos apresentado no *Caderno de Diretrizes Museológicas* (2006, p. 71). Denominada *Modelo de esquema classificatório para acervos museológicos,* a lista apresenta a mesmas 16 classes e 63 subclasses do *Thesaurus*, com um número menor de termos, que poderão ser acrescentados pelo usuário. É, na verdade, o próprio *Thesaurus*, transformado num formato resumido para ser incluído em um manual de orientação que abarca as diversas atividades que um museu desenvolve.

Como observado no primeiro capítulo, o Brasil no aspecto da uniformização terminológica vem desenvolvendo trabalhos que o deixam numa boa posição. Além do *Thesaurus para acervos museológicos*, temos o *Tesauro de Folclore e Cultura Popular Brasileira*, *Thesaurus de Cultura Material dos Índios no Brasil* e o *Thesaurus para acervos científicos*. Coforme explica Alexandre Matos (2013, p. 2), Doutor em Museologia pela Faculdade de Letras do Porto, as normas da documentação museológica, segundo o Comitê Internacional de Documentação do ICOM, dividem o campo em quatro planos distintos – procedimento, estrutura de dados, terminologia e normas técnicas de divulgação e intercâmbio

[26] Caça/Guerra; Artes visuais/Cinematográfica; Objetos pecuniários; Construção; Interiores; Trabalho; Lazer/Desporto; Insígnias; Objetos cerimoniais; Comunicação; Transporte; Objetos pessoais; Castigo/Penitência; Medição/Registro/Observação/Processamento; Embalagens/Recipientes; Amostras/Fragmentos.

de informação –, sendo a categoria de normas voltada à criação de terminologia controlada (thesauri), a mais difícil e morosa de se concretizar.

2.3 Princípios, conceitos e metodologias da documentação museológica

O ICOM tem como um de seus principais objetivos o desenvolvimento de normas profissionais. No que diz respeito à documentação museológica, ele a entende como uma prática de preservação, considerando-a base para toda atividade que venha se desenvolver no museu:

> Na museologia, a preservação reúne o conjunto de funções vinculadas com a entrada de um objeto no museu: aquisição, inventário, catalogação, reserva, conservação e às vezes, restauração. A preservação do patrimônio induz a uma política que se inicia pelo estabelecimento de procedimentos e critérios de aquisição do patrimônio material e imaterial da humanidade e seu meio ambiente, para prosseguir com a gestão das coisas convertidas em objetos de museu e sua conservação. Neste sentido, o conceito de preservação representa o desafio fundamental dos museus, uma vez que o desenvolvimento das coleções estrutura sua missão e seu desenvolvimento. Junto com a difusão ao público, constitui um dos eixos da ação museal (DESVALLÉE e MAIRESSE, 2010, p. 70, tradução nossa).

No entanto, a documentação museológica é um campo que até hoje envolve grandes discussões em torno das metodologias sobre seu exercício, visto que, dependendo da natureza do acervo, é difícil se chegar a um consenso na produção de instrumentos padronizados de catalogação, capazes de abarcar a diversidade tipológica das coleções conservadas nos museus.

De um modo geral, a documentação em museus antes da segunda metade do Século XX era realizada sem regras. No plano internacional, em consequência dos conflitos da Primeira Grande Guerra, a primeira experiência de normatização de documentação museológica se deu com a criação da agência *L'Office Internacional de Musées* (OIM), com sede em Paris, que recomendava o emprego de fichas, a padronização de etiquetas descritivas e as classificações normalizadas (CERAVOLO e TALAMO, 2007, p. 2).

Em 1946, após a Segunda Grande Guerra, foi criado o Icom visando à proteção e difusão do patrimônio museológico mundial. No âmbito do Icom existe, desde 1950, o Comitê Internacional de Documentação (Cidoc) para tratar exclusivamente das questões relacionadas aos registros dos acervos museológicos. Logo que foi estabelecido, o Cidoc passou a aconselhar a utilização de fichas catalográficas e etiquetas-padrão para a identificação de objetos, sendo a multiplicidade de procedimentos que cada museu utiliza o

grande obstáculo do Cidoc na tentativa de estabelecer, efetivamente, sistemas de documentação padronizados.

Como vimos no capítulo anterior, a documentação museológica está relacionada com um dos aspectos da gestão dos museus, e, nesse sentido, procura dar conta do objeto desde sua entrada no museu até a sua exposição. Para que ela se realize são necessárias "operacionalizações destinadas à criação de normas e modelos que estruturem a mediação dos diversos planos informacionais instituindo o controle dos variados significados e sentidos que ensejam a análise do objeto/documento" (LOUREIRO, 2008, p. 26). Para tanto, são tarefas relacionadas a esta operacionalização a coleta, o armazenamento, o tratamento, a organização e o resgate da informação.

A rotina destinada ao tratamento da informação que cada objeto demanda, necessita da participação de uma equipe multidisciplinar permanentemente voltada à documentação e sua constante atualização, visando garantir o acesso público ao seu conteúdo e resultados (LOUREIRO, 2008, p. 27), pois a documentação museológica não é somente uma ferramenta de controle do objeto a ser utilizada pelo museu, mas principalmente fonte de produção de conhecimento. Levando em conta tal premissa, é imprescindível que a instituição museal garanta o acesso à informação. Sobre este aspecto, considerando que 67,2% dos museus no Brasil são de natureza administrativa pública (IBRAM, p. 63), é importante considerarmos a Lei nº 12.527, que sancionada pela Presidência da República em 18 de novembro de 2011, regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas dos órgãos que integram os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. O que era um dever passou a ser uma obrigação.

A documentação museológica é uma tarefa complexa, destinada à recuperação da informação de cada objeto de um acervo de museu. Ela tem como objetivo a sua conservação e maximização do uso das informações, como também ampliação do seu acesso. É através dela que se estabelece o contato efetivo entre os objetos e os usuários dos museus (FERREZ, 1991, p. 4). Na análise de Barbuy (2008, p. 37), constitui-se em uma ampla base de informações, que fornece dados a pesquisas e ações de extroversão, tanto internas quanto externas, e que por sua vez, numa via de mão dupla, também se complementa com as pesquisas realizadas sobre o próprio acervo ou em torno dele. Nesse sentido, visando à eficácia dos sistemas de documentação museológica a serem desenvolvidos, o Ibram (CÂNDIDO, 2006, p. 38) aponta algumas medidas essenciais a serem adotadas durante o processo de documentação: 1) clareza e exatidão no registro dos dados; 2) definição dos campos de informação; 3) pré-definição de normas e procedimentos, consolidados em

manuais; 4) utilização de um vocabulário controlado; 5) elaboração de instrumentos de recuperação da informação (guias, catálogos, inventários, listagens); e 6) boa manutenção do sistema com o intuito de garantir a integridade da informação.

Considerando os objetivos a serem alcançados, para que o trabalho de documentação seja realizado é necessário o desenvolvimento de um sistema apropriado para o acervo do museu, cuja base deverá ser estruturada com padrões técnicos gerais e especializados, que deverão contar com uma série de convenções, que são essenciais para o bom desenvolvimento da atividade, permitindo uma padronização básica. Nesse sentido, é de extrema importância:

> Regras escritas, estudos e pesquisas profícuas, disciplina no trabalho, e muita atenção são obrigatórios tanto para o pequeno museu, com menos recursos e cujo trabalho é artesanal, como para os grandes museus que utilizarão ou já utilizam sofisticados sistemas de armazenamento de informações e formas rápidas de acesso a estas informações, através da computação. O importante para todos, porém, é ter a organização de base bem estruturada, pois isto será imprescindível mesmo para a confecção do *software*, se houver computação. [...] A documentação inicial, manuscrita, e, muitas vezes, cheia de correções, é insubstituível. [...] Não apenas para a segurança e pesquisa mas para toda a função do museu, o documento escrito é obrigatório e as diversas etapas importantíssimas. Tudo que for possível deve ser escrito, e nada do que foi escrito deve ser destruído. Se o novo inventário é dinâmico e essencial, o antigo é necessário e insubstituível, devendo ser preservado e consultado (CAMARGO-MORO, 1986, p. 41-42).

A importância dos pontos expostos acima reside no fato de que, mesmo vivendo num mundo onde a tecnologia da informação vem se desenvolvendo aceleradamente, proporcionando novos mecanismos de armazenamento e disseminação da informação, não podemos desprezar os documentos escritos. Fernanda de Camargo-Moro, museóloga que trabalhou no Icom, sob a orientação de personalidades atuantes da museologia, que estiveram à frente do Comitê Internacional de Documentação do Icom, mesmo vivenciando os primórdios da utilização da informática nos sistemas de documentação para museus, anteviu os problemas que o desprezo e descarte de tais documentos poderiam acarretar para a decodificação do objeto/documento.

A documentação escrita relativa a um objeto tem início a partir da sua entrada no museu. Seja através de coleta de campo desenvolvida pela própria instituição, ou através de doação ou compra, entre outras modalidades de aquisição, a sistematização do processo e a sua boa documentação é extremamente importante para compor o conteúdo das informações que constarão da documentação museológica do objeto. A organização deste conteúdo é denominada por Camargo-Moro (1986, p. 28) como "Dossiê de Aquisições". Nele deverão constar informações extraídas dos documentos que formaram o processo de aquisição, tais como: local, tipo de aquisição – coleta, doação, compra, legado, troca, empréstimo, depósito;

fonte de aquisição – identificação do vendedor, doador, legatário; preço da aquisição; e identificação dos responsáveis na instituição pela aquisição.

Vencida a etapa relativa à entrada do objeto no museu, após a reunião das informações concernentes à sua seleção e aquisição, passa-se à etapa de organização e controle que compreende: registro, número de identificação/marcação, armazenagem/localização, classificação/catalogação e indexação (FERREZ, 1991, p. 4).

Segundo Camargo-Moro (1986), logo que o objeto é aceito para fazer parte do acervo do museu, ele recebe um número de identificação, chamado de número de registro, que será sua referência permanente. "A numeração, portanto, deve ser a mais simples possível e sua legibilidade nos objetos deve ser checada periodicamente, tendo-se cuidado extra quando os objetos saem para quaisquer usos [...], sobretudo quando para restauração ou exposição" (FERREZ, 1991, p. 8). Este número será logo inscrito no Livro de Tombo ou Livro de Registro. Neste livro serão registrados todos os objetos do museu, com uma numeração corrida, preenchidos com uma descrição o mais resumida, objetiva e completa possível. Em situações de alienação definitiva do objeto por problemas de deterioração, o registro no Livro de Tombo é riscado na cor vermelha, ocupando todo o campo, e seu número de registro nunca deverá ser reutilizado. No caso de furto, o campo deverá receber uma pequena marcação (x) em vermelho e se algum dia o objeto for localizado será feito um círculo verde ao redor da marcação.

Em alguns casos especiais folhas soltas, digitadas, numeradas, rubricadas e encadernadas poderão fazer vez ao Livro de Tombo tradicional. Sobre esta possibilidade, ressaltamos que alguns museus, nestes últimos dez anos, têm utilizado como Livro de Tombo as Fichas de Registro preenchidas manualmente – após terem seus dados inseridos em banco de dados, elas são encadernadas. Este é o caso do Departamento de Cultura da Universidade Federal de Pernambuco, do Museu Louis Jacques Brunet – museu de história natural do Ginásio Pernambucano -, do Museu de Arte Popular da Cidade do Recife e do Acervo Museológico do Palácio da Justiça do Estado de Pernambuco.

Com os mesmos campos do Livro de Tombo é desenvolvida a Ficha de Registro que contará com:

- nome da instituição;
- número de registro da peça;
- data de ingresso e/ou aquisição definitiva;
- nome do objeto;
- descrição (sumária);
- classificação genérica;
- forma de ingresso ou de aquisição;
- origem;

- procedência;
- histórico do objeto;
e mais um item:
- Observações (CAMARGO-MORO, 1986, p. 45).

Segundo Camargo-Moro (1986, p. 45), estas informações são consideradas como atributos mínimos básicos reconhecidos pelo Cidoc/Icom, no ano da publicação, e compõem a primeira fase da pesquisa necessária para a documentação do objeto, onde: o nome da instituição deve constar do termo de abertura do Livro de Tombo e em cada uma das fichas de registro; o número de registro é a identificação do objeto na instituição; a data de ingresso representa a data em que foi registrado – geralmente difere da data de coleta, de compra, ou de doação, que aparecerão na ficha catalográfica, mais completa, quando do desenvolvimento dos elementos aprofundados de decodificação do objeto; o nome do objeto é como normalmente ele é conhecido; a descrição deve contar com informações primárias em relação ao material, dimensões, peso, cronologia, autor, estado de conservação; a classificação genérica é baseada na sua função ou interpretação face à coleção; a forma de ingresso ou de aquisição representa o modo como se deu a entrada do objeto na instituição – coleta, compra, doação, legado, depósito; a origem é o local onde o objeto foi produzido; a procedência refere-se ao proprietário ou fonte imediata onde o objeto foi adquirido; o histórico do objeto corresponde os dados complementares da descrição relativos ao seu histórico, sem confundir com a História daquele objeto; e as observações que possibilitarão o acréscimo de informações que sejam pertinentes e que não têm lugar em outros campos.

Ao consultarmos a página da internet do Cidoc/Icom, observa-se que os atributos básicos recomendados não são alterados desde 1993. O que significa que, dos atributos básicos elencados por Camargo-Moro em 1986, somente houve uma pequena alteração nessas quase três décadas. Esta mudança compreende apenas uma redução de campos, a saber:

- nome da instituição;
- número de registro;
- palavra-chave do objeto;
- breve descrição e/ou título;
- forma de aquisição/acesso;
- aquisição/acesso, origem (pessoa/instituição);
- aquisição/acesso, data;
- localização permanente (CIDOC, 1993, tradução nossa).

Comparando com as recomendações apontadas anteriormente por Camargo-Moro, percebemos que a leitura dos dados torna-se mais sucinta e objetiva. A alteração do nome do campo classificação genérica para palavra-chave não muda sua proposta original, mas facilita a compreensão sobre sua proposta, principalmente para as instituições que sofrem com a falta de pessoal com formação específica. A descrição passa a ser mais resumida uma vez que é

dada a alternativa de inserir somente o título do objeto. A inclusão do campo local de permanência, que informa onde o objeto se encontra, está diretamente ligada à questão da segurança e agilidade de acesso a ele. Os campos procedência, histórico e observações, como pudemos observar, são suprimidos desta primeira etapa de identificação do objeto, passando a pesquisa sobre seus conteúdos a uma segunda etapa, como veremos no próximo tópico.

2.4 Fichas catalográficas para objetos de museu

Como vimos, o conjunto mínimo de dados que deve constar do registro de um objeto de museu recomendado pelo Cidoc/Icom é apresentado por Fernanda de Camargo-Moro como a etapa inicial do processo de documentação. As informações a serem acrescentadas, de acordo com as especificidades de cada museu, deverão, segundo a autora, fazer parte de uma segunda etapa chamada catalogação aprofundada ou classificação.

> Dentre as etapas da decodificação denomina-se catalogar o ato de identificar e relacionar bens culturais ou espécimes naturais através do seu estudo que poderá ter maior ou menor profundidade em sua análise e posterior fichamento. Este, com uma descrição completa e a localização da peça no tempo e no espaço, objetiva uma forma de identificá-la.
> É denominada, genericamente, ficha de catálogo ou ficha catalográfica, qualquer ficha relativa à ordenação, análise ou classificação de peças de um acervo. Não sendo este nome específico a nenhum tipo determinado de ficha (CAMARGO-MORO, 1986, p. 79).

As fichas catalográficas são na verdade uma extensão da ficha de registro e deverão, segundo a autora, abranger as seguintes áreas: a identificação do objeto e sua localização no museu; a história do objeto em função da sua participação no acervo do museu; a história do objeto em função do seu lugar no tempo e no espaço; a descrição das características físicas do objeto; a descrição de conteúdo do objeto – seu uso, sua classificação, tipologia e respectivo detalhamento.

Ela é o instrumento de maior profundidade disponível num sistema de documentação museológica, devendo oferecer uma identificação completa do objeto. Mesmo nos museus que possuam sistemas informatizados elas não deverão ser descartadas ou trocadas por uma em formato virtual, devendo a execução do seu preenchimento sempre ser anterior ao início do processo de digitalização da informação (CAMARGO-MORO, 1986, p. 85). Sobre esta questão, destacamos o sistema de documentação do MNBA, no Rio de Janeiro. Denominado Simba, trabalha com a metodologia de preenchimento manual da ficha catalográfica em papel, para que, depois das devidas correções e revisões, as informações sejam inseridas no sistema

digital. Citado anteriormente, vale repetir que este sistema é utilizado por muitos museus brasileiros.

De formato simples, a ficha deve ter o seu conteúdo listado de forma ordenada e ter os seus itens preenchidos. Itens que não tenham correspondência com os objetos devem ser deixados em branco. Para assegurar um preenchimento correto devem ser desenvolvidas convenções/regras, a partir de uma análise e estudo do acervo para seu estabelecimento, constando todas elas em um manual específico.

Em sua publicação, Camargo-Moro (1986, p. 84) apresenta a ideia de ficha classificatória[27] polivalente desenvolvida por Yvonne Oddon[28], junto ao Cidoc/Icom, no interstício 1971-1973, na qual colaborou como estagiária à época da sua criação. Na perspectiva de desenvolver um padrão único para todos os museus, esta ficha classificatória, denominada *Oddon 1,* parte de uma estrutura base que vai ampliando as possibilidades de informação ao abrir área por área de acordo com as especificidades de cada museu. Os principais sistemas de documentação utilizados internacionalmente utilizaram esta metodologia, que pode ser percebida, ainda segundo a autora, em inúmeros sistemas informatizados, inferindo a ela, inclusive, o fator de aceleração da introdução desta tecnologia nos museus que a adotaram. A ficha classificatória polivalente *Oddon 1,* adaptável para diversas tipologias de acervo, podendo ser usada por todo tipo de museu apresenta-se dividida em 20 campos:

1- Nº do objeto;
2- Instituição;
3- Proprietário;
4- Classificação;
5- Localização no museu;
6- Local de origem;
7- Nome do objeto ou da espécie;
8- Nome do autor ou classe, ordem, família, gênero;
9- Materiais;
10- Descrição; técnicas, título (se houver), assinatura, dimensões;
11- Data, modo, fonte e lugar de aquisição;
12- Preço pago, avaliação, data (se houver);
13- Coletor, missão;
14- Grupo cultural ou étnico;
15- Função, uso, utilização;

[27] Fernanda de Camargo-Moro (1986, p. 79) se refere à ficha classificatória a segunda parte de análise do objeto: "Denomina-se classificar a segunda parte de análise, mais profunda, em sua decodificação da peça, tendo como ponto principal a ficha classificatória e as deduções consequentes que dela se extraírem. Esta ficha é também denominada ficha de inventário museológico pois representa o enforque museológico pleno, e uma prova disso é a denominação da abrangência desta documentação, classificando a peça, além de identificá-la.
O nome inventário museológico, porém traz frequentemente uma certa confusão, daí optarmos hoje pela denominação de classificação, para esta etapa da decodificação".

[28] Francesa, Yvonne Oddon (1902-1982) foi bibliotecária do Museu do Homem, em Paris, e personalidade atuante da museologia e do Icom, desenvolvendo a frente do Cidoc trabalhos de referência na área da documentação museológica.

> 16- Cronologia, dúvidas acerca da autenticidade;
> 17- Estilo, escola, influências representadas;
> 18- História;
> 19- Conservação, restauração, notas museográficas;
> 20- Documentação; código do museu; técnico responsável pela ficha, negativo (CAMARGO-MORO, 1986, p. 94).

Para a autora, esta ficha classificatória polivalente é ideal para os museus que possuem uma tipologia variada de objetos, pois facilita o armazenamento e resgate das informações, facilitando a gestão dos acervos. Cada um dos seus campos possibilita a inclusão de múltiplos tipos de informação. Neste sentido, observamos que nela existem possibilidades de armazenamento de informações pertinentes a museus históricos, antropológicos, científicos e de arte. E, na necessidade de expandi-las, poderão ser utilizadas fichas complementares utilizando o número do campo que será analisado com mais profundidade.

Abaixo descrevemos cada campo da ficha classificatória polivalente, apresentando, entre parênteses, as respectivas expansões que cada um deles pode ter, segundo a metodologia desenvolvida por Yvonne Oddon:

1) número de registro do objeto no museu (número de inventário do coletor no campo);

2) nome ou sigla da instituição (nome da coleção, nome da série, nome do conjunto cultural ou natural);

3) nome do organismo ou serviço administrativo responsável pela instituição (valor cultural nacional, valor cultural internacional);

4) área geral da coleção a qual o objeto pertence – arte, etnografia, ciências naturais, etc. (categorias e subcategorias, incluindo informações sobre autenticidade);

5) local onde o objeto se encontra (exposição, coleção de estudo, reserva técnica, departamento do museu, serviço do museu, laboratório do museu, hall, empréstimos);

6) origens geográficas da peça – local ou área de produção (código geográfico, país, estado, região, distrito, cidade, local de distribuição, origem geográfica duvidosa);

7) nome específico do objeto ou espécime (variantes do nome, nome científico, nome vernacular do país de origem, nome vernacular no país de utilização, nome das diferentes partes constitutivas do objeto, nome das diferentes partes anexas ou acessórios do objeto, elementos acrescentados, objeto sem denominação precisa, conjunto formando uma unidade associada a um objeto);

8) nome do autor, artista, artesão, fabricante, etc. (variantes do nome, nacionalidade do autor, sexo do autor, grau de especialização do autor, problemas de autenticidade);

9) principais materiais constitutivos do objeto (outros materiais, material de suporte, proveniência da matéria prima, importação da matéria prima);

10) principal técnica de fabricação ou de execução do objeto (condições de fabricação de execução; descrição do objeto propriamente dito, forma do objeto, pátina, cor, decoração dimensões máximas, posição e dimensões das partes constitutivas do objeto);

11) dados da aquisição – data, modo, vendedor ou doador, local (hora, endereço do vendedor ou doador, fontes intemediárias, informações duvidosas);

12) preço de compra (avaliação, avaliação para seguro);

13) nome do responsável no museu pela aquisição do objeto (nome do informante, nome do agente de transmissão, em caso de coleta nome técnica utilizada, viagem de estudos, fonte de empréstimo, fonte do depósito);

14) origem técnica e cultural do objeto (grupo étnico produtor, grupo étnico distribuidor, grupo étnico utilizador);

15) tipo de função do objeto (possui uma extensa de lista funções que o objeto pode apresentar);

16) data ou período de produção do objeto ou idade do espécime (processo de datação, cronologia determinada por um fato ou um fenômeno representado ou sugerido pelo objeto, divisões de grandes épocas artística, geológicas ou arqueológicas, cronologia duvidosa, objeto novo);

17) estilo, escola e influências do objeto (aculturação);

18) histórico da peça (exposições que o objeto participou, associações a personagens e acontecimentos ou a outros objetos, fontes do objeto, fontes de inspiração, dados jurídicos);

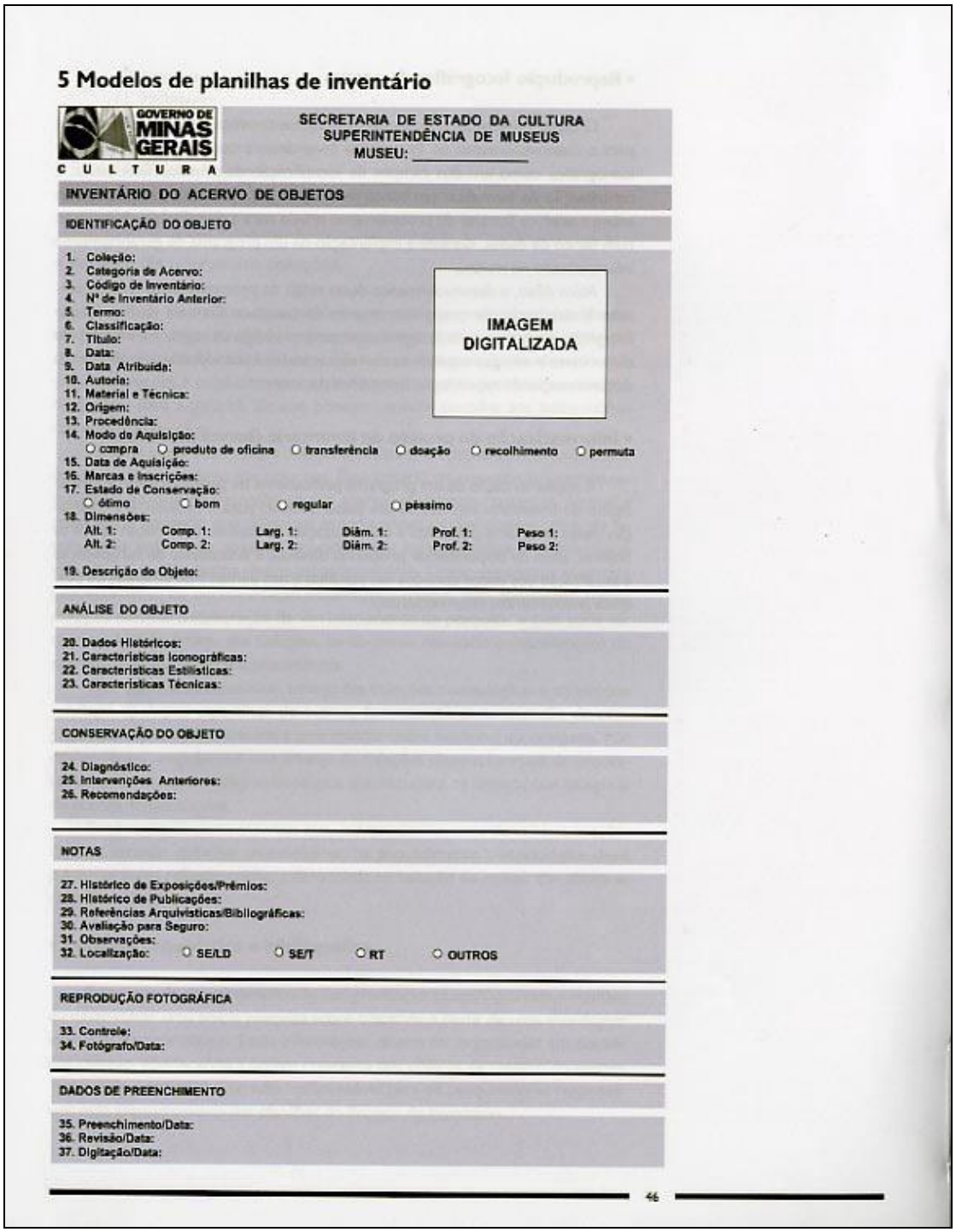
19) estado de conservação do objeto (natureza da deterioração, traços de retoques ou transformações, reconstituições, elementos que faltam, adequação a apresentação, tratamento em laboratório de restauração);

20) referências museográficas – antigos números o objeto, nome do identificador do objeto, nome do catalogador (objeto retirado de coleção, referências audiovisuais, referências em outras instituições, referências bibliográficas).

Na intenção de ampliarmos as possibilidades de comparação que serão realizadas no próximo capítulo sobre os sistemas de documentação museológica da Fundaj, assim como trazer referências mais atualizadas e recomendadas pelo Instituto cuja principal função é

orientar os museus brasileiros baseado em regras e normas da museologia, faremos um breve estudo da metodologia de inventário adotada pela Superintendência de Museus da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, e que é indicada pelo Ibram.

A seguir (figura 1) podemos observar o modelo de ficha catalográfica ou de planilha de inventário, assim denominada na publicação, conforme ele é apresentado no *Caderno de diretrizes museológicas* (2006, p. 46).



5 Modelos de planilhas de inventário

GOVERNO DE MINAS GERAIS
CULTURA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE MUSEUS
MUSEU: _____

INVENTÁRIO DO ACERVO DE OBJETOS

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

1. Coleção:
2. Categoria de Acervo:
3. Código de Inventário:
4. Nº de Inventário Anterior:
5. Termo:
6. Classificação:
7. Título:
8. Data:
9. Data Atribuída:
10. Autoria:
11. Material e Técnica:
12. Origem:
13. Procedência:
14. Modo de Aquisição:
○ compra ○ produto de oficina ○ transferência ○ doação ○ recolhimento ○ permuta
15. Data de Aquisição:
16. Marcas e Inscrições:
17. Estado de Conservação:
○ ótimo ○ bom ○ regular ○ péssimo
18. Dimensões:
Alt. 1: Comp. 1: Larg. 1: Diâm. 1: Prof. 1: Peso 1:
Alt. 2: Comp. 2: Larg. 2: Diâm. 2: Prof. 2: Peso 2:
19. Descrição do Objeto:

IMAGEM DIGITALIZADA

ANÁLISE DO OBJETO

20. Dados Históricos:
21. Características Iconográficas:
22. Características Estilísticas:
23. Características Técnicas:

CONSERVAÇÃO DO OBJETO

24. Diagnóstico:
25. Intervenções Anteriores:
26. Recomendações:

NOTAS

27. Histórico de Exposições/Prêmios:
28. Histórico de Publicações:
29. Referências Arquivísticas/Bibliográficas:
30. Avaliação para Seguro:
31. Observações:
32. Localização: ○ SE/LD ○ SE/T ○ RT ○ OUTROS

REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA

33. Controle:
34. Fotógrafo/Data:

DADOS DE PREENCHIMENTO

35. Preenchimento/Data:
36. Revisão/Data:
37. Digitação/Data:

46

Figura 1 - Modelo de planilha de inventário. Superintendência de Museus da Secretaria de Estado da Cultura do Governo de Minas Gerais.
Fonte: IPHAN. *Caderno de diretrizes museológicas*. 2.ed. Brasília/Belo Horizonte: Departamento de Museus e Centros Culturais/ Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, 2006. p. 46.

Sua metodologia está ancorada em conceitos e procedimentos comuns a outros sistemas de documentação, visando o favorecimento de uma futura padronização de linguagens – a título de exemplo indicam para a classificação dos objetos o *Thesaurus para acervos museológicos*, conforme visto anteriormente – e procura "reunir o máximo de

informações sobre cada objeto, de modo a responder, de forma eficaz, às demandas de pesquisa, curadoria de exposições, ação educativa e difusão cultural, além de sinalizar prioridades com relação às medidas de conservação, restauração e valorização do acervo" (CÂNDIDO, 2006, p. 39) em uma planilha de inventário. A ficha possui 37 campos para preenchimento, todos obedecendo a orientações prescritas e divididos em 6 áreas:

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO
1- Coleção;
2- Categoria de acervo;
3- Código de inventário;
4- Nº de inventário anterior;
5- Termo;
6- Classificação;
7- Título;
8- Data;
9- Data atribuida;
10- Autoria;
11- Material e técnica;
12- Origem;
13- Procedência;
14- Modo de aquisição;
15- Data de aquisição;
16- Marcas e inscrições;
17- Estado de conservação;
18- Dimensões;
19- Descrição do objeto;
ANÁLISE DO OBJETO
20- Dados históricos;
21- Características iconográficas;
22- Características estilísticas;
23- Características técnicas;
CONSERVAÇÃO DO OBJETO
24- Diagnóstico;
25- Intervenções anteriores;
26- Recomendações;
NOTAS
27- Histórico de exposições/prêmios;
28- Históricos de publicações;
29- Referências aruivísticas/bibliográficas;
30- Avaliação para seguro;
31- Observações;
32- Localização;
REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA
33- Controle;
34-Fotógrafo/data;
DADOS DE PREENCHIMENTO
35- Preenchimento/data;
36- Revisão/data;
37- Digitação/data (CÂNDIDO, 2006, p. 46).

Podemos observar que a ficha catalográfica recomendada pelo Ibram foi desenvolvida seguindo o mesmo princípio da ficha classificatória polivalente *Oddon 1*. A diferença entre as duas reside no fato de que a ficha recomendada pelo Ibram apresenta um maior número de campos, resultado da possibilidade de ampliação que cada campo da ficha *Oddon 1* permite.

O que na *Oddon 1* é informação complementar, gerando novas fichas, no Ibram passa a ser regular, simplificando, em nosso entendimento, o sistema, visto que não serão produzidas fichas complementares. Claro que a metodologia recomendada pelo Ibram, em certo aspecto, e até certo ponto, se comparado a *Oddon 1*, reduz as possibilidades de armazenamento de informações do objeto que não encontre espaço em sua ficha, mas nada impede que, neste caso, se aplique a metodologia *Oddon 1*, criando-se fichas complementares para algumas das seis áreas em que a ficha indicada pelo Ibram é dividida.

Outro exemplo de ficha catalográfica apoiada nas premissas da ficha classificatória *Oddon 1*, foi a desenvolvida pelo Mnba, unidade museal vinculada ao governo federal. O sistema desenvolvido por eles, e que já é utilizado em mais de 50 museus do país, possui uma ficha catalográfica com 67 campos para preenchimento das informações, divididos em 10 áreas, a saber: identificação, indicação de responsabilidade, título, inscrições, publicação / distribuição / impressão / fundição, características físicas, descrição, histórico, notas. Como a *Oddon 1*, cada uma das áreas se abre em diversas alternativas para inclusão das informações do objeto, com a diferença de que os campos já estão inseridos na ficha, não havendo a necessidade de se criarem fichas complementares – mesma metodologia seguida pela ficha catalográfica indicada pelo Ibram. Neste sistema é indicada somente uma ficha complementar denominada Ficha Biográfica de Autor.

As duas fichas catalográficas apresentadas oferecem uma uniformização do tratamento da informação necessária em qualquer trabalho de documentação museológica. Percebemos ainda, que ambas obedecem a regras e padrões pré-estabelecidos, na intenção de facilitar a recuperação da informação, essencial em qualquer sistema de documentação. Elas dividem os dados do objeto em áreas e campos específicos que vão desde a sua identificação básica até informações extrínsecas a ele, que somente são alcançadas com a pesquisa mais aprofundada.

Com este mesmo padrão, o MNBA desenvolveu seu sistema de documentação, que conta com um programa de computador que armazena as informações da ficha catalográfica e permite a consulta e o cruzamento das informações na sede da instituição. Mesmo sendo adotado em diversos museus e também indicado pelo Ibram, infelizmente, até hoje não foi desenvolvida uma interface do programa para a internet.

Ao contrário do tratamento da informação sobre o acervo do MNBA, a ficha catalográfica indicada no *Caderno de diretrizes museológicas* não conta com um programa para armazenamento e cruzamento das informações. A publicação faz somente um breve comentário de que a "implementação de um programa permanente de gerenciamento

informatizado do Inventário representaria um passo decisivo para o Projeto" (CÂNDIDO, 2006, p. 45).

Esta situação, analisada sob a ótica da gestão pública e da Lei de acesso à informação, é, no nosso ponto de vista, uma constatação de que o aporte técnico-científico oferecido pelo Estado pouco tem contribuído para o desenvolvimento da área da documentação museológica, dificultando, de certa forma, a gestão dos museus, em particular, e a gestão do patrimônio cultural, em geral.

2.5 A documentação museológica frente às tecnologias da informação

A partir da disseminação da informática, um novo horizonte se abriu para a possível solução dos problemas da documentação museológica, acreditando-se que, de alguma forma, esta nova tecnologia poderia resolver desde a organização dos dados até a recuperação da informação. No entanto, conforme afirmam Suely Moraes Ceravolo e Maria de Fátima Tálamo (2007, p. 4), "como decorrência natural, as questões das categorias, classificações e terminologias afloraram definitivamente e se tornaram foco da busca de resoluções". Sobre o tema, a museóloga Diana Farjala Correia Lima analisa:

> A Internet, ao emprestar nova forma de visibilidade aos museus, ao ampliar o acesso aos serviços informacionais e comunicacionais – consultas on-line: bases de dados de coleções museológicas, bibliotecas digitais – exposições virtuais, etc., - tanto para profissionais da área como público em geral, implicou tornar disponível, em escala mundial, a gama variada de bens (patrimônio) que a Museologia, no seu contexto de múltiplas feições, encerra. Esta configuração do campo resulta das características de diversidade tipológica dos museus, da relação estabelecida com disciplinas de outros campos, da presença das comunidades híbridas entre os fatores contribuintes. Assim, a questão da multiplicidade de termos/conceitos que lida e as dificuldades enfrentadas para exercer a compreensão nos processos de intercâmbio, a partir desta nova situação, tornaram-se ainda mais perceptíveis (LIMA, 2008, p. 185).

Nesse cenário, a importância das normas para museus e seus sistema de informação assume um papel crucial. Nesse sentido, Alexandre Matos afirma:

> A normalização documental assume-se como essencial para os museus e para a gestão dos seus acervos. Sem normalização os sistemas de informação e gestão de coleções não poderiam existir. Sem estes não seria possível, atualmente, gerir a imensidão de informação pré-existentes e, entretanto, criada sobre o patrimônio cultural, tendo em conta a rápida e intensa procura de conhecimento em que se baseia a sociedade de informação em que vivemos. Consequentemente, o museu não poderia cumprir, à luz do nosso tempo, o que é estipulado na sua definição, ou seja, "adquirir, conservar, investigar, comunicar e expor o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite" (MATOS, 2013, p. 3).

O autor entende a normalização da documentação em museus como elemento transversal a todo o processo de documentação, e que deve complementar a missão e política

de gestão de coleções. E completa que "se assim é para os museus, assim o é também para as ferramentas informáticas de gestão de coleções. A normalização é a trave mestra, os alicerces onde devemos basear a criação de um sistema de gestão de coleções" (MATOS, 2013, p. 3).

Maria Teresa Martins Torres (2002, p. 306, tradução nossa) destaca que o Cidoc vem trabalhando com o Getty Information Institute, desenvolvendo normas de informação museológica que permitam oferecer um modelo base para a unificação de práticas que facilitem a comunicação e o desenvolvimento de um *corpus* de conhecimento para melhorar as práticas de trabalho e facilitar o intercâmbio da informação. As normas se dividem sobre: 1) sistemas de informação – que definem os elementos do sistema de documentação; 2) intercâmbio de informação – que tratam da normalização; 3) definição da estrutura de dados – que definem os campos para registro da informação e sua relação; e 4) procedimentos – que se relacionam com a administração das coleções.

O desafio que se impõe sobre a documentação museológica vem sendo enfrentado em diversas frentes. Muitos museus ao redor do mundo já oferecem na Internet interfaces para pesquisa das suas coleções, inclusive sistemas de informação integrados entre variados museus de um mesmo país que trabalham a pesquisa simultaneamente. No Brasil, o quadro é preocupante. Grande parte dos museus sequer possuem mecanismos digitais de acesso à documentação museológica. O Simba, desenvolvido em 1992, e aplicado em muitos museus nunca desenvolveu uma interface para disponibilização dos dados na Internet. O Ibram, desde seu início, em 2003, ainda como Demu, até hoje não apresentou nenhuma alternativa.

Na intenção de revermos as ações sobre este tema desenvolvidas na esfera da administração pública federal, analisaremos uma ação de documentação museológica executada no âmbito do MEC, na Fundaj, a partir de 1977, e que resultou no banco de dados do Muhne, em funcionamento até hoje.

3 A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA NA FUNDAJ - FORMATOS E PADRÕES

A documentação museológica na Fundação Joaquim Nabuco precisa ser analisada na inter-relação entre as políticas nacionais de cultura e sua própria realidade institucional, que é bastante diversa da realidade dos principais museus do país uma vez que, além do Museu do Homem do Nordeste, conta com uma Diretoria de Pesquisas Sociais (núcleo que deu origem à Fundaj), com o Centro de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade, a Biblioteca Central Blanche Knopf, a Biblioteca Setorial Nilo Pereira e o Espaço Cultural Mauro Mota, voltado às artes visuais e cinema.

A Fundação Joaquim Nabuco, tem a responsabilidade de trabalhar com um acervo, cujas origens remontam há mais de 60 anos. São milhares de livros, fotografias, documentos institucionais e particulares, pinturas, desenhos e objetos que testemunham, explicam e ilustram o processo histórico-social da região do Nordeste, uma importante parte do Brasil.

Dessa forma, apresentaremos neste capítulo um breve relato sobre a formação da Fundação Joaquim Nabuco e a marca indelével de seu criador, aqui nesse estudo representado pelo Museu do Homem do Nordeste, um sonho que remonta à década de 1920, quando Gilberto Freyre ainda era mestrando nos Estados Unidos.

Quanto à documentação museológica propriamente dita, teremos a oportunidade de conhecer o seu processo de sistematização na instituição, além de mostrar como suas ações buscavam se coadunar com as políticas nacionais de cultura, principalmente na década de 1970.

Nesse sentido, evidenciaremos o pioneirismo da Fundação Joaquim Nabuco na informatização de banco de dados de acervos, sejam eles museológicos, bibliográficos ou arquivísticos, na intenção de reafirmar o compromisso da instituição com a preservação e difusão de seu patrimônio cultural, e com a promoção do avanço técnico-científico da gestão da informação.

3.1 Breve relato sobre a formação da Fundaj e seus acervos museológicos

Criada em 1949 através de um projeto de lei parlamentar apresentado ao Congresso Nacional, por esforço e iniciativa do então deputado federal constituinte, o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, a Fundaj é uma instituição de ciência, cultura e tecnologia. Desta forma, se constituiu, à época, na cidade do Recife, vinculado ao Ministério da Educação

e Saúde, o então Instituto Joaquim Nabuco, instituição dedicada ao estudo sociológico das condições de vida do trabalhador brasileiro da região agrária do Nordeste do país nos seus amplos aspectos: sociais, econômicos e culturais (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2011, p. 2). Vale destacar que Gilberto Freyre nunca foi servidor ou ocupou cargos comissionados no Instituto e, posteriormente, Fundação, mas sempre esteve presente na sua articulação científica e política. Em 1960, foi criado o Conselho Diretor da instituição e Freyre passou a presidi-lo até 1987, ano de seu falecimento.

Em 1922, o jovem Gilberto Freyre já demonstrava suas preocupações com a questão do trabalhador rural e da população negra, quando desenvolveu estudo comparativo entre a situação do trabalhador rural e a de penúria do escravo das mesmas áreas, na época da Abolição. Esses estudos foram tema de sua tese defendida naquele ano na Universidade de Columbia[29].

A ideia de criação do Instituto está relacionada, de certa forma, a um projeto cultural mais amplo que se inscreve na história da região. Entre os anos de 1920 e 1930, um grupo de intelectuais[30], recifenses em sua maioria, se organizou para debater sobre o desenvolvimento da região Nordeste, promovendo conferências, exposições de arte, congressos e etc. Figura de destaque deste grupo que viria a ser chamado de Movimento Regionalista, Gilberto Freyre, neste período, despontava no cenário nacional, após longa permanência nos Estados Unidos e Europa, onde completara a sua formação acadêmica. A estreita ligação de Freyre com o Movimento demarca um traço comum ligando à criação do Instituto Joaquim Nabuco ao ideário de uma época erguido no Nordeste do Brasil. Tanto o Movimento como o Instituto tinham como objetivos o estudo e análise dos aspectos sociais, econômicos e sociais da região.

Segundo a pesquisadora Joselice Jucá (1991), em 1947, o então deputado federal Gilberto Freyre, inicia sua jornada de aproximadamente dois anos, para a criação do Instituto, defendendo, através de discurso escrito, a importância de se comemorar o centenário de nascimento de Joaquim Nabuco, em 1949, destacando seu perfil de reformador social. Durante esse período, realizaram-se acalorados debates no plenário da Câmara sobre o projeto apresentado por Freyre que, para tê-lo aprovado, precisou fazer uma ampla rede de articulação

[29] Título da tese: *Social life in Brazil in the middle of the 19th century.*

[30] Integravam o movimento entre outros: Alfredo Freyre, Alfredo Morais Coutinho, Amaury de Medeiros, Aníbal Fernandes, Antiógenes Chaves, Antônio Freire, Antônio Inácio, Caio Cavalcanti, Carlos Lyra Filho, Cícero Dias, Joaquim Cardoso, Gaspar Peres, Gouveia de Barros, José Maria de Albuquerque, José Tasso, Júlio Bello, Luís Cedro, Luís Jardim, Mário Melo, Mário Sette, Manuel Caetano de Albuquerque, Pedro Paranhos, Odilon Nestor, Olívio Montenegro, Ruy Coutinho, Samuel Campêlo, Samuel Hardman, Sylvio Rabello, Ulysses Pernambucano de Mello, Ulysses Freyre.

política. Muitos deputados achavam o custo de CR$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), extremamente vultoso, se comparado a outros projetos enviados à casa, de menor valor, e que tinham como objetivo principal a assistência social direta à população. Em defesa do projeto, Freyre apontava que o projeto visava o estudo antropológico e sociológico das condições de vida do trabalhador e do pequeno lavrador para que esse estudo fosse aproveitado pelo Congresso, pelo Governo Federal e Estadual, pela Igreja e pelos particulares no sentido da melhoria das condições desses trabalhadores e lavradores, contribuindo para o desenvolvimento da região e, consequentemente, do Brasil.

O projeto do Instituto já incluía a criação de um museu que ilustrasse aspectos da cultura da Região Nordeste, no sentido de reafirmar o caráter de centro científico de estudos sociais da instituição. Gilberto Freyre defendia que a reunião de material relacionado com a vida e com o trabalho das populações regionais seria obra do maior interesse científico e prático. Seguindo seu objetivo, Freyre passou a reunir quantos objetos[31] pudesse documentar o cotidiano do homem da região (MELLO, 2000, p. 10). Sobre a importância de se criar um museu no IJNPS, Freyre declarou:

> Já que tem sido possível ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais desenvolver, dentro das atuais circunstâncias brasileiras, atividades sistemáticas de pesquisa social – que, aliás, só serão praticáveis sob um regime de tempo integral de trabalho da parte dos pesquisadores, que bem compensados por essa espécie de trabalho, possam desprender-se de seus compromissos urbanos com o magistério e com exercício das profissões médica, jurídica, jornalista – é justo que seu diretor e seus pesquisadores concentrem, por enquanto, o melhor do seu esforço na instalação e na organização de um museu que seja, no Recife, e sob a direção geral de um geógrafo ilustre como o professor René Ribeiro, com a colaboração inteligente do professor Waldemar Valente, uma síntese do passado, da vida e cultura do Norte agrário do Brasil; e, como tal, um centro de estudo, de informação e de esclarecimento de assuntos regionais, onde a mocidade universitária, a juventude escolar, o público brasileiro e os estrangeiros de passagem pela capital de Pernambuco, possam adquirir uma visão honesta e segura das condições de vida, dos estilos de habitação e também das técnicas de trabalho rural dos nativos ou residentes de outras áreas tropicais. Especialmente de outras áreas tropicais marcadas hoje pelo mesmo tipo de organização social que o Brasil ou sejam denominado hispano ou luso-tropical (FREYRE, 1960, paginação indisponível).

Após décadas de árdua dedicação, Gilberto Freyre finalmente consolida seu projeto de criação de uma unidade museológica, em 1964. A tarefa de organizar o primeiro museu da instituição foi confiada aos antropólogos René Ribeiro e Waldemar Valente. Com base notadamente em coleções sobre as vertentes da população negra e indígena, o Museu de Antropologia do IJNPS abria caminhos, no Brasil, para museus de um tipo novo, contrariando

[31] Tijolos, pregos, madeiras utilizadas em portas janelas, pisos, assoalhos, ferrolhos, dobradiças – e uma coleção, talvez a primeira reunida no Brasil ou em qualquer outro país – formada por ex-votos, não de cabeças e membros do corpo humano, mas de casas, moendas, animais, patas e cascos de bois, cavalos, carneiros, ovelhas, plantas, espigas de milho, entre outros.

o critério de valorização da cultura material das elites. Segundo depoimento de Frederico Pernambucano de Mello, servidor aposentado da Fundaj que ocupou o cargo de direção do extinto Instituto de Documentação (INDOC):

> Era previsível que a unidade causasse horror aos ortodoxos da museologia monumental, com sua mescla aparentemente anarquizada de materiais de construção dos Séculos XVIII e XIX, madeiras, traves, pregos, tijolos, dobradiças, cipós, bonecos de barro, bonecas de pano, urupemas, samburás, fateixas, tábua de pirulito, tabuleiro de quebra-queixo, selas e seu correame, chapéus de palha e de couro, folhetos de cordel, objetos de culto, alfaias de maracatu, mocambos completos ou em construção (MELLO, 2000, p. 10).

Em 1966, o Museu de Arte Popular foi desativado pelo Governo do Estado de Pernambuco e incorporado ao IJNPS, que foi enriquecido com preciosidades da cerâmica regional, com obras de Mestre Vitalino, Porfírio Faustino, Severino de Tracunhaém, Zé Caboclo e Zé Rodrigues, além de coleções notáveis de imagens de artistas do povo, anônimos, de brinquedos populares em madeira, couro, pano e palha e de ex-votos.

Com dois museus na estrutura da Fundaj, surgiu a necessidade de definirem-se linhas de trabalho visando o pleno funcionamento dos mesmos. Desta demanda surgiu, em 1972, o Departamento de Museologia. Ao longo dos anos de 1970, foram implantadas, na estrutura do Departamento, a Divisão de Pesquisas Museológicas, responsável pela pesquisa documental dos acervos sob sua salvaguarda; a Divisão de Museografia, dedicada aos trabalhos de montagem, programação e coordenação das exposições promovidas pelo IJNPS, além do apoio à montagem de outros museus nas regiões Norte e Nordeste; e a Divisão de Iconografia, iniciada com a valiosa coleção de fotografias Francisco Rodrigues, proveniente do Museu do Açúcar (FUNDAJ. DIVISÃO DE MUSEOLOGIA, 2013, p. 22).

Paralelamente à passagem do IJNPS de autarquia para Fundação, o Museu do Açúcar foi transferido para a instituição, através da Lei Federal nº 6.456 de 26 de outubro de 1977. O processo de transferência do Museu do Açúcar, pertencente ao Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), do Ministério da Indústria e Comércio, para o MEC, ocorreu como parte de uma política de reforma administrativa promovida pelo governo federal, onde os ministérios procuraram se organizar de acordo com as suas atribuições específicas. O IJNPS como órgão do MEC, pareceu a instituição apropriada para incorporar o Museu do Açúcar, até mesmo do ponto de vista da proximidade física, uma vez que suas sedes eram vizinhas. Assim, ficaram unidos sob o Departamento de Museologia, os Museus de Antropologia, de Arte Popular e do Açúcar, até a tríplice união que, em 1979, originou o Museu do Homem do Nordeste, integrando os três acervos pelo viés socioantropológico. Conforme análise de Mello, esta transferência foi determinante para a formação do Muhne:

> Em 1961, o Ministério da Indústria e Comércio, por seu Instituto do Açúcar e do Álcool, criara no Recife o Museu do Açúcar, a partir das ideias de Gil de Methodio Maranhão e da decisão administrativa de Manuel Gomes Maranhão, quando à frente do mencionado IAA. Para a sede, no bairro de Casa Forte, ergue-se o prédio da traça especializada do arquiteto Carlos Falcão Correia Lima, com jardins sacaríferos em volta e pátio interno dotado de composição escultural feita por Aloísio Magalhães com mós de pedra velhíssimas. As muitas tecnologias do açúcar, as peças industriais ou artesanais de apoio ao eito, ao transporte da cana, à sujigação dos negros na bagaceira, à vida na senzala, ao fausto da casa-grande, ao primor das capelas privadas, ao lazer, à comunicação, ao ensino, ao dia, à noite, à morte, à vida, tudo está representado através de coleções únicas, adquiridas aqui e lá fora, como se o Brasil estivera finalmente a quitar os mais de três séculos em que viveu pendurado no cangote do açúcar, moído com o sangue de escravos do Recôncavo e na várzea do Capibaribe, da Bahia e de Pernambuco (MELLO, 2000, p. 11).

Junto com a criação do Muhne e a transformação do IJNPS em Fundaj, ambos em 1979, surgiu uma nova estrutura organizacional que deu origem ao Indoc, que passou a congregar os diferentes segmentos da documentação da instituição – arquivo, biblioteca e museu.

Alguns anos após a criação do Muhne, o Departamento de Museologia, até então responsável pelo seu gerenciamento, transforma-se numa Divisão do museu, que contava ainda com uma Divisão de Museografia e uma Divisão de Programas Educativo-Culturais. Em 2003, o Indoc transforma-se em Diretoria de Documentação (DIDOC) e o Muhne passa a contar com uma Coordenação Geral e demais coordenações, dentre as quais a Coordenação de Museologia. Hoje o Muhne está abrigado na Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte (MECA) e a Coordenação de Museologia passou a ser novamente uma Divisão, encarregada de todas as atividades ligadas à gestão do acervo, desde sua preservação até sua extroversão, passando pelo desenvolvimento de palestras e seminários sobre museologia.

Independente das mudanças ocorridas no núcleo museológico da Fundaj, a Museologia na instituição sempre contou com profissionais com formação acadêmica em museologia – um diferencial dos museus da região nordeste – e esteve diretamente ligada ao trabalho dos museus e acervos da instituição, notadamente nas áreas de documentação, pesquisa e difusão, além de buscar o debate e a reflexão através de parcerias e intercâmbio constante com a comunidade museológica e acadêmica, na perspectiva de ampliar e desenvolver estudos de referência na área (FUNDAJ. DIVISÃO DE MUSEOLOGIA, 2013, p. 22).

Voltando aos aspectos que deram origem ao Muhne, é preciso ressaltar que a proposta de Gilberto Freyre girava em torno de uma ideia inovadora:

> Quem escreve estas notas em torno do Museu do Homem do Nordeste, sugeriu, em artigo de jornal escrito na primeira mocidade – em 1924 – a fundação, no Brasil, particularmente no Nordeste, de museus de um tipo novo: que reunisse valores expressivos da cultura e do ‘ethos’ de gentes brasileiramente regionais. Particularmente –

> no caso da sugestão – a do Nordeste. E lamentava o estreito critério, então ainda dominante no País, de considerar-se valiosamente histórico, inclusive para atentos museólogos, apenas o material ou a relíquia ou o objeto relativo a glórias militares, a datas grandiosamente cívicas, a ocorrências especificamente políticas: revoluções, eleições gerais, transformações de regimes políticos. Entretanto, o material a ser principalmente considerado em museus de interesse não só socialmente histórico como socioantropológico, deveria passar a ser, no Brasil, o que documentasse, de civilizações regionais brasileiras, seus cotidianos, suas ocorrências, os característicos de suas estruturas e de suas funções básicas (FREYRE, 2000, p. 14-15).

Observa-se na citação acima uma crítica contundente ao modelo historicista de museu implantado por Gustavo Barroso, quando da criação do MHN e que foi seguido durante décadas por uma série de profissionais de museus, conforme analisamos no primeiro capítulo. A concepção de Freyre centrou-se na organização de um museu socialmente abrangente, apresentando antropologicamente um tipo regional de cultura de Homem brasileiro do Nordeste, tanto em seus aspectos eruditos ou requintadamente artísticos de sua cultura, como nos objetos espontâneos, populares, anônimos, cotidianos, matutos, sertanejos, rústicos de sua religiosidade. Seguindo este princípio, o Muhne foi constituído sob o paradigma de ser um museu panorâmico, uma ilustração plástica do complexo regional nordestino o mais possível completo: canavieiro e pastoril, rural e urbano, material e não-material (FREYRE, 2000, p. 15).

Tal abrangência está refletida em seu acervo, que conta com:

> 1) Peças de artes decorativas: mobiliário pernambucano do século XIX e estilo Beranger, colonial brasileiro, rústico;
> 2) Cristais: franceses, opalinas, belgas e vidraria;
> 3) Porcelanas: francesas, chinesa, brasileira;
> 4) Pratarias: inglesa, portuguesa e brasileira;
> 5) Ourivesaria: peças orientais, penas de ouro e prata;
> 6) Joalheria: pulseiras, brincos de prata e ouro;
> 7) Tapeçaria de Gobelin;
> 8) Azulejaria francesa, inglesa e portuguesa, cerâmica hidráulica brasileira;
> 9) Arte Sacra: Imaginária portuguesa e pernambucana;
> 10) Arte popular de Pernambuco e outros estados;
> 11) Armaria;
> 12) Artes Visuais;
> 13) Etnografia indígena com a representação do Toré e a arte plumária;
> 14) Objetos da etnografia das religiões afro-brasileiras como o Xangô, Candomblé, Catimbó, Jurema;
> 15) Artefatos variados como maquetes de engenhos, equipamentos tecnológicos da indústria açucareira, do fumo, das comunicações, de iluminação, dos transportes, da habitação, da cozinha;
> 16) Coleções de numismática e heráldica (CPM, 2007, p. 11).

O Museu foi criado com o intuito de ser uma documentação viva da cultura do Homem do Nordeste, um laboratório, aberto a estudiosos, em particular, e ao público, em geral. Almejava-se que o conjunto apresentado no museu não deveria ser contemplado como um amontoado de coisas mortas, mas como sugestões de vida em torno do Homem do

Nordeste, transformando-se em rico e expressivo suporte didático. Segundo Freyre (2000, p. 16), "nenhum estudante nordestino deve chegar ao fim dos estudos secundários, ou dos universitários, desconhecendo o que se encontra nesse museu-laboratório".

Apesar do caráter regionalista do museu, seu mentor tinha a noção de que isso não deveria significar fechar-se em si mesmo e sinalizou a importância do intercâmbio de experiências com instituições com orientações similares:

> Quem diz museus modernos, diz centro de estudos e de pesquisas que não se podem confinar aos limites da província ou da região onde se acha situado o museu. Teríamos, nesse caso, provincianismo ou regionalismo, não do bom, mas do estéril, que é aquele que cedo se degrada em autofagia, por falta de contato ou de intercâmbio dos seus centros de estudos com outros centros de atividade intelectual, de pesquisa artística e de estudo científico: centros onde se realizam estudos semelhantes aos que se processam em instituições regionais do tipo do antes Instituto e hoje Fundação Joaquim Nabuco. Daí não nos dever contentar a expressão "regionalismo" senão quando subentendida como dinâmico e inquieto inter-regionalismo não só no plano nacional como no internacional. Inter-relação no plano de estudos inter-regionais que possam ser transnacionais e não apenas internacionais (FREYRE, 2000, p. 18).

Observamos ser claro para Gilberto Freyre a ideia de museu moderno e socialmente ativo, onde a pesquisa completa seu papel. E que para tanto, a troca e o intercâmbio de experiência e conhecimento adquirem um significado especial no seu desenvolvimento, principalmente nas atividades de documentação museológica. Para ele, todo objeto deveria ser minuciosamente analisado, documentado, na intenção de proporcionar ao visitante a compreensão do seu significado, conforme exemplificado por ele mesmo:

> Do Museu do Homem do Nordeste constam modelos de jangadas e de barcaças regionais, com as exatas designações das várias peças que as constituem – trabalho de que me ufano de ter sido o orientador dos magistrais desenhos de Manoel Bandeira – e que são, como meios de pesca e de transporte, caracteristicamente brasileiros, expressões de saberes ou de sabedorias quase de todo populares, telúricas, ecológicas. Tão populares que são anônimas, as que mostram, assim anônimas, a capacidade incentiva de gentes simplesmente gentes. Revelações de espontaneidade rústicas que cabe a museus destacarem. Ou aperfeiçoadoras de conhecimentos tradicionais guardados por gente rústica: aperfeiçoamentos também de interesse museológico (FREYRE, 1985, conferência).

Para o mentor do Muhne, a museologia, quando antropológica, deveria estar voltada à antropologia sociocultural, a antropologia ecológica – complexa, abrangente e total, muito mais interpretativa que descritiva (FREYRE, 1985). Portanto, a documentação museológica e análise dos fatores extrínsecos do objeto eram fundamentais na concepção de museologia defendida por Freyre, tornando-se uma atividade fundamental para a Fundaj, conforme veremos a seguir, através dos projetos de documentação desenvolvidos pela instituição, pioneiros para o período.

3.2 Origens da sistematização da documentação museológica na Fundaj

No ano de 1976, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), então responsável pelas políticas públicas de cultura no Brasil, divulgou documento estabelecendo as metas e diretrizes orientadoras de uma Política Nacional de Cultura, no qual enfatizava a preocupação com a promoção de estudos e pesquisas sobre o homem brasileiro e com a valorização dos museus. Dois objetivos que sempre estiveram presentes na missão da Fundaj, que, desde sua origem, estuda, documenta e registra os fenômenos culturais em seus mais diversificados aspectos.

No ano seguinte, segundo Projeto denominado *Atividades no campo da museologia*, encaminhado pelo IJNPS à Funarte (ainda em 1977), sua ação no âmbito da cultura, àquela época, era acionada, sobretudo, através do Departamento de Museologia que contava com três divisões – Museografia, Pesquisas Museológicas e Iconografia – e ao qual estavam vinculados três museus[32] - Antropologia, Arte Popular e Joaquim Nabuco. Ao Departamento, cabia a realização de exposições, em âmbito mais interno, e a formação de uma consciência museológica brasileira, em um âmbito mais largo, citando como exemplo a realização do Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, em 1975, que resultou na publicação *Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira.* E sobre a atuação da Fundaj, de um modo geral e do Departamento de Museologia, em particular, o Projeto *Atividades no campo da museologia* afirma:

> A multiplicidade de interesses do Instituto Nabuco na área cultural – Exposições, Encontros, Cursos, Simpósios, Conferências, etc.- não o impede de ter sempre a correta perspectiva das atividades que nesse campo realiza. Ou seja, o Instituto não deixa de acompanhar e avaliar, em termos de resultados e eficácia, a execução dos planos e projetos que desenvolve nessa área. Um acompanhamento e uma avaliação que se evidenciam, por exemplo, no assessoramento que presta aos museus sediados na sua área de atuação. No caso, o Instituto, aplicando nesses museus as ideias e concepções adquiridas ao longo desses anos, procura sempre aferir os seus resultados objetivando levar esses museus a alcançar o seu melhor desempenho, de modo a que não se constituam em instituições estanques, mas em instituições vivas, dinâmicas, asseguradoras da memória nacional, atuando como centros de pesquisa, de educação, de difusão cultural. Sendo esta uma concepção ou filosofia de trabalho que não se destina ou que é aplicada, apenas, em museus dependentes ou pertencentes a outras instituições: mas orientadora dos seus próprios museus, que são como que laboratórios de experiências onde essas ideias são aplicadas, acompanhadas, avaliadas para, depois nortearem atividades do Instituto Nabuco no

[32] O Departamento de Museologia da Fundaj foi inicialmente criado em 1970 para abrigar o Museu de Antropologia e o Museu de Arte Popular. Ao longo de sua trajetória foi responsável pela criação do Museu Joaquim Nabuco e mais tarde vem abrigar o Museu do Açúcar, do extinto IAA. Posteriormente foi encarregado em organizar o Museu do Homem do Nordeste, fruto da junção dos Museus de Antropologia, de Arte Popular e do Açúcar. O Museu Joaquim Nabuco foi extinto e seu acervo transferido para o Muhne.

> campo da museologia (IJNPS. DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA, 1977, p. 5, 6).

Com base em suas experiências adquiridas no setor da museologia, o projeto, situava-se dentro das prioridades estabelecidas pela Política Nacional de Cultura e propunha a realização de um trabalho de longo alcance envolvendo três atividades interligadas: 1) cursos de treinamento de pessoal de museus; 2) levantamento dos acervos dos museus do Norte e Nordeste; e 3) assessoramento aos museus sediados no Norte e Nordeste. Entendendo que o IJNPS, ao executar tais atividades, alinhava-se plenamente com a Política Cultural do MEC, justificava que o projeto correspondia às necessidades detectadas pelo então Departamento de Museologia do IJNPS – a de pessoal com o mínimo de capacitação, capaz de dar aos museus as condições mínimas de funcionamento; a de registrar um acervo da maior importância e significação para a memória nacional, em sua maioria quase desconhecido.

Em relação aos cursos de preparação e treinamento de pessoal de museus, o projeto destacava ainda que no ano de 1976 foram realizados cursos em Manaus, João Pessoa e Natal e que, do mesmo modo, era rotina atividades de assessoramento técnico aos museus sediados na sua região.

Com o propósito de reafirmar as preocupações do MEC, naquela época, quanto à importância de se desenvolver trabalhos voltados para o levantamento dos acervos dos museus brasileiros, abrimos um parêntese para citar um projeto contemporâneo a este do IJNPS que Fernanda de Camargo-Moro apresentou junto ao Ministério, mas que não foi realizado:

> Em fins de 1976, num projeto para o Ministério da Educação e Cultura (Brasil) estudamos uma amostragem de estruturas para fichamento básico para os acervos brasileiros, baseados no levantamento dos acervos que vínhamos fazendo desde 1971. A ideia que já havíamos proposto em 1975 (Diagnóstico dos Museus Brasileiros) era testar diversas categorias de fichas para uso nos nossos museus, inicialmente de acordo com dois tipos básicos de especialização: 1- os objetos feitos pelo homem; 2- os objetos não feitos pelo homem. Depois de testadas, as fichas seriam confeccionadas pelo MEC em grande quantidade, distribuídas nos museus federais, e colocadas à venda no órgão especializado, a preço de custo, o que facultaria a todos os demais museus públicos e privados sua aquisição. Seriam fichas básicas glossários correspondentes, e que provocaria de forma simples e democrática uma sistematização geral (CAMARGO-MORO, 1986, p. 208).

Infere-se que a preocupação com a documentação museológica era uma constante no âmbito da Política Nacional de Cultura então em vigor.

Voltando à proposta do projeto apresentado ao MEC pelo IJNPS, para aquele ano de 1977, pretendia-se realizar cursos em Fortaleza, Maceió e Aracajú e, paralelamente, iniciar os trabalhos de levantamento dos acervos dos museus das capitais do Nordeste, atividade que daria origem ao Sistema de Informações Museológicas (SIM).

O levantamento dos acervos tinha o objetivo de se tornar uma fonte de referência e estudo da cultura brasileira e seria executado em duas etapas. Na primeira, seria realizado nos museus de Natal (RN), João Pessoa (PB), Recife (PE) e Maceió (AL), envolvendo um total de 23 instituições. Na segunda etapa, seria procedido o levantamento nas cinco capitais restantes (IJNPS. DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA, 1977, p. 15).

Segundo o projeto, a atividade, no seu todo, vinculava-se aos Cursos de Preparação e Treinamento de Pessoal de Museus ministrados pelo IJNPS. Ao pessoal de museus participantes dos cursos, após receberem o treinamento e orientações, caberia a execução dos trabalhos de levantamento dos acervos que se seguiriam (IJNPS. DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA, 1977, p. 16). Quanto às atividades de levantamento, ficava sob responsabilidade do Departamento de Museologia do IJNPS:

- elaborar o modelo da ficha catalográfica;
- elaborar o respectivo manual de instrução para preenchimento da ficha;
- realizar reuniões com os diretores dos museus em cada capital, para informar sobre o objetivo da atividade, fazer a entrega da ficha catalográfica e do manual e prestar outros esclarecimentos necessários ao bom desempenho dos trabalhos;
- processar as informações obtidas de modo a compor uma relação geral dos acervos dos museus, atendendo, assim, ao objetivo proposto;
- acompanhar e assessorar os museus durante o período de execução das atividades.

Aprovado o projeto, o IJNPS, através do Departamento de Museologia e do Centro de Processamento de Dados, executou todos os cursos de treinamento, elaborou a ficha catalográfica (figura 2) e organizou o *Manual de Levantamento de Acervo Museológico,* que descrevia toda a atividade envolvida no levantamento do acervo a ser realizado pelos museus, apresentando-o como uma obra pioneira que viria contribuir para o levantamento imediato dos museus do Norte e Nordeste, auxiliando estudiosos "à procura de material museológico" (IJNPS, 1977, p. 7).

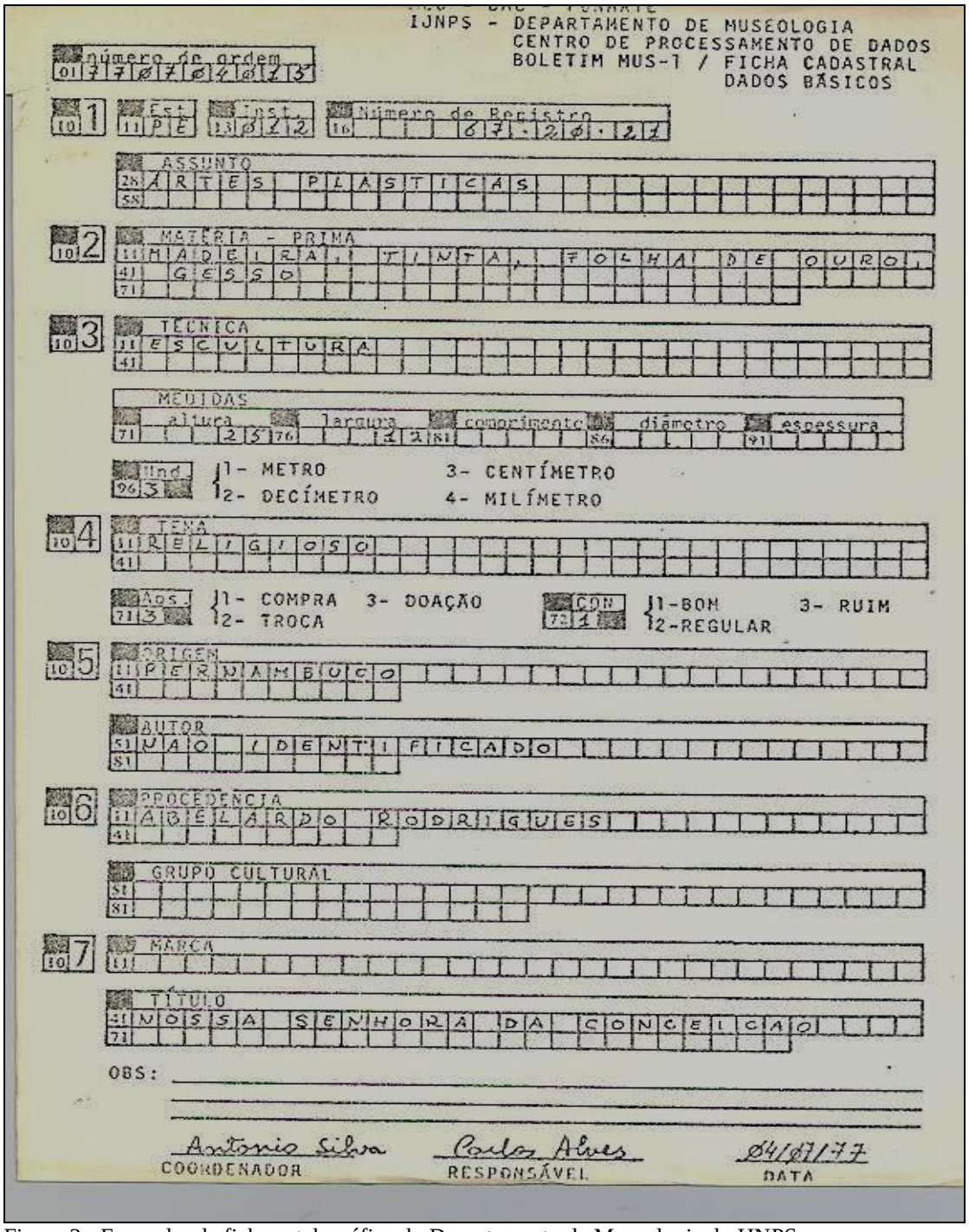


Figura 2 - Exemplar de ficha catalográfica do Departamento de Museologia do IJNPS.
Fonte: IJNPS. *Manual de levantamento de acervo museológico*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Departamento de Museologia, Centro de Processamento de Dados, 1977. Anexo.

O *Manual de Levantamento de Acervo Museológico* foi dividido em 11 partes: Introdução; Assuntos; Temas; Guia de preenchimento; Siglas dos Estados; Codificação dos Museus do Recife; Codificação dos Museus de Natal; Codificação dos Museus de João Pessoa; Codificação dos Museus de Maceió; Adendo; e Exemplar de Ficha Preenchida.

Dois campos da ficha catalográfica – Assuntos e Temas – mereceram atenção especial no Manual, em consequência da complexidade que envolviam e pela necessidade da exata

compreensão que o profissional responsável pelo seu preenchimento deveria ter, uma vez que se relacionava a informações relevantes para a pesquisa dos acervos. Quanto à escolha e classificação dos Assuntos[33], a introdução do Manual explica que não foi um trabalho fácil:

> A interligação das ciências, sobretudo as auxiliares, criaram sérios embaraços aos organizadores deste manual. Contudo, tínhamos que tomar uma decisão, desenvolver uma sistemática, partir do nada. Parece-nos, no entanto, que conseguimos realizar uma tarefa científica, sobretudo se levarmos em conta que o objetivo obedece a uma linguagem museológica. Não nos interessaria passar dias e dias, e talvez meses e anos a fim de tentarmos atingir uma perfeição impossível (IJNPS, 1977, p. 7).

Em relação ao campo Temas[34], esclarece que apesar da semelhança significativa com o campo Assuntos, a equipe tinha em vista uma formulação museológica.

> Não nos assustou a semelhança significativa de ambos os vocábulos. Para efeito de levantamento, fixamos uma diferenciação, que se ajusta muito bem aos propósitos de nosso trabalho. Dessa maneira, para nós, Assunto é um termo definido como matéria ou objeto de que se trata, e foi considerado, para efeito deste levantamento como designação para os diversos itens relacionados pelo grupo de trabalho para possibilitar uma sistemática, agrupando os vários tipos de material museológico a serem registrados.
> Quanto ao Tema, tomamo-lo como termo definido de uma proposição que vai demonstrada ou tratada. É, portanto, num objeto cadastrado o que ele representa, no seu aspecto exterior (aparente) quanto à forma: elementos de composição e conteúdo (incluindo-se motivos decorativos), que se enquadrem numa das classes relacionadas como tal (IJNPS, 1977, p. 7, 8).

A seguir, o Manual informava como deveriam ser preenchidos os 17 campos da ficha catalográfica, cada qual contendo um número de caracteres máximo pré-estabelecido, que, na ficha, estava indicado pela quantidade de quadrados em cada campo, na intenção da futura transferência dos dados para uma base digital, conforme descrito adiante:

1) Número de ordem - composto por nove dígitos sendo as duas posições mais à esquerda, o ano corrente, a terceira e quarta posições, o mês, a quinta e sexta posições, o dia, e a sétima, oitava e nona posições, a ordem de levantamento daquela data;

2) Estado - sigla do Estado;

3) Instituição - código do museu ou organismo cultural detentor do acervo;

4) Número de registro - número da peça no museu, quando houver;

5) Assunto - nomes dos assuntos aos quais a peça se enquadre, podendo haver mais de um;

---

[33] O manual classifica 27 assuntos: alfaia, antropologia cultural, antropologia física, armaria, arqueologia, artes gráficas, artes plástica, botânica, condecorações, cartografia, cerâmica, documentação escrita, filatelia, heráldica, iconografia, indumentária, joalheria, maquinaria e tecnologia, mobiliário, numismática, objetos de uso, ourivesaria, paleontologia, sigilografia, viaturas, vidros (incluindo cristais e opalinas) e zoologia.

[34] Foram relacionados 18 temas no manual: abstração, alegoria, antropomorfo, caricatura, figuração, fitomorfo, folclórico, heráldico, histórico, lúdico, marinhas, monogramas, mitológico, natureza morta, paisagem, religioso, retrato e zoomorfo.

6) Matéria-prima - nomes das matérias-primas utilizada na confecção do objeto, podendo haver mais de uma;

7) Técnica - nomes das técnicas utilizadas no objeto, podendo haver mais de uma;

8) Medidas - conjunto de dimensões do objeto, indicando a medida adotada (metro, decímetro, centímetro, milímetro);

9) Tema - nomes dos temas aos quais a peça se enquadre, podendo haver mais de um;

10) Aquisição - modo como o objeto deu entrada no museu;

11) Conservação - estado de conservação do objeto;

12) Origem - local onde o objeto foi produzido;

13) Autor - nome do autor do objeto;

14) Procedência - nome do último proprietário do objeto;

15) Grupo cultural - para o caso de material etnográfico, indígena e afro-brasileiro;

16) Marca - marca de produto manufaturado ou industrializado;

17) Título - nome dado ao objeto pelo autor ou catalogador, onde a própria função determina o título.

Complementando o Manual, são apresentadas as siglas dos estados, que seguiram o modelo usado em todo o Brasil e a codificação dos museus, que nada mais era que uma numeração de referência para cada um deles, sempre partindo do número um, em cada estado. E por último, no adendo, foram descritas instruções quanto ao tipo de letra a ser usada no preenchimento das fichas catalográficas e demais instruções ortográficas.

Segundo Memorando nº 276 de 1977, do Departamento de Museologia, a execução do trabalho contou com uma equipe formada por 22 profissionais, dividido em quatro categorias:

- Museólogos: Aécio de Oliveira (Coordenador Geral e, na época, Diretor do Departamento de Museologia da Fundaj), Maria Regina Batista e Silva (Coordenadora Adjunta e, na época, Chefe da Divisão de Pesquisa Museológica da Fundaj), Fernando Ponce de Leon (na época, Chefe da Divisão de Iconografia da Fundaj), Antônio Oliveira Rios e Osvaldo Gouveia Ribeiro.
- Pesquisadora: Virgínia Barros e Silva Alves dos Santos.
- Assistentes de Pesquisa: Gilka Corrêa de Oliveira Andrade, Aleide Maria Oliveira de Luna e Maria Tereza Marques Pereira.
- Auxiliares: Maria José Sandes Silva, Olavo Gustavo Barza Adolfo, Aisa Rosalina Pinto Corrêa Lopes, Hamilton Gomes Monteiro, Carlos Augusto Bezerra Pinto, Antonio Roberto Corrêa, Fernando Luiz da Silva Lourenço, José Ricardo Cabral,

Lúcio Marcos de Luna, Miriam Evangelista da Silva, Carlos Alberto Alves da Silva, Ana Maria da Silva Pequeno e Marcelo Jorge Gonçalves de Santana.

Findado o ano de 1977, segundo relatório de atividades manuscrito, o projeto havia catalogado 11.699 objetos, assim distribuídos:

- Recife/Pernambuco: Museu do Açúcar - 2.257; Museu de Antropologia - 4.876; Museu de Arte Popular – 587; Museu de Arte Sacra da Conceição dos Militares - falta o registro de peças; Museu de Arte Sacra da Ordem 3ª de S. Francisco – 223; Museu de Ciências Naturais do Horto Dois Irmãos - 1.501; Museu de Ciências Naturais da UFRPE - falta o registro de peças e o acervo se dispersou; Museu do Estado de Pernambuco - falta ser incluído; Museu de História Natural do Colégio Estadual de Pernambuco - não existe registro das peças; Museu da Imagem e do Som da EMPETUR - em andamento; Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico - não há registro das peças; Museu Joaquim Nabuco – 290; Museu do Trem – 357; Museu da UFPE - o acervo não foi devidamente localizado.
- Natal/Rio Grande do Norte: Museu de Arte e História – 480; Museu do Forte dos Reis Magos – 73; Museu da Imagem e do Som – 83; Museu do Instituto Antropológico Câmara Cascudo - falta o registro das peças; Museu do Instituto de Biologia Marinha - falta o registro do acervo; Museu do Instituto Histórico e Geográfico - falta o registro do acervo; Museu Pâmpano Esporte Clube - 26.
- João Pessoa/Paraíba: Museu de Epitácio Pessoa – 83; Museu Escola e Sacro da Paraíba – 870; Museu Fotográfico - o museu encontra-se fechado sem possibilidade de acesso.
- Maceió/Alagoas: não consta do relatório (IJNPS. DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA, 1977).

Quando o relatório informa que "falta o registro de peças" significa que as mesmas, até aquela data, nunca haviam sido registradas pela instituição detentora do acervo. Portanto, os objetos não possuíam nenhum tipo de informação formatada, impedindo que o trabalho de catalogação pudesse ser feito de forma breve, como exigia o prazo do projeto.

No que diz respeito a "acervo disperso" e "não devidamente localizado", significa que os objetos não se encontravam reunidos no museu, e que, por essa razão, não foram catalogados.

Estas afirmativas se baseiam no fato de não existirem as fichas catalográficas dos museus que receberam estas observações no relatório, arquivadas no Muhne. Todos os outros museus que constam deste relatório têm suas fichas catalográficas arquivadas para consulta.

3.3 SIM - Sistema de Informações Museológicas

A experiência adquirida através do *Projeto de atividades no campo da museologia*, e, mais especificamente, pela ação de levantamento dos acervos, incluída nos objetivos do projeto, mostrou a viabilidade de um sistema unificado para o exercício da documentação museológica sobre tipologias de acervos diversas, uma vez que entre os 23 museus encontravam-se alguns de arte popular, de ciências naturais, de antropologia, de arte sacra, de imagem e do som, de história, além de coleções ecléticas. Esta amostragem diversificada resultou em uma rica experiência que culminou por indicar os melhores caminhos para uma reestruturação do projeto que veio denominar-se *Sistema de Informações Museológicas*, embasado em um programa de informática para arquivamento e acesso das informações, naquela época, recém implantado na Fundaj.

Segundo dados colhidos em relatórios do Arquivo do Muhne, a falta de uma bibliografia de apoio, a carência (ou quase inexistência) de material publicado relativo a experiências semelhantes, fez com que o Departamento de Museologia, responsável pelo projeto, adotasse "uma linha pioneira, mas empírica, em suas investigações".

Ao que tudo indica[35], o programa de informática foi desenvolvido depois da primeira etapa do trabalho de preenchimento da ficha catalográfica desenvolvida em 1977. Segundo relatório do então diretor do Museu Joaquim Nabuco, o museólogo Mário Chagas, datado de 1984, a partir de 1979 foi iniciado um período de avaliação das atividades executadas no Projeto, estando à frente desta nova etapa, além do citado diretor, o analista de sistema Pedro Queiroz, e posteriormente as museólogas Vânia Dolores e Marilene Rubim. Nesse instante, foi percebido que a ficha original deveria sofrer alterações: a maioria dos campos

[35] No arquivo do Muhne não encontramos nenhum relatório de saída impresso através do computador antes da fase de avaliação, iniciada em 1979. O primeiro relatório impresso encontrado no arquivo já vem com as alterações sugeridas pela avaliação.

anteriormente abertos foram codificados, muitos campos alfabéticos foram transformados em numéricos e alfanuméricos e novos campos foram criados (figura 3).

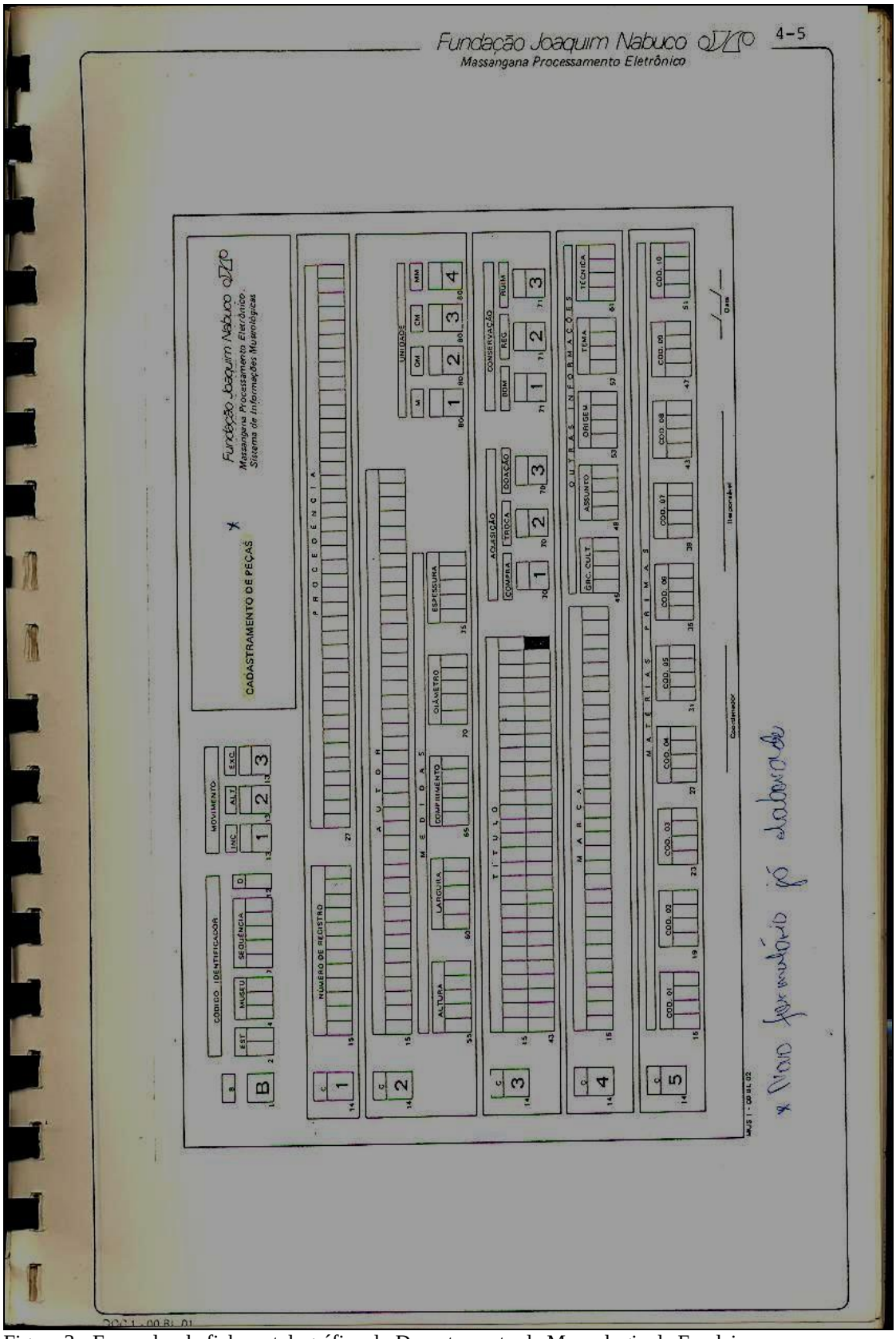


Figura 3 - Exemplar de ficha catalográfica do Departamento de Museologia da Fundaj.
Fonte: FUNDAJ. *Sistema de Informações Museológicas*: manual do usuário. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Departamento de Museologia, Massangana Processamento Eletrônico, 1981. p. 16.

Com o programa de informática pronto, iniciaram as fases de teste do recém criado SIM. Estes testes foram realizados com o acervo do extinto Museu Joaquim Nabuco – um museu biográfico, de pequeno porte que se encontrava sob orientação do Departamento de Museologia da Fundaj e que havia sido recentemente reorganizado, e seus objetos catalogados no Projeto de 1977.

A implantação do SIM no Museu Joaquim Nabuco, pelo Departamento de Museologia, tinha a intenção de buscar respostas sobre algumas questões que surgiam na esteira da introdução das novas tecnologias:

> Seria possível o registro e a classificação de um museu sem a utilização do Livro de Tombo, pelo menos em sua forma tradicional? O registro do acervo não poderia ser feito diretamente através do computador? O Livro de Tombo não poderia ser vantajosamente substituído? (CHAGAS, QUEIROZ, p. 7).

O acervo foi registrado e arquivado em meio digital e depois impresso como formulário de saída de dados e transformado em Livro de Tombo, o qual se encontra arquivado no Muhne (IJNPS. DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA, 1979).

O SIM era um *software* livre, aplicável ao cadastramento e controle do acervo de museus de diversas especialidades. De formato modular, tinha capacidade de absorver futuras implementações sem sofrer grandes modificações, o que garantia um longo tempo de vida para o Sistema, motivo pelo qual foi escolhido. O modelo da ficha de cadastramento (figura 3) tinha o mesmo conteúdo da ficha de 1977, com alterações na disposição dos campos.

O programa era composto por seis tabelas pré-codificadas: Assuntos, Matérias-primas, Técnicas, Temas, Origem e Grupo Cultural. Como podemos observar, enquanto no modelo de 1977 somente os campos Assuntos e Temas possuíam tabelas, esta nova versão incluiu novas tabelas para codificação de outros campos. Alguns dos objetos a serem cadastrados poderiam não se enquadrar na codificação pré-estabelecida, implicando na construção de novas tabelas ou simplesmente na alteração de uma já existente.

Os campos de informação do SIM eram divididos em três grupos:

> 1) Dados de controle do sistema - códigos do Estado e do museu e número de registro do objeto;
> 2) Dados qualitativos - informações sobre a caracterização do objeto, necessitando de conhecimento e pesquisa sobre o acervo;
> 3) Dados quantitativos - medidas, peso e avaliação (FUNDAJ, 1981, p. 13).

Feito o cadastramento do objeto, o SIM permitia a emissão de cinco tipos de relatórios:

> 1) Emissão de números de sequência , acompanhados de um dígito verificador, para maior segurança, com a finalidade de simplificar a codificação da peça durante o cadastramento;

> 2) Listagem de museus por ordem de codificação ou em ordem alfabética, selecionadas pelos estados da Federação. Esse relatório tinha a finalidade de fornecer uma panorâmica dos museus pertencentes ao Sistema;
> 3) Listagem das tabelas de ordem numérica ou alfabética, que permitia a consulta às diversas tabelas do Sistema;
> 4) Listagem do acervo cadastrado, que possibilitava a seleção dos objetos segundo as suas características;
> 5) Ficha cadastral, que permitia a impressão individual da ficha (FUNDAJ, 1981, p. 16).

Inovador para a época, o SIM colocava à disposição do usuário do programa os recursos da informática na consulta do acervo, projetando na tela do computador os dados de cada objeto, além da emissão de relatórios.

O arquivo do Muhne conserva as fichas catalográficas dos museus participantes do Projeto desenvolvido em 1977, contudo não encontramos documentos que comprovem que estas fichas foram inseridas no SIM. Nas fontes pesquisadas[36] encontramos apenas informações que comprovam o processamento das informações do Museu Joaquim Nabuco, e depois a retomada dos trabalhos, em 1984, a partir do cadastramento do acervo do Muhne, depois da unificação dos registros dos acervos dos três museus que o formaram.

Encontramos no arquivo do Muhne um folder do SIM, infelizmente sem data, mas presumivelmente impresso em 1984, ano em que os trabalhos foram reiniciados, cujo conteúdo está voltado para a disponibilização do programa para outras instituições, conforme exposto a seguir:

> Objetivando a atualização das formas de documentação museológica, para que o museu possa atender dinâmica e satisfatoriamente às necessidades do público em geral e do pesquisador particularmente interessado, a Fundação Joaquim Nabuco através dos Departamentos de Museologia e Massangana Informática, adotou a moderna tecnologia da computação eletrônica, criando o Sistema de Informações Museológicas (SIM) com grande fidelidade de arquivamento em meio magnético e capaz de promover enorme rapidez de acesso às informações.
> O SIM depois de ter sido testado e desenvolvido ao longo de 6 anos encontra-se disponível e em condições de atender aos museus das mais diferentes especialidades quer artísticos, históricos, científicos ou ecléticos (MUHNE, 198?, folder).

O conteúdo deste material deixa claro que o SIM manteve a intenção proposta no Projeto de 1977, de se constituir como uma ação no âmbito da Política Nacional de Cultura, oferecendo um modelo de banco de dados que permitiria o intercâmbio entre os museus do país. Entretanto, não há nenhuma evidência de que o SIM tenha sido implantado ou sequer ter havido negociação sobre algum tipo de parceria com outros museus para a sua implantação. Seu uso se deu somente nas unidades museológicas da Fundaj, mais especificamente no

[36] No arquivo do Muhne podem ser consultados: o *Projeto de atividades no campo da museologia*, o *Manual de Levantamento de Acervo Museológico,* as fichas catalográficas preenchidas em 1977, o relatório de saída dos dados dos objetos do Museu Joaquim Nabuco (pensado para substituir o de Livro de Tombo), manual do SIM, as fichas catalográficas improvisadas dos objetos com numeração a partir dos anos de 1980, os relatórios de saída para conferência das informações do acervo do Muhne.

Museu Joaquim Nabuco e, posteriormente no Muhne, tornando-se a base do sistema de documentação utilizado até hoje.

3.4 Aspectos da documentação museológica do Muhne

Como pudemos observar, a documentação museológica do Muhne está diretamente ligada ao SIM e ao Projeto desenvolvido em 1977. Fazendo uma breve recapitulação da formação da documentação museológica do Muhne, segundo relatório de atividades realizado pela museóloga Marilene Rubim (MUHNE, 1987), o SIM foi paralisado em 1982 por problemas técnicos e reapareceu em sua segunda versão, no ano de 1984, concomitante à unificação dos registros dos objetos dos três museus que formaram o Muhne. A museóloga salienta que na versão anterior e na de 1984 uma série de problemas dificultaram a eficiente agilização do sistema, tais como:

1) Mudanças de direção no Muhne e no Departamento de Informática e consequentemente na metodologia de trabalho;
2) Falta de um computador, na divisão de Museologia;
3) Reduzido número de técnicos;
4) Falta de digitador com exclusividade para o acervo do Muhne;
5) Defeitos no computador utilizado para o serviço de digitação;
6) Excesso de projetos e acúmulo de responsabilidades levando as reduzidas equipes do Muhne e do Departamento de Informática a participarem ao mesmo tempo de vários projetos, além das atividades de rotina, priorizando umas em detrimento de outras.

Por conta destes problemas, ela conclui que as dificuldades apontadas acabaram por gerar problemas de falta de uniformidade no preenchimento das fichas cadastrais e morosidade na digitação.

Ainda segundo o relatório, naquele ano de 1987, as fichas cadastrais encontravam-se organizadas em pastas, numeradas por ano de registro do acervo, preenchidas e digitadas até 1986. De 1951 a 1960, as fichas foram preenchidas com todos os itens pesquisados e se encontravam completas. E que de 1961 a 1986, as fichas preenchidas não receberam pesquisa posterior, contando apenas com as informações básicas.

Passados dois anos, outro relatório realizado pela mesma museóloga, neste documento assinando como Coordenadora do SIM, informava que haviam sido preenchidas todas as

fichas cadastrais do acervo registrado nos anos de 1988 e 1989, aguardando apenas serem digitadas, totalizando 3.000 fichas. Comunicava também que o terminal de computador instalado na Divisão de Museologia apresentava defeitos constantemente e que todos os técnicos que analisaram a máquina recomendaram sua troca. Fato que retardava sobremaneira o andamento das atividades (MUHNE, 1989).

Até o ano de 1990, encontramos no arquivo do Muhne os relatórios de atividades do museu com referências aos trabalhos de documentação do acervo, sempre citando o SIM. A partir de 1991, não encontramos mais referências sobre o sistema de documentação e as alterações ocorridas. Localizamos somente as fichas preenchidas manualmente dos objetos que entraram até o ano 2000[37].

Como o Muhne conta hoje com uma base de dados desenvolvida sobre o *software* MicroIsis, que também é utilizado pela Biblioteca Central Blanche Knopf, pertencente à Fundaj, decidimos que o melhor caminho para a nossa pesquisa, na tentativa de se buscar informações sobre as mudanças ocorridas no sistema operacional do banco de dados do Muhne, seria estabelecer contato com os servidores da Biblioteca, haja visto que, através de conversas informais, já era de nosso conhecimento que a Biblioteca possuía um histórico relativo às mudanças ocorridas nos sistema operacional do seu banco de dados.

O contato foi estabelecido em setembro de 2013 com a servidora recém aposentada bibliotecária Lúcia Gaspar, que foi coordenadora da Biblioteca Central Blanche Knopf durante muitos anos, e que sempre esteve à frente do gerenciamento do banco de dados da Biblioteca, mesmo quando não ocupava cargo de chefia. Até sua aposentadoria, concedida em novembro de 2013, Lúcia Gaspar participou ativamente dos debates sobre o futuro da gestão da informação na Fundaj.

Segundo documento fornecido pela bibliotecária (GASPAR, 2003), de 1988 até 1991 as bases da biblioteca ficavam armazenadas em um *mainframe*[38] (Unisys-A-9-BR), utilizando-se o *software* Texttrieve II da Unisys e podiam ser acessadas através da Rede Nacional de Pacotes – RENPAC, da Embratel. Com o advento do PC (computadores pessoais), as bases foram disponibilizadas em microcomputadores, adotando-se então o *software* CDS/ISIS (*Computarized Documentation System – Integrated Set for Information*

[37] Estas fichas tem o cabeçalho dos campos datilografados e foram preenchidas manualmente. Elas seguem a ordem da ficha apresentada na figura 3, o que nos faz acreditar que esta ficha da figura 3 só existiu em manuais e no modelo virtual.

[38] *Mainframe* é um computador de grande porte, dedicado normalmente ao processamento de um volume grande de informações. eles são capazes de oferecer serviços de processamento a milhares de usuários através de milhares de terminais conectados diretamente ou através de uma rede. Os *mainframes* têm a capacidade de executar diferentes sistemas operacionais.

Systems), mais conhecido como MicroIsis, desenvolvido pela Organização da Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO), em meados de 1970.

Em 1992, as bases foram convertidas para a versão DOS (antigo sistema operacional da IBM – empresa dos Estados Unidos voltada para a área da informática) do MicroIsis e, em 1997, a Fundaj passou a utilizar o WinIsis, uma versão do CDS/ISIS com interface gráfica para o sistema operacional WINDOWS, que é o sistema operacional mais utilizado em computadores pessoais no mundo, que revolucionou a relação do usuário comum com os computadores, tornando-os acessíveis e mais fáceis de serem utilizados. É importante frisar que na mudança da versão DOS para a versão WinIsis, a Unesco preservou os recursos instalados na versão DOS, não tendo sido necessário procedimentos de conversão, uma vez que os arquivos de parâmetros e os dados obedeciam ao mesmo formato.

O CDS/ISIS mais conhecido como MicroIsis foi desenvolvido pela Unesco, que autorizou o seu uso sob licença, sem custo e com o compromisso de não ser utilizado comercialmente. Suas versões são distribuídas gratuitamente a todos os países. No Brasil, o distribuidor oficial é o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

O MicroIsis é um sistema de processamento de informações criado especialmente para o gerenciamento de bases de dados bibliográficas, possuindo mais de 3.000 usuários no Brasil e tem como principais características:

> - gerencia um número ilimitado de bases de dados, com informações de até 500 milhões de caracteres, estruturados em registros;
> - pode conter um máximo de 16 milhões de registros de até 8.000 caracteres, em 200 campos diferentes;
> - permite campos de tamanhos variáveis, não sendo necessário predefinir seu tamanho (varia de registro para registro);
> - permite campos repetitivos (um determinado campo pode repetir-se muitas vezes em um mesmo registro);
> - possui potentes recursos de recuperação (busca) de registros selecionados de acordo com seu conteúdo, em determinados campos, através do uso de operadores *booleanos* e outras expressões condicionadas. A busca pode ser feita pelo seu conteúdo completo de um campo, palavras isoladas ou sequência de caracteres;
> - permite várias possibilidades de desenho de formulários para entrada de dados e de formatos de saída impressa, ambos adaptados à informação tipo textual;
> - possui saídas em formao ISO 2709 (norma internacional para o intercâmbio de informação documental);
> - possui operação multilíngue (inglês, francês, espanhol, podendo-se mudar a qualquer momento o idioma durante o uso);
> - tem possibilidade de desenvolver programas para uso específico, utilizando os arquivos e funções de MicroIsis mediante uma linguagem de programação subconjunto PASCAL, denominado ISIS-PASCAL (GASPAR, 2003, p. 4).

Esta versão do WinIsis utilizada pela Biblioteca Central Blanche Knopf e pelo Muhne possibilita ainda a utilização de todos os tipos de letras, tamanhos e cores oferecidos pelo Windows, melhorando dessa maneira a apresentação dos documentos.

Outro fator de extrema importância para o uso desse sistema é que ele tem a possibilidade de incluir código HTML, que é o formato que permite desenvolver uma interface de busca na *Internet,* já utilizado pela Biblioteca Central Blanche Knopf há vários anos. As bases de dados da biblioteca estão disponíveis para consulta na página da Fundaj na *Internet.*

Analisando as informações colhidas junto à Biblioteca Central Blanche Knopf, e buscando estabelecer uma relação com as alterações que o sistema de documentação do Muhne sofreu, podemos inferir que o SIM ficava armazenado no *mainframe* até 1991, e que, em 1992, os dados do SIM foram convertidos para a versão DOS do MicroIsis até que, em 1997, passaram para o WinIsis, seguindo as mudanças promovidas pelo setor de informática da Fundaj.

Hoje, o acervo catalogado do Muhne encontra-se na base de dados WinsIsis e pode ser consultado nos computadores da Divisão de Museologia (figura 4). Ao contrário da Biblioteca, que disponibiliza suas bases de dados na *Internet*, a base de dados do Muhne somente pode ser consultada internamente. Possíveis problemas quanto a consistência das informações levaram os servidores do Muhne a nunca autorizarem sua disponibilização na *Internet*.

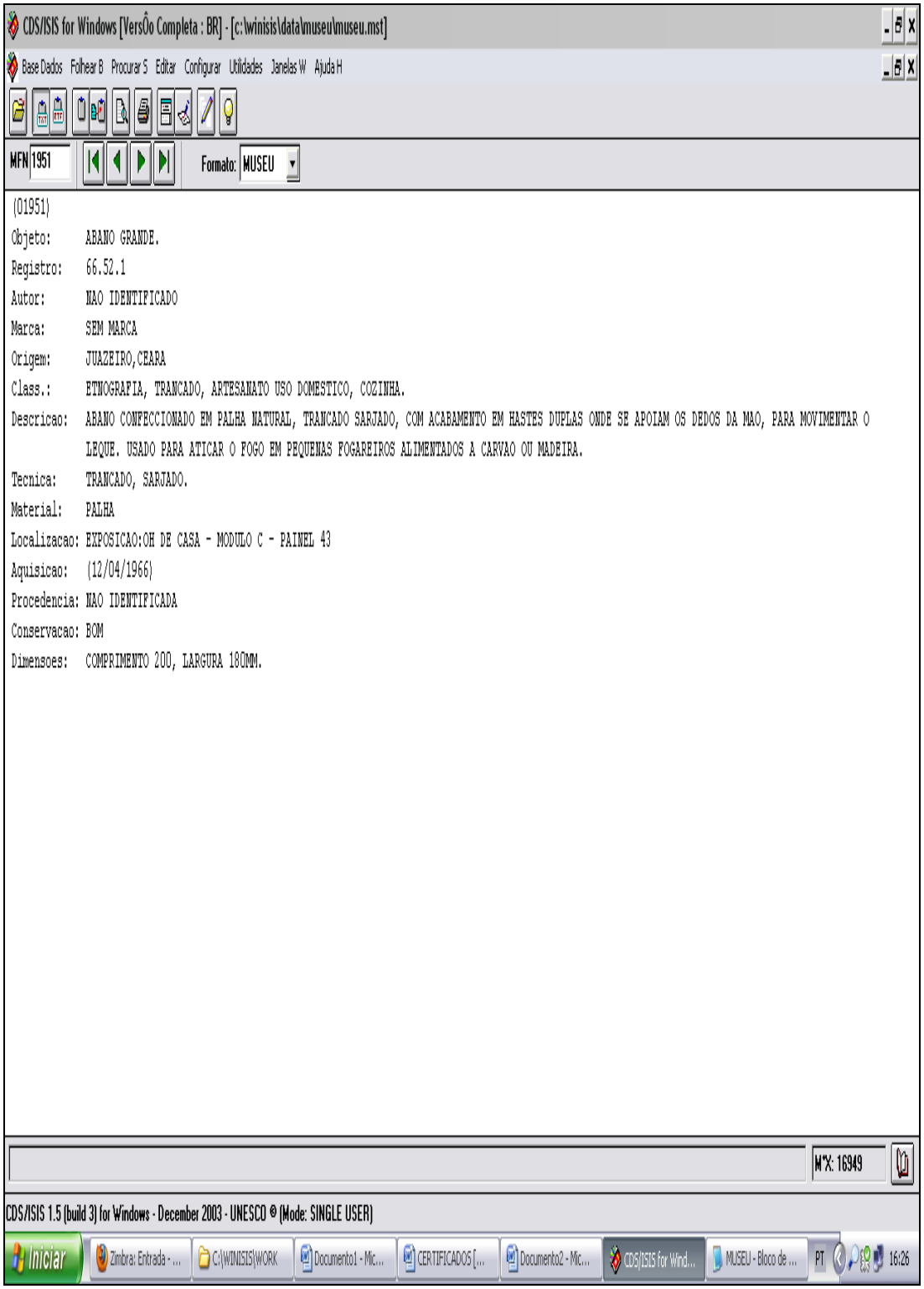


Figura 4 - Imagem da tela do computador apresentando a ficha catalográfica do Muhne.
Fonte: MUHNE. *CDS/ISIS for Windows*. Recife: Museu do Homem do Nordeste, 2013.

A janela que o programa CDS/ISIS ou WinIsis disponibiliza ao usuário conta com os seguintes campos que, comparados com a ficha catalográfica produzida em 1977, se configuram da seguinte forma:

1) Objeto - este campo substitui o antigo campo título;

2) Registro - permanece como o número do objeto;

3) Autor - permanece como nome do autor do objeto;

4) Marca - permanece como marca de produto manufaturado ou industrializado;

5) Origem - permanece como o local onde o objeto foi produzido;

6) Classificação - este campo pode estar relacionado com o antigo campo assunto, porém ele não obedece a nenhuma norma explícita de alimentação o que impossibilita a sua utilização para o fim de indexação;

7) Descrição - este campo não existia na antiga ficha e tem a função de registrar as características e detalhes do objeto;

8) Técnica - permanece como nomes das técnicas utilizada no objeto, podendo haver mais de uma;

9) Material - substitui o campo matéria-prima com a mesma função de identificar os materiais utilizados na confecção do objeto, podendo haver mais de um;

10) Localização - este campo não existia na antiga ficha e tem a função de registrar o local onde se encontra o objeto;

11) Aquisição - permanece sendo o modo como o objeto deu entrada no museu;

12) Procedência - permanece sendo o nome do último proprietário do objeto;

13) Conservação - permanece informando o estado de conservação do objeto;

14) Dimensões - permanece como o conjunto das medidas do objeto.

A supressão dos campos número de ordem, sigla do estado e código de museu, não faz diferença neste caso, uma vez que o banco de dados pertence exclusivamente ao Muhne. Porém a eliminação dos campos tema e grupo cultural, em nosso entendimento, por ser um museu de antropologia, causam prejuízos na realização de pesquisas sobre o acervo. E este problema se agrava quando observamos que o campo classificação, que de alguma forma, poderia suprir esta lacuna, não obedece a nenhuma norma explícita de alimentação o que impossibilita a sua utilização para o fim de indexação.

O acervo do Muhne, até o ano 2000, foi catalogado e colocado na base de dados CDS/ISIS para *Windows*, totalizando um total de aproximadamente 14.000 objetos, o que representa 97% do acervo. Do ano de 2001 até o ano de 2013, todos os objetos que deram entrada no Museu não possuem número de registro e, consequentemente, não estão na base de dados, representando 3% do acervo (figura 5).

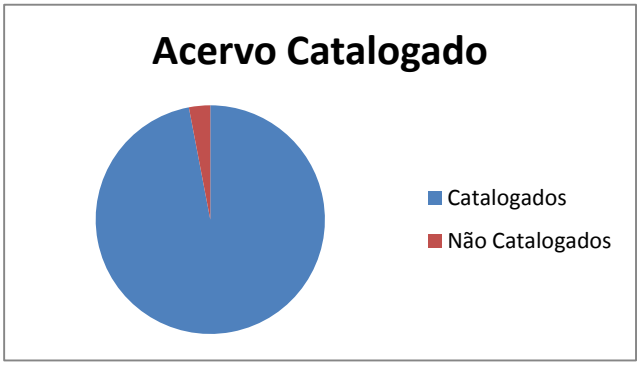


Figura 5 - Gráfico do acervo catalogado.
Fonte: MUNHE. *Relatório do Projeto de inventário do acervo museológico do Museu do Homem do Nordeste*. Recife: Museu do Homem do Nordeste, Divisão de Museologia, 2013.

A documentação museológica do Muhne não acompanhou o aumento do acervo adquirido através de compras e doações, dificultando sua quantificação exata. Esta situação gerou problemas de gestão que vão desde a dificuldade em especificar a necessidade real de espaço para a guarda do acervo, até a impossibilidade de gerenciar as informações do acervo para pesquisa interna e externa, aquisição de novos acervos e os produtos que podem se elaborar através do seu conhecimento: projetos educacionais, museológicos, de difusão cultural, etc.

Para sanar estes problemas, a Divisão de Museologia vem executando desde 2011 o *Projeto de Inventário do acervo museológico do Museu do Homem do Nordeste.* O Projeto consiste na realização de um inventário sumário do acervo a partir da conferência e registro fotográfico de cada objeto. Este trabalho permite a elaboração de um guia de localização do acervo, um banco de imagens dos objetos e, consequentemente, um maior controle e gerência sobre esse acervo. As imagens capturadas são realizadas pelos próprios técnicos da Divisão de Museologia e têm a função, unicamente, de registro do objeto.

A consulta diária ao banco de dados tem nos mostrado que existem vários ajustes a serem realizados. O campo classificação, por exemplo, parece que recebeu a migração dos dados que faziam parte do antigo campo grupo cultural. As dimensões precisam ser todas revistas e transformadas para centímetros, seguindo o padrão internacional. A localização das obras também se encontra totalmente defasada. Portanto, são necessários ajustes relevantes para que este sistema possa continuar sendo usado de forma confiável, fornecendo respostas precisas para controle e gestão do acervo.

O inventário sumário, ainda em andamento, até julho de 2013, levantou 45% do acervo (figura 6). Toda a conferência é registrada numa base de dados Excel (programa

disponível no programa *Office/Windows*), organizada no formato de planilha, e servirá de base para a atualização de possíveis erros que existam na base de dados CDS/ISIS.

Figura 6 - Gráfico do inventário sumário.
Fonte: MUHNE. *Relatório do Projeto de inventário do acervo museológico do Museu do Homem do Nordeste*. Recife: Museu do Homem do Nordeste, Divisão de Museologia, 2013.

O objetivo deste trabalho de inventário que vem sendo realizado pela Divisão de Museologia do Muhne, é fazer um cruzamento dos dados obtidos com os dados da base MicroIsis, na intenção de avaliar possíveis erros na base, tais como: objetos com duplicidade de registros, objetos que possuem números de registros mas não se encontram na base, objetos que estão na base mas não foram localizados no inventário.

Finalizada esta etapa, a Divisão de Museologia, num primeiro momento, poderá dimensionar a quantidade de objetos que o Muhne possui sob sua guarda e, num segundo momento iniciar o processo de correção e atualização da base de dados, incluindo até mesmo a possibilidade de mudanças no sistema operacional, na intenção de disponibilizá-lo para consulta na *Internet*.

4 CONCLUSÃO

A gestão do patrimônio cultural no Brasil tem como característica momentos em que notamos uma grande intervenção do Estado e momentos de afastamento, onde quase não percebemos sua presença direta como agente responsável pela promoção de políticas públicas.

Intrinsecamente associados ao universo do patrimônio cultural, os museus sempre se ressentiram pela falta de ações que, de certa forma, pudessem promover o seu desenvolvimento, e, consequentemente, auxiliar no progresso da museologia como campo científico.

Hoje, o setor museológico conta com uma nova configuração, onde o Ibram, junto com o Estatuto dos Museus, determina princípios orientadores ao avanço técnico-científico do campo museológico, sendo uma esperança para o futuro desenvolvimento de políticas públicas de cultura, em particular à gestão de museus.

Atividade básica na gestão de museus, a documentação museológica é um campo que envolve grandes discussões em torno das metodologias sobre seu exercício, visto a dificuldade de se estabelecer instrumentos de catalogação capazes de abarcar a diversidade tipológica dos acervos conservados nos museus.

Apesar de todas as dificuldades que envolvem o exercício da documentação museológica, somado aos problemas relativos a gestão do patrimônio cultural no Brasil, existiram algumas ações desenvolvidas no âmbito do Estado voltadas ao tratamento da informação de objetos museológicos: Projeto *Atividades no campo da museologia* (1977); *Sistema de Informações Museológicas* (1979); *Thesaurus para acervos museológicos* (1987); *Conversão do SIM para a versão DOS do MicroIsis* (1992); *Simba - Sistema de informação do acervo do Museu Nacional de Artes* (1992); *Conversão do sistema de documentação do Muhne do MicroIsis para WinIsis* (1997); *Caderno de Diretrizes Museológicas* (2006).

Mesmo sendo poucas ações, não podemos desperdiçá-las. Nesse sentido, destacamos o pioneirismo da Fundaj, quando, em 1977, executou um projeto piloto com o objetivo de desenvolver um sistema de documentação museológica que pudesse ser utilizado por todos os museus brasileiros. Situado dentro das prioridades estabelecidas pela Política Nacional de Cultura estabelecida pelo MEC, o projeto correspondia às necessidades de dotação mínima para o funcionamento de um museu – capacitação de pessoal e registro de acervo.

O Projeto *Atividades no campo da museologia* (1977) não atingiu seu objetivo principal, mas tornou-se a base do sistema de documentação do acervo do Muhne. Sua

execução mostrou a viabilidade de se desenvolver um sistema unificado para o exercício da documentação museológica sobre variadas tipologias de acervos.

Pioneiro e inovador para a época, o Sistema de Informações Museológicas da Fundação Joaquim Nabuco era um modelo de banco de dados informatizado para consulta do acervo que permitia o cruzamento de informações e a emissão de relatórios. Objetivando a atualização das formas de documentação museológica, para que os museus da instituição pudessem atender de forma rápida e precisa às necessidades do público em geral e do pesquisador em particular, a Fundaj, através do Departamento de Museologia e Massangana Informática, criou um sistema informatizado capaz de promover com muita agilidade o acesso às informações sobre seus acervos.

Transformado na base de dados do acervo do Muhne, uma série de problemas dificultaram uma eficiente gestão do sistema. A falta de uniformidade no preenchimento das fichas cadastrais, a morosidade na digitação e a descontínua e acrítica alimentação da base de dados, geraram desconfiança por parte dos servidores da instituição quanto à sua consistência e eficiência, chegando ao ponto de ser praticamente abandonada. Prova disso são os registros do acervo datarem somente até o ano de 2000.

A base de dados do Muhne, seguindo as transformações implantadas em outras bases de dados da Fundaj, utiliza, desde 1997, uma versão do *software* CDS/ISIS, desenvolvido pela UNESCO. A partir de 2001 nenhum registro novo foi inserido na base de dados e, no ano de 2010, o Muhne já não possuia nenhum terminal de computador com a base de dados instalada e disponível para consulta.

Há dois anos, a partir do *Projeto de inventário sumário do acervo museológico do Museu do Homem do Nordeste* (2011), a base de dados foi reativada para que se pudesse fazer a confrontação dos dados. Nesse instante, percebeu-se que a propalada inconsistência da base de dados não tinha fundamento capaz de promover sua desativação.

Prova disso é o sistema de documentação da Biblioteca Central Blanche Knopf, que usa o mesmo programa, estar em atividade até hoje, permitindo, inclusive, consultas via *Internet*, e alguns registros que incluem imagem.

Além disso pudemos constatar que o sistema desenvolvido pelo Muhne, a partir da década de 1970, sempre se baseou nas recomendações do Cidoc/Icom. E ao compararmos com a ficha catalográfica *Oddon 1*, apresentada por Fernanda de Camargo-Moro na obra que se tornou basilar para a documentação museológica no Brasil, a ficha catalográfica criada em 1977 pelo Departamento de Museologia da Fundaj segue a mesma metodologia de análise dos atributos básicos do objeto.

E para ir além, se comparada à ficha catalográfica do Simba e do *Caderno de diretrizes museológicas*, ela difere somente no número reduzido de campos, possuindo em sua origem a mesma metodologia. Como analisado no segundo capítulo, estas duas fichas catalográficas já incluem no seu formato original o que seriam informações complementares. Ideia que poderia ser aplicada numa possível modernização do atual sistema de documentação do Muhne.

Longe de se pensar em desenvolver um modelo ideal, esta comparação serve para estabelecermos um modelo que venha atender às demandas de gerenciamento da informação museológica no Muhne, sem ter a pretensão de trazer respostas definitivas sobre qual o melhor modelo a ser adotado.

É certo que hoje, com a Lei de Acesso à Informação, que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas dos órgãos que integram os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Munícipios, mais do que nunca, os museus de natureza administrativa pública deverão ter os dados relativos a seus acervos organizados e disponíveis. Portanto, não podemos abrir mão de um trabalho realizado dentro das normas técnicas da museologia, por museólogos, numa instituição pública federal de tradição como a Fundaj.

A Divisão de Museologia do Muhne, responsável oficialmente pelo acervo museológico da instituição sabe que, no primeiro momento, este inventário sumário não irá suprir a demanda de pesquisa, por exemplo, mas dará meios de projetar uma política séria e real para a documentação do Muhne, que possibilitará futuramente o aprofundamento individualizado de cada objeto, identificando suas características intrínsecas e extrínsecas que possibilitem a difusão das informações.

Com base nos estudos levantados é necessário que se conclua a confrontação dos dados que estão sendo obtidos através do inventário sumário para a atualização das informações.

Isto feito, uma segunda etapa primordial para o avanço do trabalho será uma reformulação dos campos, sendo essencial a adoção de um sistema de indexação como o desenvolvido pelo *Thesaurus para acervos museológicos.* Além da inclusão da imagem de cada objeto no sistema.

Temos o exemplo da Biblioteca Central Blanche Knopf, e a ela teremos que recorrer para nos auxiliar. Da mesma forma, o núcleo de informática da Fundaj é primordial para a consecução da atualização da base de dados, e que, como pudemos conferir ao longo do trabalho, sempre esteve presente, desde os primeiros passos do projeto de 1977. Natural em

todo trabalho de ação museológica, a multidisciplinaridade faz parte também do trabalho de documentação em museus.

Os desafios para a solução dos problemas da documentação museológica no Brasil são imensos e, assim como nossos colegas que estavam à frente do SIM, enxergamos na experiência adquirida pela Fundaj uma alternativa que poderá ampliar o leque de possibilidades para a sua solução, auxiliando no progresso do campo museológico.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando Luiz. Três agendas, seus resultados e um desafio: balanço recente da administração pública federal brasileira. *Desigualdade & Diversidade*: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro: PUC, pp. 119-142, 2011, Dossiê Especial. Disponível em: <http://desigualdadediversidade.soc.pucrio.br/media/12%20DeDespecialArt%2008Abr%C3%BAcio.pdf>. Acesso em: 21/11/2013.

BARBUY, Heloísa. Documentação museológica e pesquisa em museus. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Org.). *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2008. Disponível em:<http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf>. Acesso em: 28/8/2013.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *O sistema brasileiro de museus.* Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Política nacional de museus*. Brasília: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, 2003.

BRASIL. Leis, decretos, etc. *Decreto n. 25, 30 nov. 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 10/9/2013.

_____. *Decreto n. 3.551, 4 ago*. 2000. Institui o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 12/11/2013.

_____. *Decreto n. 5.264, 5 nov. 2004*. Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5264.htm>. Acesso em: 12/11/2013.

_____. *Lei n. 6.456, 26 out. 1977*. Transfere o Museu do Açúcar do Instituto do Açúcar e do Álcool para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1977-10-26;6456>. Acesso em: 15/1/2014.

_____. *Lei n. 7.505, 2 jul. 1986*. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7505.htm>. Acesso em: 12/11/2013.

_____. *Decreto n. 8.124, 17 out. 2013*. Regulamenta dispositivos da Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto dos Museus, e da Lei 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - Ibram. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/10/2013&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=200>. Acesso em: 20/11/2013.

_____. *Lei n. 8.313, 23 dez. 1991*. Restabelece princípios da Lei 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm>. Acesso em: 12/11/2013.

_____. *Lei n. 9.605, 12 fev. 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras provideências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em: 12/11/2013.

_____. *Lei n. 11.904, 14 jan. 2009*. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 13/11/2013.

_____. *Lei n. 11.906, 20 jan. 2009*. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos de Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm>. Acesso em: 13/11/2013.

_____. *Lei n. 12.343, 2 dez. 2010*. Institui o Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc->. Acesso em: 9/11/2013.

_____. *Lei n. 12.527, 18 nov. 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5, no inciso II do § 2 do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lein. 8.159, de 8 de novembro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 13/11/2013.

_____. *Portaria n. 1, 5 jul. 2006*. Dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/Portaria-01_2006.pdf>. Acesso em: 13/11/2013.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais: Situação Nacional e Contrapontos Latino Americanos. In: MARLU, Kátia de; FONSECA, Ana Carla (Org.). *Economia da Cultura:* idéias e vivências. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

CAMARGO-MORO, Fernanda. *Museu:* Aquisição-Documentação. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. *Gestão de museus, um desafio contemporâneo:* diagnóstico museológico e planejamento. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. In: IPHAN. *Caderno de diretrizes museológicas*. 2.ed. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, 2006. p. 33-79.

CERAVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima. Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, VIII, Salvador, 2007. *Anais...* Salvador: o ENANCIB, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--012.pdf>. Acesso em: 21/09/2011.

CHAGAS, Mário de Souza. *Museália.* Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

_____. *Há uma gota de sangue em cada museu:* a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.

_____; QUEIROZ, Pedro de Medeiros. *Sistema de Informações Museológicas.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Departamento de Museologia, Massangana Informática, 198?.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio.* Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, IPHAN, n. 34, p. 147-165, 2012, Dossiê História e Patrimônio. Disponível em: <http://www.IPHAN.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239>. Acesso em: 13/9/2013.

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado: 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas, *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 829-874, set/out 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n5/a03v42n5>. Acesso em: 8/6/2012.

CPM CONSULTORIA ESPECIAL EM PROJETOS MUSEOLÓGICOS. *Museu do Homem do Nordeste:* projeto de revitalização. Recife: CPM Consultoria Especial em Projetos Museológicos, 2007.

DECLARAÇÃO de Quebec. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *O ICOM / Brasil e o pensamento museológico brasileiro:* documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Org.). *Conceptos claves de museología.* Paris: Armand Colin, 2010.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: FÓRUM DE MUSEUS DO NORDESTE, IV, Recife, 1991. *Anais...* Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Museu do Homem do Nordeste, 1991. Disponível em: <http://www.nucleodepesquisadosex-votos.org/uploads/4/4/8/9/4489229/ferrez_h_d._documentao_museolgica._teoria_para_uma_boa_prtica.pdf>. Acesso em: 23/11/2013.

_____; PEIXOTO, Maria Elizabete Santos. *Manual de catalogação de pinturas, esculturas, desenhos e gravuras.* Rio de Janeiro, 1995.

_____; BIANCHINI, Maria Helena. *Thesaurus para acervos museológicos.* Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, Museu Histórico Nacional, 1987.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo:* trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2005.

FREYRE, Gilberto. Sugestões em torno do Museu de Antropologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. *Imprensa Universitária*: Universidade do Recife, Recife, 1960.

_____. *Cultura e Museus:* Conferência proferida no Museu de Arte Sacra de Pernambuco. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1985.

_____. *Que é museu do homem? Um exemplo:* O Museu do Homem do Nordeste. In: O MUSEU do Homem do Nordeste. São Paulo, Banco Safra, 2000. p. 12-21.

FUNDAJ. *Sistema de Informações Museológicas*: manual do usuário. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Departamento de Museologia, Massangana Processamento Eletrônico, 1981.

_____. *Plano de ação da Fundação Joaquim Nabuco para o Plano Nacional de Educação – PNE 2011/2020 (Projeto de Lei 8035/2010).* Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

_____. DIVISÃO DE MUSEOLOGIA. *Plano Museológico da Coordenação Geral de Museus* – etapa 1, diagnóstico. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Divisão de Museologia, 2013.

FUNDARPE. *Patrimônios de Pernambuco*: materiais e imateriais. Recife, Fundarpe, 2009.

GASPAR, Lúcia. Bases de dados bibliográficas na Biblioteca Central Blanche Knopf, da Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Biblioteca Central Blanche Knopf, 2003.

GRANATO, Marcus et al. Thesaurus de acervos científicos em língua portuguesa: concepção e resultados preliminares. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XI, Rio de Janeiro, 2010. *Anais...* Rio de Janeiro: Ibict ; UFRJ, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/handle/123456789/288>. Acesso em: 9/2/2013.

IBRAM. *Museus em números*. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

ICOM. CIDOC. *CIDOC Fact Sheet No. 1*: Registration step by step. 1993. Disponível em: <http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/cidoc/DocStandards/CIDOC_Fact_Sheet_No_1.pdf>. Acesso em: 9/1/2014.

IJNPS. *Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira*. Recife, MEC/DAC/IJNPS, 1976.

_____. DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA. *Atividades no campo da museologia*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Departamento de Museologia, 1977.

_____. *Manual de levantamento de acervo museológico.* Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Departamento de Museologia, Centro de Processamento de dados, 1977.

_____. *Memorando n. 276*. Recife, 1977.

_____. *Relatório do projeto Atividades no campo da museologia* (manuscrito). Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Departamento de Museologia, 1977.

_____. *Relatório para crítica visual do sistema de informações museológicas*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Departamento de Museologia, Centro de Processamento de Dados, 1979.

IPHAN. *Caderno de diretrizes museológicas*. 2.ed. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, 2006.

_____. *Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio.* Rio de Janeiro, IPHAN, 2006.

_____. DEPARTAMENTO DE MUSEUS E CENTROS CULTURAIS. *Política nacional de museus:* relatório de gestão 2003 – 2004. Brasília: MinC/IPHAN/Demu, 2005.

_____. Política nacional de museus: relatório de gestão 2003 – 2006. Brasília: MinC/IPHAN/Demu, 2006.

JUCÁ, Joselice. *Fundação Joaquim Nabuco:* uma instituição de pesquisa e cultura na perspectiva do tempo. Recife: Massangana, 1991.

LIMA, Diana Farjalla Correia M. Museologia, informação, comunicação e terminologia: pesquisa, termos e conceitos da museologia. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Org.). *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 181-199. Disponível em:<http://www.mast.br/livros/mast_ colloquia_10.pdf>. Acesso em: 28/8/2013.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Esboço acerca da documentação museológica. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Org.). *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 24-30. Disponível em:<http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf>. Acesso em: 28/8/2013.

LYNN JR., Laurence. Gestão Pública. In: PETERS, Guy; PIERRE, Jon (Org.). *Administração Pública:* Coletânea. Brasília: UNESP / ENAP, 2010. p. 33-52.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias...* Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). 2004. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2004_mest_ufrj_aline_montenegro_magalhaes.pdf>. Acesso em: 19/11/2013.

_____. *Entre o museu e a cidade:* Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITEURA E URBANISMO, I, Rio de Janeiro, 2010. *Anais...* Rio de Janeiro: UFF; UFRJ, 2010. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/congressos/index.php/ENANPARQ /1ENANPARQ/paper/downloadSuppFile/59/426>. Acesso em: 19/11/2013.

MASON, Timothy. *Gestão Museológica:* desafios e práticas. São Paulo: Editora da USP; British Council; Fundação Vitae, 2004.

MATOS, Alexandre. A importância das normas para os museus e seus sistemas de informação. *Notícias BAD:* Jornal dos profissionais de informação, Portugal, 2013. Disponível em: <http://www.bad.pt/noticia/2013/05/15/a-importancia-das-normas-para-os-museus-e-seus-sistemas-de-informacao/>. Acesso em: 10/10/2013.

MELLO, Frederico Pernambucano. *O Museu do Homem do Nordeste*. In: O MUSEU do Homem do Nordeste. São Paulo: Banco Safra, 2000. p. 7-11.

MESA-REDONDA de Santiago do Chile - 1972 - Documento Final. In:BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *O ICOM / Brasil e o pensamento museológico brasileiro:* documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p. 43-51.

MIRANDA, Rose. *Projeto acesso digital ampliado ao patrimônio museológico dos países de língua portuguesa*. PPT apresentado na Casa de Rui Barbosa em 25 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=261&ID_M=1983>. Acesso em: 25/09/2011.

MOUTINHO, Mário. Sobre o conceito de museologia social. *Cadernos de Sociomuseologia.* Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, v. 1, n. 1, 1993. Disponível em: < http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/467/370>. Acesso em: 19/11/2013.

MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE. *Sistema de Informações Museológicas*: manual do usuário. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Departamento de Museologia, Massangana Processamento Eletrônico, 1981.

_____. *Relatório de atividades da Divisão de Museologia*. Recife: Museu do Homem do Nordeste, Divisão de Museologia, 1987.

_____. DIVISÃO DE MUSEOLOGIA. *Relatório de atividades do Sistema de Informações Museológicas*. Recife: Museu do Homem do Nordeste, Divisão de Museologia, 1989.

_____. *Sistema de Informações Museológicas*: folder. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Departamento de Museologia, Massangana Informática, 198?.

_____. *Relatório do Projeto de inventário do acervo museológico do Museu do Homem do Nordeste.* Recife: Museu do Homem do Nordeste, Divisão de Museologia, 2013.

MUSEU JOAQUIM NABUCO. *Relatório de atividades do Museu Joaquim Nabuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Museu Joaquim Nabuco, 1984.

NASCIMENTO JÚNIOR, José do; CHAGAS, Mário. Museus e Política: apontamentos de uma cartografia. In: IPHAN. *Caderno de diretrizes museológicas*. 2.ed. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e

Centros Culturais; Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, 2006. p. 13-17.

OLIVEIRA, Aécio. *Fundação Joaquim Nabuco*: quatro décadas de história; Entrevista de Aécio Oliveira. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Centro de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade, Programa de História Oral, 1986.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. Da administração pública burocrática à gerencial. IN: _____; SPINK, P. (Org.). *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 237-70.

PRATES, Antônio A. P. Administração Pública e Burocracia. In: AVELAR, L; CINTRA, A. (Org.). *Sistema político brasileiro:* uma introdução. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Atiftung; São Paulo: UNESP, 2007. p. 117-130.

RIBEIRO, Emanuela Sousa; SILVA, Aline de Figueirôa. Inventários de bens móveis e integrados como instrumento de preservação do patrimônio cultural: a experiência do INBMI/IPHAN em Pernambuco. *Projeto História,* São Paulo: PUC, n. 40, 2010. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/6125/4447>. Acesso em: 25/09/2011.

RIBEIRO FILHO, José Francisco et al. Gestão baseada em resultado e sua implantação no setor público brasileiro (GBRSP). In: MACHADO, Nelson et al. (Org.). *GBRSP – Gestão baseada em resultado no setor público:* uma abordagem didática para implementação em prefeituras, câmaras municipais, autarquias, fundações e unidades organizacionais. São Paulo: Atlas, 2012. p. 1-15.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. Conceito de Patrimônio Cultural no Brasil: do conde de Galvéias à Constituição de 1988. In: MARTINS, Clerton (Org.). *Patrimônio Cultural:* da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006. p.1-16.

SMIT, Joahnna W. A documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Org.). *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 11-23. Disponível em: <http://www.mast.br/livros /mast_colloquia_10.pdf>. Acesso em: 28/8/2013.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFRGS, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 6/10/2012.

SPHAN/Pró-Memória. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória.* Brasília, SPHAN/Pró-Memória, 1980. Disponível em: <http://www.portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=531>. Acesso em: 20/11/2013.

TORRES, Maria Teresa Marín. *Historia de la documentación museológica:* la gestión de la memoria artística. España: Ediciones Trea, 2002.